

**Prisão com fronteiras: Relações Inter-étnicas em Meio Prisional,
Estudo de Caso no Estabelecimento Prisional de Carregueira**

Orlando Jorge Cruz Dias Gomes

**Dissertação Mestrado em Migrações, Inter-Etnicidades e
Transnacionalismo**

Setembro 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Maria Margarida Marques

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos os que tornaram possível a realização deste estudo.

Em Primeiro lugar à Direção Geral dos Serviços Prisionais e em particular ao Exmo. Sr. Dr. Semedo Moreira, pela abertura e simpatia.

Agradeço à Exma. Sr^a. Diretora Isabel Flores, do Estabelecimento Prisional da Carregueira e sua Adjunta a Exma. Sr^a. Dr^a. Filomena Lopes.

Na realização e composição do trabalho, um agradecimento especial à minha orientadora, a Exma. Sr^a. Professora Doutora Maria Margarida Marques, pela paciência, conhecimento e aconselhamento.

Em geral, quero agradecer aos meus colegas e ao Corpo da Guarda Prisional, que todos os dias trabalham em condições degradantes, mas nem por isso baixam os braços, a esses profissionais, um grande abraço.

Agradeço, ainda aos meus colegas de Mestrado e Licenciatura, em especial ao Exmo. Sr. Dr. João Dias e Exmo. Sr. Dr. Vitor Nunes.

Por fim, o maior agradecimento para a minha família que me apoiou, em especial para a minha filha e sem dúvida a minha mulher, pois sem ela este trabalho não seria realizado, Muito Obrigado!

PRISÃO COM FRONTEIRAS: RELAÇÕES INTER-ÉTNICAS EM MEIO PRISIONAL, ESTUDO DE CASO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA CARREGUEIRA

Orlando Jorge Cruz Dias Gomes

RESUMO

Com este trabalho procuro fazer um estudo comparativo, dar voz aos estrangeiros caboverdianos e de países emergentes da ex União Soviética a cumprir pena no Estabelecimento Prisional da Carregueira, deixando-os falar acerca do modo como se auto representam, representam o "outro" maioritário, num contexto marcado por estereótipos e tentar compreender as representações e a base para o processo de construção das relações através "dos olhos destes estrangeiros", ultrapassando eventuais perspectivas etnocêntricas.

A referência para este trabalho é: dois grupos constituídos por reclusos do E. P. Carregueira, sendo o primeiro grupo constituído por caboverdianos, o segundo grupo constituído por indivíduos proveniente de países emergentes da ex União Soviética, que poderão ser percepcionados, de forma simultânea ou não, como categorias, étnicas, raciais e nacionais. Pretendo saber como se auto e hetero representam face ao "outro"? E que factores balizam a construção de tais representações, cuja génese radica em processos de intervenção entre maioria e minoria.

Pretendo perceber quais as suas pertenças reais ou imaginadas a um grupo étnico, e a forma como estes indivíduos constroem o "nós", ou seja, como definem o seu "eu" e o que pensam da sociedade portuguesa, como percepcionam o "outro" maioria?

Interessa-me, ainda analisar a forma como estes reclusos olham de fora sobre si próprios, tentando ver-se como os outros os vêem, a fim de descortinar de que modo uns e outros se diferenciam e se aproximam na massa prisional.

PALAVRAS CHAVE: Prisão, Identidade, Fronteira, Relações Inter-étnicas

ABSTRACT

With this work I aim to produce a comparative study, giving voice to Cape Verdean and other foreign nationals from the former Soviet Union who are serving sentences in the Portuguese Carregueira Prison. They will express their opinions on how they represent themselves, the "other" majority, in a context marked by stereotypes. The aim is to try to understand the representations and the basis for the process of building relationships through "the eyes of foreigners", trying to surpass any ethnocentric perspectives.

The reference for this work consists of two groups of inmates at E. P. Carregueira, the first group consisting of Cape Verdeans, the second group consisting of individuals from countries of the former Soviet Union. These two groups may be perceived, simultaneously or not, as categories, ethnic, national and racial. I want to understand how they present themselves and expect "others" to perceive them, as

well as what factors guide the construction of such representations whose genesis lies in the intervention processes between the concepts of majorities and minorities.

I will try to interpret what their real or imagined belonging to an ethnic group is, and how these individuals build the "Us", meaning, how they define the "Self", and what they think of the Portuguese society, perceived as the "Other" majority?

I am also interested in analyzing the way these inmates see themselves from an outside perspective, how they view others' perceptions of them, so that we can interpret the way some of them differentiate themselves or bond with other inmates.

KEYWORDS: prison, Identity, Border, Inter-Ethnic Relations

ÍNDICE

NOTAS PRÉVIAS

1. <u>INTRODUÇÃO</u>	1
Comunidade e cultura	2
O Legado humano	2
Apresentação do tema e do problema	4
2. <u>PORTUGAL, POPULAÇÃO RECLUSA E MIGRAÇÕES</u>	6
2.1. Estrangeiros em Portugal	8
2.2. Caracterização dos reclusos a nível nacional.....	10
3. <u>ENQUADRAMENTO TEÓRICO</u>	17
Comunidade e cultura	17
A solidariedade mecânica	17
Grupo étnico	21
Identidade.....	24
Definição de identidade	24
Dimensões da Identidade	24
As identidades são comparativas	24
As identidades são relacionais	24
As identidades são estratégicas	24
Componentes da identidade nacional	25
Identidade como identidade social	27
Teoria da identidade social	27
A formação da identidade social: Categorização social, Identidade social, Comparação social e Diferenciação social.....	28

A teoria da identidade social: estratégias de identidade	29
Etnicidade	31
4. <u>PENSANDO O CRIME</u>	34
4.1. O conceito de crime	34
A definição de Durkeim	35
A definição de crime de Sellin	35
4.2. Desenvolvimento de Escola de Chicago	36
4.3. A teoria da ecologia humana	37
4.4. A teoria das zonas concêntricas	38
5. <u>PENSANDO A PRISÃO</u>	40
5.1. Definição de prisão	40
5.2. Estado da Arte	43
6. <u>ESTUDO DE CASO</u>	46
6.1. Objeto de estudo	47
6.2. Metodologia	49
Objetivos	50
Técnicas de observação	50
Observação participante	51
Opção qualitativa	52
Amostra	53
Análise de dados	53
7. <u>CARATERIZAÇÃO GERAL DO OBJETO DE ESTUDO</u>	54
Caraterização do Estabelecimento Prisional da Carregueira.....	54
Traços gerais da população reclusa.....	56
Recursos humanos	56

Execução de penas	56
Vigilância e segurança	57
Tratamento penitenciário	58
Caraterização dos reclusos no Estabelecimento Prisional da Carregueira	61
8. <u>CONTEXTO HISTÓRICO DOS PAÍSES DE ORIGEM DO OBJETO DE ESTUDO</u>	63
8.1. U.R.S.S.: Breve história	63
8.2. Cabo Verde: Breve história	65
9. <u>IDENTIDADE DE FRONTEIRA: PORTUGAL, RÚSSIA E CABO VERDE</u>	67
10. <u>TRÊS ESTRATÉGIAS IDENTITÁRIAS DE REAÇÃO/COMPENSAÇÃO</u>	70
11. <u>PESQUISA EMPÍRICA</u>	75
11.1. Pátio	76
11.2. Retrato sociográfico destes reclusos estrangeiros no E. P. C.	77
Grupo A	78
Grupo B	80
11.3. Percursos prisionais (E. P. Carregueira)	81
Grupo A	81
Grupo B	82
11.4. Paralelismos	83
11.5. Auto e hetero identificação grupais	94
Grupo A	94
Grupo B	102
12. <u>CONCLUSÕES</u>	106
BIBLIOGRAFIA	111

NOTAS PRÉVIAS

O trabalho de investigação implica investimentos afectivos, financeiros e temporais. Exige dedicação, abdicação e abnegação, envolve, não apenas a empatia, as negociações e as interacções entre investigador e investigado, mas também a generosidade e compreensão dos quadros familiares, sociais e institucionais em que o investigador se move. Tinha consciência disso quando escolhi o tema. Sabia que o trilho me reservava percursos sinuosos, contrariedades e contratempos.

A opção, pelos caboverdianos e cidadãos dos países emergentes da ex União soviética, tornava possível reconstruir diferentes histórias de vida e entender diferentes processos de recomposição das identidades e das culturas num novo meio, neste caso, o prisional. Sabia que estava perante um universo heterogéneo que me poderia levantar problemas de método, que levaria a prolongar o tempo de pesquisa, mas isso revelar-se-ia tentador.

No terreno, a necessidade de articular o estatuto de investigador e de guarda prisional, de forma a garantir a objectividade sem pôr em causa a inter-subjectividade desejável nos contactos, exigiu um desdobrar permanente de esforços. A objectiva etnográfica permitia-me olhar a realidade prisional de uma outra forma, ao mesmo tempo que aproveitava as redes de inter-conhecimento. Por isso, este trabalho é também o resultado do empenhamento dos meus informantes, com os quais partilhei tempos e espaços. Ofereço, portanto este contributo para que melhor se possa conhecer estas relações intramuros.

1. INTRODUÇÃO

Nunca na história da humanidade os homens das diversas nacionalidades estiveram tão interligados, extensiva e intensivamente, como hoje. Os meios de comunicação, as férias em grupo, a emigração e a deslocação de refugiados tudo contribui para as mudanças interculturais que caracterizam a época atual. Este diálogo global enriquece a nossa própria cultura e alarga as perspetivas no significado que têm para o ser humano ao apontar para um denominador comum de participação cultural. Mas também alerta e estimula o nosso sentido de competição relativamente à escassez dos recursos terrestres. A rivalidade sobre os recursos limitados, associada à ameaça crescente de um holocausto nuclear, encoraja o sentido profundo de insegurança que impele o homem a investigar as origens de algumas

das suas expressivas heranças culturais. Num universo em perigo, em que os povos de todas as nacionalidades rivalizam uns com os outros, a miscelânea de elementos de heranças de muitas épocas e civilizações, numa identidade cultural tão paradoxal, exige a nossa atenção.

Comunidade e cultura

Hoje, tal como no passado, o ser humano vive em grupos e a vida em comunidade pressupõe comunicação efetiva e algum grau de cultura participativa, particularmente uma língua comum. Para aqueles que se consideram membros da mesma comunidade, a língua é o vínculo mais imediato, que distingue o seu grupo dos outros. Mas, todos os aspectos da vida, desde os mais materiais e tangíveis até aos mais imateriais e abstratos, são investidos como um único valor cultural. Isto evidencia-se, particularmente, na organização ideológica e política, no culto do ritual religioso, o casamento e na organização familiar. O casamento de um português católico é totalmente diferente do casamento de um hindu o que estabelece um relacionamento radicalmente diverso entre marido e mulher, que apenas pode ser compreendido no contexto mais vasto das duas civilizações.

As culturas são, pois «os costumes» distintos das comunidades, o caminho pelo qual aqueles que vivem em conjunto demonstram o seu sentido de identidade. Esta identidade comum não faz parte da nossa herança genética – temos de aprender a falar a nossa língua nativa, a comportarmo-nos em conformidade com os costumes e a pensar. Mas, paradoxalmente, enquanto as divisões culturais não se baseiam, hoje em dia, nas diferenças biológicas ou genéticas, as pessoas, por toda a parte, pretendem que na realidade assim seja. Contudo, fala-se de «naturalização» muito mais do que socialização de estrangeiros que não são naturais da nossa cultura. A tentação de transformar prerrogativas étnicas em culturais, de transmutar cultura em natureza, reflete a força da identidade do grupo. As pessoas atribuem tanto valor à sua comunidade e cultura que procuram assumir estas com a única finalidade de tornar os factos culturais em factos naturais.

O legado humano

Por toda a parte os seres humanos têm as mesmas necessidades biológicas e vulnerabilidades e, deste modo, não surpreende que sejam comuns temas fundamentais que manifestam contrastes entre sociedades diferentes. A facilidade e a frequência com que a adaptação cultural, a imitação e a mudança ocorrem em todo o lado atestam estes

modelos fundamentais da sociedade humana. Algumas semelhanças culturais específicas no modo de vida, na tecnologia material, na fé religiosa e na ideologia representam descobertas separadas e independentes, visto que os seres humanos têm muitas vezes assumido soluções comuns quando confrontados com o mesmo tipo de problemas ambientais. Há outras semelhanças que são a consequência direta da difusão cultural, a herança do comércio, a migração e a conquista dos séculos passados. Ainda que imitadas ou inventadas independentemente, estas coincidências culturais reforçam o significado da herança pan-humana e relembram a nossa identidade biológica e destino comuns.

Acumulámos esta imbricada herança humana de civilizações distantes, tanto no espaço como no tempo. A arte moderna e a música encontram a inspiração nas tradições da África e do Pacífico, enquanto a medicina moderna foi enriquecida com técnicas estranhas, como a acupunctura. O Ocidente transmite as suas ideologias capitais, o cristianismo, o marxismo, a democracia e o totalitarismo, importando na volta a meditação transcendental e outros elementos da civilização oriental. Estas trocas reafirmam as necessidades e aspirações comuns do homem, a sua plasticidade como animal cultural.

Ao mesmo tempo, a aceleração repentina da mudança cultural que ocorre nos tempos modernos tem os seus perigos inerentes para os povos mais isolados do mundo. As complexas economias urbanas e industriais do ocidente desenvolveram-se a partir de simples economias de caça e de recolha, através de um gradual processo evolucionário, que levou mais de 10 000 anos a atingir a forma presente. Este desenvolvimento infinitamente lento está agora a repetir-se, por todo o mundo, em forma telescópica e a uma velocidade estonteante, de tal modo que os Papuas das montanhas da Nova Guiné ou os Sans do deserto do Calaári são catapultados para o século XXI.

Na nossa cosmopolita era contemporânea, com o seu caleidoscópio de culturas, os descendentes dos grandes impérios históricos confrontam-se com os representantes das pequenas comunidades, ignorando os arquivos da história. Parece demasiado fácil para nós julgar tais povos, com a sua tecnologia muito simples, poucos haveres e um conforto limitado, através dos nossos próprios níveis materialistas. Se os critérios usados pelos economistas para avaliar o relativo bem estar das diferentes populações fosse apropriado, o grau de felicidade e satisfação das sociedades altamente industrializadas seria muito mais elevado do que o prevalecente entre as «atrasadas» culturas de subsistência, mas as primeiras experiências dos antropólogos não conduzem a tais conclusões.

O significado do prazer e da segurança gerados por comunidades muito ligadas e a relação derivada da participação em atividades rituais pode, facilmente, colmatar a falta de ajudas tecnológicas e a ausência de passatempos massificados.

Apresentação do Tema e do problema

A pergunta de partida é a seguinte: Como são construídas e como adquirem visibilidade as identidades dos reclusos estrangeiros, em contexto prisional?

O objetivo central desta pesquisa é o estudo das relações sociais e a importância dos processos identitários em contexto prisional. O estudo de caso incide concretamente no Estabelecimento Prisional da Carregueira. A referência para este estudo é a comparação entre dois grupos, um constituído por reclusos estrangeiros oriundos de países emergentes da ex União Soviética e um segundo grupo de reclusos estrangeiros oriundos de Cabo Verde, em que pretendo saber como estes se diferenciam da restante massa prisional, como se auto e hetero – representam face ao “outro”, devido á sua pertença real ou imaginada a um grupo étnico ou mesmo nacional.

Procurarei saber como estes grupos constroem o “nós” ou como definem o seu “eu” e o que pensam da maioria (reclusos portugueses e portugueses em geral). A minha aproximação do objeto em análise propôs o acionamento de uma abordagem metodológica mais qualitativa, não deixando porém de recorrer a outras técnicas como a análise estatística e documental. Considerando que o discurso e a linguagem são das principais vias de transmissão das representações sociais, considero que as entrevistas em profundidade, bem como algumas conversas com estes mesmos grupos de reclusos, são material privilegiado neste estudo.

Optei por este tema, em primeiro lugar, porque sou Guarda Prisional de profissão e gostaria de passar para o papel alguma da minha experiência ao longo destes anos, e como observador atento das sociabilidades internas, considero que em relação aos estrangeiros presos, por ser um tema atual, há ainda pouca investigação científica, quer nacional quer até internacional. Especificando melhor a minha escolha e especialmente por estes dois grupos, já que no Estabelecimento Prisional da Carregueira, se encontram reclusos de origens diversas. Optei pelos caboverdianos devido a serem de facto o grupo mais representativo de estrangeiros presos quer a nível nacional, quer mesmo local, como é o caso do E. P. em questão. Já o grupo dos reclusos oriundos dos países emergentes da ex União Soviética, a escolha foi devido a estes serem inegavelmente um “fenómeno” novo nos estabelecimentos

prisionais portuguesas e que tem vindo a aumentar nos últimos anos, estando por isso, ainda muito por estudar sobre os mesmos. Pouco se sabe sobre as suas vivências, e qual o seu impacto no meio prisional e para além das estatísticas da DGSP (Direção Geral dos Serviços Prisionais), este estudo pretende dar outras perspectivas de carácter mais qualitativo relativo às suas trajectórias de vida, identidade, redes de sociabilidades e estratégias de adaptação. Portanto o estudo destes grupos não foi de escolha aleatória. Ambos os grupos contrastam e diferenciam-se do resto da massa prisional.

A minha abordagem não pretende, contudo, ser um estudo de comunidades. Antes procurar seguir pistas teóricas propostas por problemáticas mais recentes: migrações e etnicidade, e explorar dimensões suscitadas pela díade conceptual identidade/cultura, tal como se configura na produção científica que coloca o enfoque nas comunidades étnicas e culturalmente distintas que se reinventam e inventam nas áreas urbanas.

Para além da pergunta de partida, gostava de obter resposta para as seguintes questões: Existirão comunidades dentro da prisão, que se pensam diferentes e que constroem discursos identitários elaborando uma cultura que as singularizam? Mais: Como se reproduz no quotidiano dos reclusos a sua identidade e a sua cultura e como organizam o seu dia a dia, quando a diversidade étnica que os caracteriza parece apontar para a existência de várias identidades e várias culturas?

O trabalho de campo e alguma pesquisa bibliográfica permitiram desdobrar estas questões em muitas outras, às quais procurarei dar respostas ao longo deste trabalho. Tendo como principal centro de observação as dinâmicas prisionais dos reclusos, este estudo pretende esclarecer e analisar o modo como estes constroem a sua identidade na diversidade existente, recorrendo a um kit de ferramentas, culturas do pretérito e do presente, e que são permanentemente reinterpretadas e reatualizadas.

Este estudo procura questionar o confronto entre o «nós» e o «outro» num contexto prisional. Considero este tema atual, pois a chegada às prisões portuguesas, de uma grande percentagem de estrangeiros que vêm aumentando de ano para ano, permitiu a criação de uma massa prisional heterogénea, que expressa diversidades que escondem situações de pertenças múltiplas que devem ser esclarecidas numa perspetiva intercultural. A coexistência de culturas diferentes intramuros sugeria-me a perspetiva intercultural. É o que se pretende compreender os processos de elaboração e transformação das identidades e de apropriação dos processos de produção da diferença, num contexto de diálogo entre várias

identidades em presença. A antropologia tradicionalmente considerava a diferença como o “outro” longínquo em oposição ao “nós” hoje encontra-se perante um grande desafio, procurando conhecer e explicar as etnicidades em confronto nas sociedades complexas do mundo ocidental e que vêm por em causa os ideais hegemónicos e homogéneos do estado-nação de modelo europeu. Migrações e etnicidade constituem uma das dimensões da pós-modernidade, sobre a qual antropólogos e outros cientistas têm incidido o seu enfoque. Sob o ponto de vista etnográfico, estes estudos permitem captar as ilustrações da estratégia de invenção de uma identidade e de uma cultura, neste caso, o modo como os reclusos gerem a diversidade étnica, através de diversas redes e formas de interação, que podem surgir a diferentes níveis.

2. PORTUGAL, POPULAÇÃO RECLUSA E MIGRAÇÕES

Portugal, nação peregrina que de há muito se habituou a ver parte da sua população partir em busca de outros destinos, transformou-se, nas últimas décadas, em país de migrantes. Estas novas correntes migratórias com destino a Portugal inscrevem-se na tendência que se tem vindo a verificar nos países meridionais da União Europeia, tradicionalmente de saída de migrantes. Várias circunstâncias concorrem para este tipo de movimentos, sendo de salientar a situação periférica destes países, que os tornam numa via de acesso fácil a migrações vindas, principalmente, do continente africano para a união Europeia. No caso de Portugal, até aos finais da década de 90, os imigrantes existentes eram, em parte significativa das antigas possessões ultramarinas.

É com o 25 de Abril de 74 que se torna mais expressivo o movimento de populações das ex províncias ultramarinas. Se para as populações de origem portuguesa o retorno à velha metrópole se inscreveu nos movimentos de repatriamento de europeus, que ocorreram no pós guerra, por efeito dos processos de descolonização, para as populações de origem ultramarina as expectativas criadas pela relação colonial de séculos, as situações de guerra e instabilidade política e económica dos países de origem, os programas de cooperação, as redes de viagens e acolhimento que entretanto se construíram e a manutenção de rotas aéreas e marítimas têm favorecido a opção por esse destino.

Os movimentos migratórios dos caboverdianos para Portugal constituíram-se principalmente em dois períodos: o primeiro data do período de 1974, insere-se no movimento de retorno das ex províncias ultramarinas e arrasta indivíduos de origem

portuguesa, caboverdianos e guineense; o segundo tem o seu início após o período crítico da descolonização e da consolidação da independência, ganhando maior expressão a partir da década de 80, sendo predominantemente laboral e diz respeito a indivíduos possuidores de nacionalidade cabo verdiana, uns com autorização de residência, outros ainda em situação de ilegalidade. Aos poucos os dois movimentos migratórios (mais visível e substancial o último) geraram o fenómeno de correntes e contra correntes de indivíduos, dando origem a um sistema migratório que une Cabo Verde a Portugal, apesar das diferenças significativas entre ambos os movimentos, estas foram o resultado de fatores e motivações que levam os indivíduos a decidir partir e os tempos migratórios. Por isso, opto pela designação de migrante, por referência á noção de migração hoje divulgada pelos organismos internacionais e pelos cientistas sociais para designar os movimentos populacionais que de unidirecionais se transformam em oscilatórios, sem distinção entre origem e destino, entre partida e chegada, recobrando as clássicas noções de emigração e imigração (Rocha Trindade 1985). Mas a mobilidade internacional no sentido da migração para Portugal deve ser perspectivada num quadro mais amplo, de abertura e desenvolvimento da economia portuguesa, o qual demanda ou, pelo menos, favorece a entrada de profissionais qualificados, no âmbito das empresas transnacionais, a denominada migração de elite, e, sobretudo, uma outra população de trabalhadores indiferenciados que vem colmatar certo tipo de funções menos prestigiadas como seja ao nível da construção civil.

Nos finais do séc. XX e início do séc. XXI em Portugal assistiu-se a um período de transição, afirmando-se o país ao exterior com grandes eventos internacionais (expo 98, campeonato europeu de futebol), grande avanço na economia, baixo desemprego, grandes obras (auto-estradas, pontes, mega barragens) evidenciavam um salto qualitativo no desenvolvimento, antevendo-se um país moderno, que deixara a sua matriz emigratória, sinónima de atraso e pouco desenvolvimento, passando a ser um país de imigração sobretudo de “gentes” oriundas do Brasil e Europa de Leste, esta última vista com bons olhos, pois permitia a entrada no país de profissionais com outras qualificações. Portugal tornava-se assim num país atractivo até para os europeus e não apenas para os tradicionais países das ex colónias. Contudo o aproveitamento desta mão-de-obra qualificada esbarrou com as burocracias de processos de recrutamento e regulação passando estes a serem vistos não mais como uma mais valia, mas associados a “máfias de Leste”. Passaram de ser vistos como bons profissionais (apresentando um risco para os trabalhadores nacionais) a bêbados,

brutos, selvagens, antipáticos, um pouco à velha imagem, pela qual eram identificados pelos países capitalistas do centro. Alguns anos depois o país foi entrando em crise económica, em desmotivação, em decadência e com ela também foi passando a vaga migratória dos países de Leste, no entanto muitos ficaram e aqui consolidaram as suas vidas.

Este estudo, pretende ser um contributo importante, trazendo ao domínio cognitivo as especificidades culturais de cada uma das comunidades de migrantes e dando conta das representações sociais e das estratégias de afirmação identitária, sobretudo no que se refere á recente e pouco conhecida migração de indivíduos oriundos de países emergentes da ex União Soviética. A pertinência dos aspetos referidos e a atualidade do tema, justificam os estudos antropológicos em torno destes migrantes que reinterpretam e reatualizam as suas especificidade culturais e reproduzem discursos identitários, neste novo espaço que é a prisão.

2.1. Estrangeiros em Portugal

Neste trabalho pretendo revelar uma nova realidade nas prisões portuguesas: os reclusos estrangeiros.

Segundo João Luís Rocha, o termo estrangeiro, que deriva do latim extraneus estranho, é utilizado em criminologia num sentido amplo: significa todo aquele que é objeto de rejeição do circuito social dito normal. Não é nesse sentido que será utilizado o termo, interessa para o meu estudo o seu significado estrito, referido à nacionalidade. Ora, nacionalidade é o laço que une a pessoas a um Estado determinado. E, estrangeiro é não pertencer a uma determinada comunidade política, a um certo Estado. Assim, estrangeiro é um conceito que tem por referência necessária uma comunidade estadual. A sua noção não coincide com a de etnia dado que num determinado Estado podem coexistir diversas etnias. Definindo-se pela negativa, é o indivíduo que um determinado Estado não reconhece como seu nacional. É, portanto, estrangeiro para um determinado Estado aquele que possui a cidadania de um outro Estado e, ainda, o apátrida, ou seja, quem não tem vínculo de cidadania com Estado algum. Este tipo de noção resulta de uma regra fundamental de direito internacional que atribui aos Estados a competência exclusiva para a determinação dos seus nacionais.

Hugo Martines Seabra e Tiago Santos, em «reclusos estrangeiros em Portugal» (2006) consideram o seu objeto de estudo como estrangeiros e não imigrantes. Partilhando da

mesma opinião, optei por seguir essa linha até porque a principal fonte estatística (D.G.S.P.) refere-se a estrangeiros e não imigrantes, de outra forma poderia enviesar os dados, já que por ano há milhões de pessoas que entram no país sem ser imigrantes e alguns entram nas estatísticas prisionais. Esta é, portanto a minha opção.

A experiência humana problematiza espontaneamente o diferente. Problematiza a loucura, o consumo de substâncias, a expressão sexual, o crime. Problematiza o estrangeiro. As formas como a humanidade se relaciona com o diferente revelam uma ambiguidade estrutural que oscila entre a rejeição e o fascínio a exclusão e a inclusão, entre a crença e o conhecimento. O outro, na sua radical diferença, invoca e convoca a condição humana na sua raiz. Interpela-nos. Na cidade moderna cada um é estrangeiro no seio da sua própria cidade. Já a Escola de Chicago, cujos principais trabalhos de investigação tiveram por objeto a imigração e a criminalidade (a imigração Alemã e irlandesa no início do século XX, nos anos 20 a polaca e italiana e mais tarde, nos anos 50 a negra e a hispano americana), veio, pela via do pragmatismo, abrir uma fecunda linha de investigação sociológica epistemologicamente situada entre a análise hermenêutica e a observação empírica. Depois quer na América do Norte quer na Europa os estudos sobre imigrantes quedaram-se, na sua maioria, pelo conhecimento descritivo do de fora do fenómeno.

Durante os últimos 20 anos, Portugal, sendo um país tradicionalmente de emigração tornou-se país de imigração. Ideia banalíssima. Todos a ouvimos, todos a dizemos. Todos os dias. Qual o sentido desta intensificação recente do discurso sobre a imigração? Já sabíamos. Porque só agora dizemos? A imigração tornou-se um fenómeno político e socialmente visível. Por isso dizível e num campo enunciativo onde também a insegurança é dita. É, pois, hora de o pensamento crítico se mobilizar em torno dos reclusos estrangeiros e sobre ele produzir sólido conhecimento que possa fundar políticas de intervenção estabelecidas. Temos, diante nós, o exemplo da Escola de Chicago: sobre o mesmo problema convergiam diferentes modos de conhecimento (a interpretação, a explicação, a descrição), diferentes métodos e técnicas (biográficas, etnológicas, técnicas de inquérito, etc.). As dimensões a esclarecer exigem essa diversidade. Há que esclarecer o de fora do fenómeno: as variáveis sociodemográficas e culturais; as trajetórias normativas e desviantes e seus contextos institucionais (família, escola, trabalho, polícias, tribunais, prisões, etc.). Esta linha de investigação convoca, de preferência, as técnicas de inquérito ao serviço da caracterização dos traços diferenciais que, no seu conjunto, constituem a identidade do fenómeno. Uma

segunda linha de investigação dirige-se ao seu de dentro, ao sentido, à significação de um sistema existencial que num estado se desorganiza, noutra estado se reorganiza, na transplantação de um sistema cultural para um outro. Aqui é fundamental a análise empírica. A fenomenologia é a via real. A terceira linha explora a experiência que tem a sociedade dos seus estrangeiros. E, desde logo, aqueles que mais diretamente com eles se relacionam, designadamente nos espaços de reclusão.

Portugal, embora sendo um país agradável de visitar, não apresentava, salvo momentos excepcionais da nossa história, condições que convidassem os estrangeiros a estabelecer-se com carácter permanente.

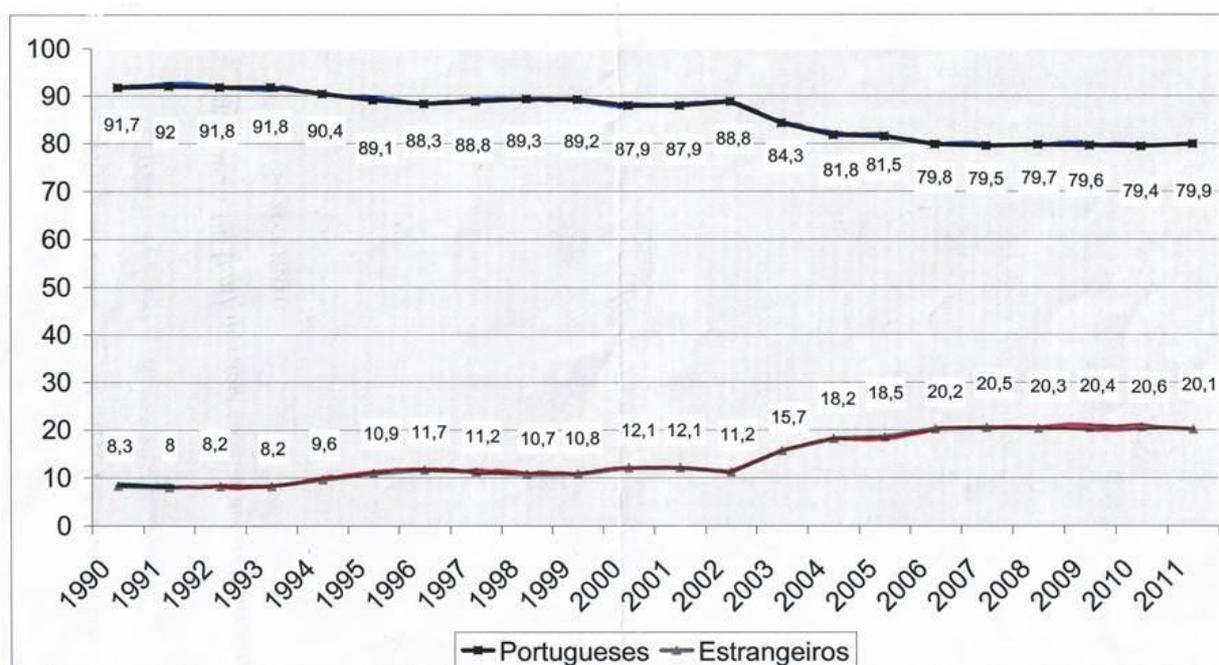
Se em meados do século XX, era um país de emigração, já na década de 70, com a independência das colónias africanas, passou a ser um país de "retorno" e, a partir dos anos 80, inserindo-se no desenvolvimento da Europa, passou a ser um país de imigração. Podemos, pois, afirmar que a partir da década de 80 Portugal passou a ser um país populacionalmente mais diversificado, com todas as vantagens que tal facto pode acarretar mas também com as dificuldades que as diferenças, em regra, ocasionam. Discriminando hoje os estrangeiros residentes em Portugal por região de origem é possível surpreender uma nítida prevalência oriunda do continente africano. Tal facto é, como já se referiu, indissociável do processo de descolonização das antigas colónias de África. Efectivamente, a proximidade cultural e linguística associada ao elevado crescimento demográfico naqueles novos países africanos, aos conflitos armados que aí têm perdurado e a debilidade daquelas economias, propiciam uma acentuada migração para Portugal. Adite-se a solidariedade informal e a existência de um suporte de acolhimento derivado a laços familiares e de amizade e, por fim, a regra da multiplicação da população migrante: o efeito multiplicador por força do reagrupamento familiar e a busca de melhoria de condições de vida obtidas no estrangeiro resultante da opinião gerada no país de origem dos imigrantes.

2.2. Caracterização dos reclusos a nível nacional

Há, normalmente, notícias avançadas pela comunicação social de que nas prisões portuguesas estão um elevado número de reclusos estrangeiros. A maioria dos estudos sobre prisões realizados em Portugal têm como tema principal essa questão. Saber se há uma relação direta entre imigração e criminalidade. (Esteves e Malheiro, 2001; Seabra e Santos, 2005; Guia, 2008).

Apesar do objetivo do meu trabalho não ser esse, penso ser importante, saber se os reclusos estrangeiros estão ou não sobre representados em Portugal, sem começar por fazer juízos de valores éticos dos meios de comunicação sociais. Como tal, recolhi, através das estatísticas da DGSP (Direção Geral dos Serviços Prisionais) os dados necessários sobre reclusos estrangeiros. Saliento, desde já, que estes dados não falam por si, e, por isso, realizo uma breve incursão analítica em que procuro apenas descrever e interpretar os dados e, mais adiante, acedendo ao universo destes estrangeiros procurarei desmistificar o assunto.

Gráfico 1: Evolução do nº de reclusos estrangeiros e portugueses, nos últimos 10 anos



Fonte: Direção Geral dos Serviços Prisionais (2011)

Analisando o gráfico, é verdade que nos últimos anos se observa um aumento gradual sustentado de reclusos estrangeiros nos estabelecimentos prisionais portugueses; a informação disponível atesta, claramente, essa tendência. Este gráfico revela que entre 1991 e 2004 se assistiu a uma evolução, claramente, ascendente no quantitativo de estrangeiros em reclusão, passando de 8% para 18%, aproximadamente, da população reclusa nas prisões nacionais. O período com acréscimo mais significativo registou-se entre 2001 e 2004, num total de 6% de estrangeiros. Atrever-me-ia, quase, a dizer que coincidiu com o período das obras públicas pontes, estradas e estádios de futebol, em que se assistiu à entrada de muitos estrangeiros, no país, para trabalhar e outros vieram, somente, para fazer dinheiro, mas não

posso dados que provem esta questão, correndo o risco de estar a induzir em erro. O facto de interesse e importância é que os números assim o confirmam. Continuo, assim, a análise das estatísticas que se revelam interessantes; o número de reclusos estrangeiros a partir de 2004 continua a aumentar ligeiramente e em 2007 atinge o máximo histórico de 20,5%. Depois até 2011 sofre pequenas oscilações não significativas.

Quadro 2: Habilitações Literárias dos Reclusos por Sexo e Nacionalidade

Habilitações literárias dos reclusos por sexo e nacionalidade

(3º trimestre de 2011)

Hab. Literárias	Homens						Mulheres						TOTAL	
	Portugueses		Estrangeiros		Total		Portugueses		Estrangeiros		Total		n	%
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Não sabendo ler nem escrever	424	4,5	64	2,7	488	4,1	58	11,2	10	6,1	68	10,0	556	4,4
Sabendo ler e escrever	333	3,5	126	5,3	459	3,9	63	12,1	21	12,9	84	12,3	543	4,3
Com Frequência de Ensino	8637	91,5	2167	90,9	10804	91,3	390	75,1	128	78,5	518	76,0	11322	90,5
1º C. Ensino Básico (1º, 2º, 3º e 4º anos)	3168	33,5	457	19,2	3625	30,6	147	28,3	28	17,2	175	25,7	3800	30,4
2º C. Ensino Básico (5º e 6º anos)	2579	27,3	398	16,7	2977	25,2	79	15,2	19	11,7	98	14,4	3075	24,6
3º C. Ensino Básico (7º,8º e 9º anos)	2084	22,1	600	25,2	2684	22,7	107	20,6	31	19,0	138	20,2	2822	22,6
Secundário (10º, 11º e 12º anos)	663	7,0	563	23,6	1226	10,4	47	9,1	30	18,4	77	11,3	1303	10,4
Ensino Superior	136	1,4	138	5,8	274	2,3	9	1,7	17	10,4	26	3,8	300	2,4
Outros cursos	7	0,1	11	0,5	18	0,2	1	0,2	3	1,8	4	0,6	22	0,2
Informação não disponível	50	0,5	28	1,2	78	0,7	8	1,5	4	2,5	12	1,8	90	0,7
TOTAL*	9444	100	2385	100	11829	100	519	100	163	100	682	100	12511	100

*Estão contabilizados 160 (144 homens e 16 mulheres) reclusos inimizáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos Não Prisionais

Fonte: Direção geral dos Serviços Prisionais (DGSP)

Segundo o quadro 2 e apesar de nos referenciar apenas dados genéricos, em que os reclusos são subdivididos entre estrangeiros e nacionais, prevalecem entre os reclusos os indivíduos com ensino básico, porém, os estrangeiros apresentam taxas de escolaridade mais elevadas que os cidadãos nacionais. Os reclusos estrangeiros masculinos, dados de maior interesse neste estudo, eram, neste período, 5,8% com ensino superior enquanto que os nativos eram apenas 1,4%. Este facto pode estar ligado, e como vamos analisar ao longo deste trabalho, aos reclusos, especialmente, oriundos dos países emergentes da ex União Soviética, que são os novos “utentes” dos serviços prisionais, indivíduos, esses bastante qualificados a nível escolar e que hoje em dia ajudam a elevar a percentagem de estrangeiros presos em Portugal.

Quadro 3: Nacionalidade dos Reclusos por Sexo e Idade

Nacionalidade dos reclusos por sexo e idade
(3º Trimestre de 2011)

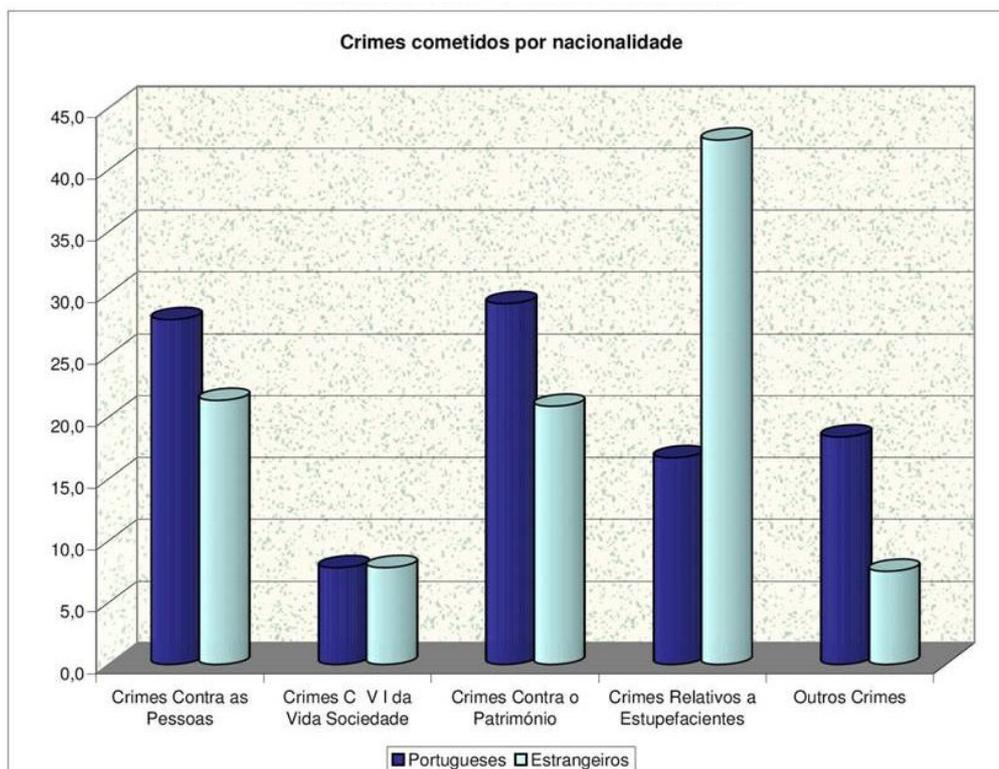
Sexo e Idade	HOMENS				MULHERES				TOTAL	
	Idade		Total		Idade		Total			
	16-20	21 e mais	n	%	16-20	21 e mais	n	%	n	%
TOTAL DE RECLUSOS*	348	11481	11829	100	14	668	682	100	12511	100
RECLUSOS PORTUGUESES	245	9199	9444	80	12	507	519	76,1	9963	79,6
RECLUSOS ESTRANGEIROS	103	2282	2385	20,2	2	161	163	23,9	2548	20,4
Países da África	67	1305	1372	57,5	0	59	59	36,2	1431	56,2
Angola	8	209	217	9,1		2	2	1,2	219	8,6
Cabo Verde	37	681	718	30,1		47	47	28,8	765	30,0
Guiné		17	17	0,7			0	0,0	17	0,7
Guiné Bissau	15	217	232	9,7		3	3	1,8	235	9,2
Marrocos	1	44	45	1,9		1	1	0,6	46	1,8
Moçambique		18	18	0,8			0	0,0	18	0,7
Nigéria		35	35	1,5		2	2	1,2	37	1,5
S. Tomé e Príncipe	5	43	48	2,0			0	0,0	48	1,9
Outros	1	41	42	1,8		4	4	2,5	46	1,8
Países da América do Sul	18	348	366	15,3	1	51	52	31,9	418	16,4
Argentina		4	4	0,2			0	0,0	4	0,2
Brasil	17	290	307	12,9	1	33	34	20,9	341	13,4
Colômbia	1	16	17	0,7		4	4	2,5	21	0,8
Venezuela		14	14	0,6		10	10	6,1	24	0,9
Outros		24	24	1,0		4	4	2,5	28	1,1
Países da Europa	17	583	600	25,2	1	49	50	30,7	650	25,5
Alemanha		12	12	0,5			0	0,0	12	0,5
Bulgária	1	13	14	0,6		1	1	0,6	15	0,6
Espanha	2	124	126	5,3		17	17	10,4	143	5,6
França	1	39	40	1,7		4	4	2,5	44	1,7
Grã-Bretanha		19	19	0,8		3	3	1,8	22	0,9
Holanda	1	32	33	1,4			0	0,0	33	1,3
Itália		13	13	0,5		2	2	1,2	15	0,6
Moldávia		27	27	1,1		1	1	0,6	28	1,1
Roménia	11	173	184	7,7		14	14	8,6	198	7,8
Rússia		12	12	0,5			0	0,0	12	0,5
Ucrânia	1	64	65	2,7			0	0,0	65	2,6
Outros		55	55	2,3	1	7	8	4,9	63	2,5
Outros países	1	46	47	2,0	1	2	2	1,2	49	1,9

*Estão contabilizados 160 (144 homens e 16 mulheres) reclusos inaplicáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos Não Prisionais.

Fonte: Direção geral dos Serviços Prisionais (DGSP)

Analisando o quadro 3, verificamos que a tendência é para a predominância de reclusos estrangeiros oriundos dos países africanos, principalmente de Cabo Verde. Entre os reclusos homens de nacionalidade estrangeira (20% do total nacional), 30,1% são homens caboverdianos e 57,5% homens de países africanos. Aqui é necessário ter especial atenção quando se categoriza estes países como PALOP, porque, por exemplo, Moçambique também é um país dos designados por “PALOP”, e tem apenas 18 reclusos masculinos, ou seja, uma percentagem, ínfima, de 0,8%, já para não referir as mulheres não havendo nenhuma reclusa oriunda deste país, em Portugal. Como tal chamo a atenção para esta questão. Os estudos realizados sobre esta matéria, dos estrangeiros reclusos, teimam em colocar estas categorias. Seabra e Santos (2005), Esteves e Malheiros (2001), Guia (2008). Esta última já teve algum cuidado, pois ao dividir os reclusos estrangeiros por crimes, não insere no grupo dos PALOP, Moçambique. De qualquer forma, parece-me bastante redutora esta análise, tal como quando se referem a reclusos de Leste. Analisando o quadro, verificamos que, a seguir a cabo Verde, o país com maior número de reclusos é o Brasil, com 12,9%, seguido da Guiné-Bissau com 9,7% e Angola com 9,1%. Os russos, ucranianos, moldavos, que são um dos grupos do meu objeto de estudo, tem uma pequena percentagem total de, 4,3%.

Gráfico 2: crimes cometidos por nacionalidade



Fonte: Direção geral dos Serviços Prisionais (DGSP)

Como diz, Rocha (2001) a maior parte dos reclusos estrangeiros estão a cumprir penas por crimes ligados ao tráfico de estupefacientes, este panorama difere do verificado para a população nacional, em que os crimes mais recorrentes são os crimes contra o património (roubo, furto simples ou qualificado, outros), como podemos verificar no gráfico. No entanto, é o tráfico de estupefacientes que justifica a reclusão da maior parte dos estrangeiros, com uma percentagem acima dos 40%. Não consegui, no entanto, obter dados sobre o tipo de crime por nacionalidade a nível nacional, porque este não é o crime do meu objeto de estudo, como poderemos constatar mais adiante. No Estabelecimento Prisional da Carregueira, não há, até à data, reclusos condenados por tráfico de estupefacientes, por isso é uma prisão singular.

Quadro 4: Estrutura Etária dos Reclusos por Sexo e Nacionalidade

Estrutura etária dos reclusos por sexo e nacionalidade

(3º trimestre de 2011)

Idade	Homens						Mulheres						TOTAL	
	Portugueses		Estrangeiros		Total		Portugueses		Estrangeiros		Total		n	%
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
16 - 18	57	0,6	27	1,1	84	0,7	4	0,8	0,0	0,0	4	0,6	88	0,7
19 - 20	188	2,0	76	3,2	264	2,2	8	1,5	2	1,2	10	1,5	274	2,2
21 - 24	864	9,1	330	13,8	1194	10,1	28	5,4	26	16,0	54	7,9	1248	10,0
25 - 29	1656	17,5	421	17,7	2077	17,6	72	13,9	28	17,2	100	14,7	2177	17,4
30 - 39	3162	33,5	800	33,5	3962	33,5	164	31,6	41	25,2	205	30,1	4167	33,3
40 - 49	2166	22,9	526	22,1	2692	22,8	159	30,6	42	25,8	201	29,5	2893	23,1
50 - 59	982	10,4	177	7,4	1159	9,8	60	11,6	22	13,5	82	12,0	1241	9,9
Mais 60	369	3,9	28	1,2	397	3,4	24	4,6	2	1,2	26	3,8	423	3,4
TOTAL*	9444	100	2385	100	11829	100	519	100	183	100	682	100	12511	100

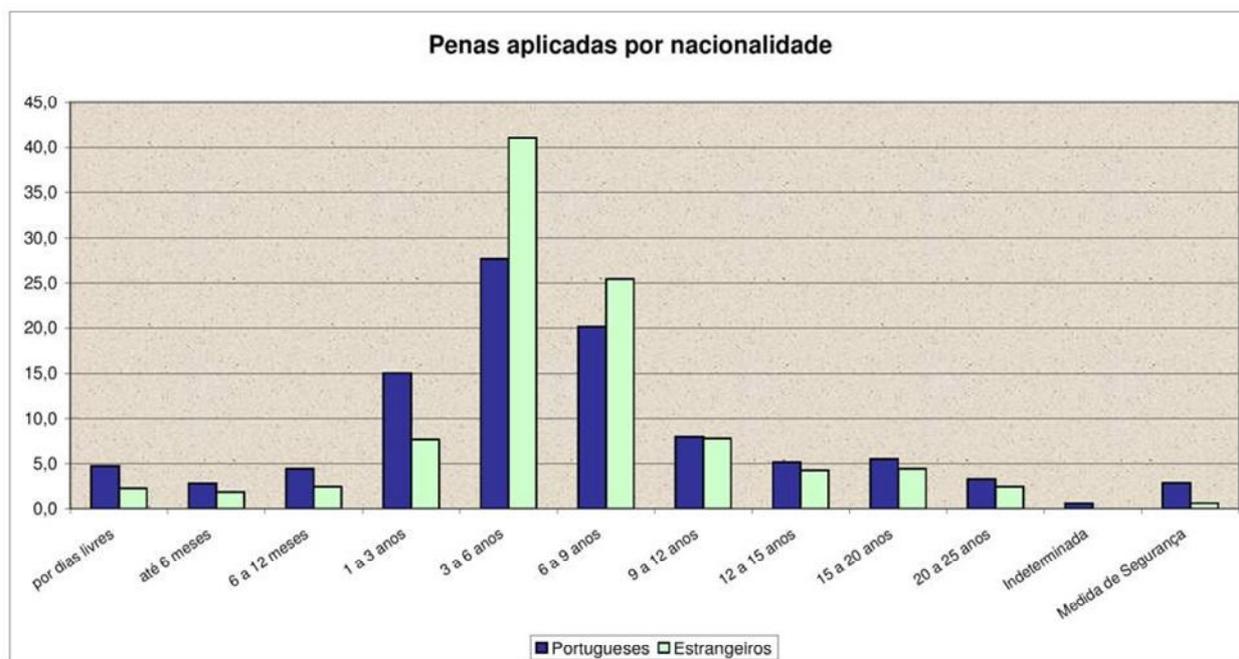
*Estão contabilizados 160 (144 homens e 16 mulheres) reclusos inimputáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos Não Prisionais.

Fonte: Direção geral dos Serviços Prisionais (DGSP)

No quadro 4, podemos verificar que a maior parte dos reclusos, quer sejam nacionais, quer estrangeiros, têm entre os 30 e 39 anos, cerca de 33,5%, embora, também

seja considerável o número de reclusos na faixa etária dos 40 a 49 anos, com 22,1% de portugueses e 22,8% de estrangeiros. É ainda interessante analisar o facto de reclusos com idade superior a 60 anos, tanto nacionais como estrangeiros, terem uma percentagem superior aos reclusos mais novos, de 16 a 18 anos. Os reclusos de nacionalidade portuguesa com idades superiores (mais de 60 anos) têm uma percentagem maior que os reclusos com idades inferiores, compreendidas entre os 19 e 20 anos. No total (reclusos portugueses e estrangeiros), podemos concluir que temos nas prisões portuguesas mais reclusos idosos do que jovens, o que provoca maiores encargos, especialmente na área da saúde: medicação, consultas externas, fisioterapia, etc.

Gráfico 3: Penas por nacionalidade



Fonte: Direção geral dos Serviços Prisionais (DGSP)

Nos livros de Seabra e Santos (2005) e Rocha (2001), os autores afirmam que, as penas aplicadas aos reclusos estrangeiros é superior à aplicada aos reclusos portugueses. Como podemos ver no gráfico 3 parece que na realidade não está de acordo com esta conclusão, pois os reclusos estrangeiros têm maior percentagem de penas de 3 a 6 anos e de 6 a 9, enquanto que nas penas maiores a tendência recai, sempre sobre os portugueses.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Decidi definir o enquadramento teórico antes da apresentação dos resultados, porque deduzo, assim, poder esclarecer desde logo o sentido dos conceitos utilizados e de como se articulam de forma a tecer a minha argumentação. Julgo ficarem, também, mais cedo esclarecidas as ambiguidades que decorrem do uso de conceitos como comunidade, identidade, cultura e etnicidade, nos discursos sobre o encontro e a convivência da diferença.

Comunidade e cultura

A comunidade, entendida como uma unidade social capaz de ser apreendida na sua totalidade por um investigador, é uma noção central nos estudos de comunidade, classicamente apoiados na estratégia monográfica e empreendidos no domínio da antropologia. Inúmeras têm sido as reflexões produzidas sobre o conceito de comunidade, seu âmbito e natureza (ex: Moreira (1987), Dias (1958), Barata (1975) ...) algumas propondo noções mas restritivas, outras mais amplas. Este conceito pretende captar uma realidade com contornos físicos observáveis ou uma realidade construída simbolicamente, e articula-se em torno de elementos como a territorialidade/espacialidade, as redes de inter-relações e a partilha de coisas.

No nível interpretativo, pode evocar quer uma situação idealizada de homogeneidade e a ausência de conflitos, de fechamento em relação ao exterior, de autoprodução cultural e de sobreposição do “nós” face ao “eu” quer em espaço – tempo de inter-relações abertas às trocas com o exterior a partir das quais se renegoceiam a cultura e a identidade e se estruturam os quotidianos dos indivíduos e das comunidades a que pertencem. (Os conceitos clássicos de solidariedade mecânica, Durkheim [1893] vir-se-iam revelar contributos essenciais nesta matéria.)

A Solidariedade mecânica

Baseia-se:

1) numa consciência colectiva muito forte: as pessoas apoiam a ordem social existente porque partilham da mesma vida quotidiana, levando ao cabo as mesmas tarefas, e percebem-se como semelhantes.

2) num código de direito repressivo com sanções punitivas, porque o desvio das regras impostas pela consciência colectiva é visto como um crime contra todos os membros da comunidade e contra os deuses.

As organizações simples (tradicional/primitivas) baseiam-se em **solidariedade mecânica**.

A versão clássica da noção de comunidade que a referência antropológica é Redfield [1953], é restritiva nas suas dimensões, população e território, não toma a unidade de análise como parte de um sistema mais vasto, tratando-a como uma identidade autónoma e estática, uma realidade social isolada e enconchada.

Na sua dimensão população, a noção de comunidade definia os agrupamentos sociais pequenos caracterizados por uma certa harmonia e homogeneidade sociais, não se observam conflitos e a diferenciação ocorrida em função da idade, do sexo, da família e do parentesco, e constituído por indivíduos que mantinham entre si relações sociais apertadas e continuadas e cujas deslocações se confinavam aos limites físicos da área geográfica de implantação, sem que tivessem necessidade de contacto com o exterior. A noção reproduzia o diferente no semelhante, já que dizia respeito a agregados populacionais das sociedades ocidentais que se distinguiam apenas pelo modo de vida tradicional no sentido rural.

Relativamente à sua dimensão território a noção de comunidade referia-se a unidades sociais que se implantavam num espaço físico pequeno, contínuo, com fronteiras bem demarcadas e que constituíam bolsas residuais isoladas e autónomas que, nas sociedades industriais e urbanas se individualizavam pelo tipo tradicional de apropriação e gestão do espaço (Dias 1958). O conceito inscrevia-se, deste modo nos estudos clássicos de lugar. A noção clássica de pequena comunidade parece, pois, poder ser entendida como uma metáfora de cultura rural, enquanto uma configuração fechada e de autoprodução cultural, que se constrói por oposição à noção de cultura urbana, remetendo, deste modo, para a dicotomia tradição/modernidade (Redfield 1947). Neste discurso dual baseado na oposição rural/urbano, a cultura que especifica e diferencia a comunidade é tida como um sistema integrador totalizante e imutável, que gera uma identidade à qual os indivíduos não podem escapar e ancorada em pressupostos internos, como a homogeneidade, o sistema fechado de relações sociais e a partilha de um modo de vida. Parece poder remeter-se essa noção estática de cultura para o paradigma funcionalista Malinowskiano (Malinowski 1944) e a noção de identidade para o paradigma primordialista Geertziano que fundamenta em

características afiliativas dadas á nascença e coercivas (Geertz 1973). No entanto, as novas relações em torno dos conceitos de cultura e identidade permitem avaliar e esclarecer estas ambiguidades contidas na noção clássica de comunidade que se veio a revelar. Desde logo, a comunidade passa a ser entendida como um pequeno grupo inserido numa unidade social mais vasta com a qual interage. O modelo de rede de relações sociais primárias, a partilha de símbolos, valores, atitudes, comportamentos e práticas e o sentimento de pertença são os elementos que se doseiam e se combinam na produção dos novos conceitos de comunidade.

Turner propõe a distinção entre *communitas* e comunidade. Para o autor, o princípio discriminatório está patente nos conceitos através da sua medida de estruturação, isto é, a agregação dos indivíduos singulares a formas de relação ordenadas. Assim, define *communitas* como "a relação entre indivíduos concretos, de sentir comum" (Bernardi, 2007: 68). Porque estes indivíduos formam-se através do eu e do tu, integrando-se em sociedades homogéneas, "os seus limites coincidem idealmente com os da espécie humana" (Bernardi, 2007: 67). O conceito de *communitas* de Turner permite-nos perceber o processo dinâmico da cultura como expressão da colectividade. Turner afirma que o destino histórico de cada *communitas* sujeita-se ao declínio e queda na estrutura e na lei. Após o declínio e a queda, verifica-se a estabilização da estrutura, tornando-se lei, transformando-se a *communitas* em comunidade. A *communitas* é um grupo, que começa por alterar as suas leis e estruturas (rituais, formas de casamento, hábitos alimentares, etc.) e depois desta queda ou declínio, existe uma estagnação e começam a ser aceites, formando uma comunidade porque são aceites entre eles e pelos outros. As noções de grupo propostas por Mary Douglas permitem observar as várias gradações de vida em comunidade e entender como a unidade social se configura interna e externamente (1978). Na sua dimensão interna, a comunidade define-se por uma grelha que liga os indivíduos ao mesmo tempo que os classifica e os posiciona uns em relação aos outros e, na sua dimensão externa, expressa-se como um grupo que exhibe uma identidade face aos de fora. As suas dimensões podem variar de intensidade, desde muito forte a muito fraca, o que faz com que da sua combinação resultem diferentes graus da vida comunitária (Douglas 1978). Por outro lado, o controlo social torna-se um instrumento normativo da estratégia comunitária a ter em conta (Barata 1975). A comunidade deixa de poder ser vista como unidade social homogénea, igualitária, sem conflitos. No interior de uma comunidade, os graus de intimidade dos laços pessoais podem variar com a frequência dos contactos face a face, observam-se relações agonistas e existem

diferenças de riqueza, prestígio e influência social, ao mesmo tempo que se arquitetam rituais e estratégias de unidade e coesão social que reproduzem a experiência de comunidade em graus diversos e a vários níveis de organização grupal (Pina-Cabral 1989). A experiência de vida comunitária gera um sentimento de pertença que identifica o indivíduo com o grupo e o distingue dos outros grupos. Vista como parte de um sistema mais amplo e intercultural, a comunidade torna-se uma realidade em permanente reinvenção. Um grupo de indivíduos que tem a consciência da sua diferença expressa em representações sociais sempre renovadas e cuja cultura e identidade resultam de uma relação contínua entre o interior e o exterior. A unidade sócio cultural, que caracteriza a comunidade é produto da solidariedade entre os seus membros que, por sua vez, se fundamenta nas características que partilham e que os distinguem. A relação com a sociedade onde se implanta torna as fronteiras da unidade, sócio cultural flexíveis, gerando-se a identidade num espaço e tempo de confluência interioridade - exterioridade.

Giddens mostrou-me como as dimensões espaço e tempo eram significantes no entendimento do modo como os sistemas sociais se organizam, porque os indivíduos interagem num espaço - tempo definido (1984). Por isso, são também importantes na estruturação da identidade dos grupos em conflito.

Também o espaço comunitário já não se restringe à dimensão território físico, contínuo, com fronteiras estruturais. A comunidade pode apropriar um espaço subjetivo, mental, de comunicação e de interação social, com fronteiras simbólicas (Cohen 1985). A comunidade torna-se realidade construída simbolicamente, uma *comunidade imaginada*, porque é constituída por indivíduos que partilham um sentimento de pertença que se reproduz num conjunto de representações sociais em constante reatualização e que manipulam símbolos culturais ao sabor das interpretações que fazem de cada situação vivida dentro e fora da comunidade, mas em que nem todos se conhecem nem a experiência comunitária se revela em todos os aspetos da sua vida (Anderson 1991). Uma comunidade que se estrutura na *tradição inventada*, entendida como um conjunto de símbolos culturais permanentemente reelaborados que promovem e simbolizam a coesão social ou a pertença a grupos, que legitimam as instituições, os *status* e as relações de poder e que, finalmente, socializam os indivíduos, fornecendo-lhes sistemas de valores e de crenças e padrões de comportamentos (Hobsbawm 1983). As novas abordagens sobre as comunidades de migrantes, que se distinguem étnica e culturalmente na sociedade de acolhimento e que se

implantam nas áreas urbanas, fundamentam-se nessas mesmas premissas e vêm também pôr em causa a interpretação que se cinge à diferença e à especificidade contida na noção clássica de comunidade.

Grupo étnico

Ao utilizar o termo «etnia», A. D. Smith fá-lo para designar um grupo social cujos membros partilham um sentimento de origem comum, reivindicam uma mesma história e um mesmo destino, compartilham uma ou mais características distintas face a outros grupos, crêem numa ascendência comum e mantêm entre si relações de solidariedade, gerando grupos étnicos. Trata-se de uma concepção estática de cultura que prescreve uma identidade que determina a pertença natural do indivíduo ao grupo, no mesmo sentido que o parentesco. Smith (1981). A pertença ao grupo define-se, assim, a partir de características atribuídas pelo nascimento num dado grupo, num determinado tempo e espaço, impondo, uma relativa rigidez às fronteiras étnicas, e mantendo a distância social e espacial entre os diferentes grupos étnicos. Ao longo dos tempos, o conceito de grupo étnico tem sofrido alterações no seu âmbito e natureza, sobre as quais vale a pena indagar. Parece-me útil partir do conceito de grupo étnico definido por Weber (1922), já que constitui a referência recorrente na produção sobre esta matéria: um grupo de indivíduos que acredita na sua origem comum, fundamentada nas suas semelhanças físicas e/ou culturais ou nas memórias que resultam de uma situação de migração ou colonial. Max Weber (2001, 18-19), define grupos étnicos como «human groups that entertain a subjective belief in their common descent because of similarities of physical type or of both, or because of memories of colonization and migration; this belief must be important for the propagation of group formation, it does not matter whether or not an objective blood relationship exists». Para o autor, a pertença étnica não constitui por si só um grupo, mas facilita a formação de um grupo na esfera política, funcionando a etnicidade como um mecanismo de manutenção de monopólios, de fechamento social e, ainda, como forma de mobilização política. Banton estabelece uma diferenciação entre grupos raciais e grupos étnicos. Enquanto os *grupos raciais* são reconhecidos a partir da sua aparência física, os *grupos étnicos* são identificados a partir de atributos, como a partilha de uma história comum, linguagem, costumes, atitudes, etc. Para o autor, as diferenças físicas são mais perenes, fixas e inflexíveis do que as diferenças culturais (Banton 1991). Convém, no entanto, reter que um grupo definido em

termos raciais pode assumir simultaneamente características étnicas. Um grupo, nomeadamente minoritário, pode manter a sua distintividade cultural ao longo de várias gerações, como é o caso dos ciganos, porque se diferenciam da maioria em mais do que uma dimensão e vivem nas margens da sociedade. Também os grupos migrantes, como os europeus do Leste, são dotados de etnicidade. Tal como nação, grupo étnico passa a poder ser entendido como uma *comunidade imaginada*, construída simbolicamente, já que os seus membros partilham um sentimento de pertença, mas nem todos podem interagir no sentido de constituírem uma comunidade real (Anderson 1991). Uma comunidade que inventa e reinventa a tradição, que constrói e reconstrói a sua história e a sua cultura. Uma comunidade que reconstrói o passado e constrói o presente cuja identidade, cultura e fronteiras étnicas são continuamente negociadas, revistas e revitalizadas, através das interações no interior e com o exterior.

Numa primeira fase a comunidade de migrantes recém chegados pode produzir um discurso identitário voltado para dentro e baseado em representações sociais e simbólicas que recorrem à galeria de imagens que se relacionam com o passado comum. A tendência para a concentração espacial ou para a proximidade residencial e os vários níveis de organização grupal favorecem a apropriação de lugares em tempos prolongados de interação, muitas vezes, sujeitos a uma calendarização ou a um ritmo previsível, em que o presente doloroso quase se esquece por referência a um passado romântico e em que o futuro se perspetiva no regresso. Aos poucos, as sucessivas gerações de migrantes podem ir produzindo um discurso para *fora* e afirmando a sua identidade, através de novos lugares e tempos de interação. O discurso identitário pode valorizar o passado já não envergonhado, mas inclui a dimensão temporal presente, as experiências vividas no novo espaço, num contexto de relações interculturais. O passado fornece elementos culturais que encontram no presente formas de reatualização e vai-se projetando o futuro, um futuro que poderá ser de reivindicação de uma nova identidade na pluralidade. Torna-se necessário lembrar que a pertença a grupos étnicos e culturais depende das representações e das percepções auto-construídas, tanto pelo próprio grupo étnico e cultural, como pela sociedade em geral. Na generalidade, os racizados e os etnicizados são percebidos ora como «diferentes», ora como «inferiores» e até como «não humanos». Por outro lado, os grupos sociais com essas especificidades poderão representar uma ameaça á homogeneidade social, devido a estes não estarem assimilados, o que pode legitimar práticas discriminatórias e conflitos

interétnicos. Quer em grupos migrantes, como em grupos não migrantes a quem se atribui uma distintividade cultural bem marcada, o mapa identitário socorre-se e conjuga múltiplas referências e recursos, consoante os contextos, as situações, os cenários e os agentes de interação. Geralmente, um grupo étnico é definido como um conjunto de indivíduos cujas identidade social e dimensões psicológicas são entendidas pela sociedade dominante como sendo cultural e historicamente inferiores. Para além disso, a definição de um grupo étnico também abrange aqueles indivíduos que têm uma identidade social inferior e que procuram preservar ou criar uma percepção positiva da sua identidade social dentro de um sistema de desigualdades mantido pelo grupo maioritário (Tajfel 1978). O autor define grupo étnico como sendo um conjunto de indivíduos que luta continuamente por uma identidade positiva. Na óptica do autor, a noção de grupo étnico deve ser abordada a dois níveis. Por um lado, o sentimento de pertença a uma cultura comum que une os indivíduos pela experiência de um mesmo background histórico, de valores, de normas e de rituais; por outro lado, a noção clara de que as desigualdades sociais às quais os indivíduos têm de enfrentar, derivam, por conseguinte, das representações pejorativas e da imagem social que a sociedade maioritária constrói sobre a idiosincrasia cultural do grupo migrante. De acordo com as definições supracitadas, perspectivas contrastantes podem estar na base da formação da identidade étnica e da etnicidade. Tajfel (1978), por exemplo, afirma que a identidade étnica pode ser associada àqueles grupos que demonstram ter uma identidade social inferior relativamente ao seu background primordial e aos traços sociais que lhe estão associados. Este aspecto negativo da identidade social torna-se evidente quando os grupos se comparam com o sistema social da sociedade dominante. Por consequência, entende-se que a etnicidade cristaliza no momento em que os grupos se apercebem de que não possuem recursos sociais e culturais suficientes para protegerem as suas identidades em relação às desigualdades sociais que prevalecem no seio da sociedade de acolhimento. Segundo este raciocínio, a etnicidade é entendida como uma arma que os grupos étnicos usam para preservarem as suas identidades sociais e manterem um sentimento de distinção cultural e psicológica. Evidências empíricas que advêm de investigações recentes sobre grupos étnicos (Bastos e Bastos 1999) revelam que a etnicidade assume o papel de símbolo, de meio através do qual os grupos étnicos fortalecem a sua identidade social. Além disso, ambos os autores (Bastos e Bastos 1999) notaram que a proteção da identidade social do grupo implica dois grandes processos: por um lado, um processo de exploração social das

características idiossincráticas do grupo, tais como a gastronomia, os dialetos locais da terra natal, a música, o vestuário, a dança, a religião, os rituais, os valores e os ideais; e por outro lado, um processo de demarcação de fronteiras culturais em relação à sociedade dominante.

Identidade

Definição de identidade

Auto-representação que determina relações imaginárias de auto-inclusão e de auto-exclusão relativamente a grupos de referência que o sujeito representa como positivos ou negativos.

Dimensões da identidade

Segundo J. Pereira Bastos, é a auto-representação pessoal relacionada com:

- representações de género, de geração (ou de parentesco)
- representações grupais (de classe, de etnia, de nação, etc.)
- representações ideais (modelos positivos e negativos)

As identidades são comparativas

As identidades individuais são construídas com base na comparação intra-pessoal e inter-pessoal.

As identidades são internamente

- Instáveis
- Plurais
- Contraditórias

As identidades são relacionais

As identidades são construídas com base em relações de poder desigual entre identidades dominantes e identidades dominadas.

As identidades são estratégicas

As estratégias identitárias são:

- procedimentos conscientes ou inconscientes
- que visam proteger ou alargar a auto-estima identitária

- e que são elaborados pelo sujeito em função das suas situações de interacção com os outros

Componentes de identidade nacional

Componente étnica (representações de etnicidade; sentimento de pertença a um grupo étnico)

- Componente cultural (mitos e memórias históricas partilhados)
- Componente territorial (sentimento de pertença a um espaço territorializado)
- Componente jurídico-política (definição legal de pertença a uma nacionalidade)

Para A. D. Smith os constituintes fundamentais da identidade étnica são «mitos, memórias, símbolos e valores» concebidos como atributos culturais permanentes, não valorizando as emoções na diferenciação étnica, dado o seu carácter efémero (Scheff 1994, 280-281). Como bem refere António Firmino da Costa (1992, 52), a formação das identidades socioculturais é uma das «articulações mais interessantes entre cultura e relações sociais». Considera haver dois processos que competem na produção de identidades: o primeiro é o processo biográfico (o “Eu”) e o segundo o processo relacional, comunicacional (o “outro”). O primeiro remete para um processo de interiorização ativa, ou construção da «identidade do *Eu*» pelos próprios indivíduos, o que não pode ser dissociado das suas trajetórias sociais; é o que (Goffman 1988 [1963]) chama «identidades sociais reais». Já no segundo a identidade não pode ser separada do indivíduo e das relações com o «outro», correndo o risco da utilização das categorias desencadearem processos de «etiquetagem», tal como Goffman as designa, de identidades «virtuais». Goffman (1988). Pode ainda haver um hiato entre os dois processos, o dado à pessoa «identidade social real» e o de auto atribuição ao próprio indivíduo. Goffman (1988), 12. Podem no entanto haver estratégias identitárias, que se revestem de duas formas: a de transações «externas» entre os indivíduos e os *Outros* significativos. A construção das identidades joga-se na articulação entre os sistemas de ação que propõem, as identidades «virtuais» e as «trajetórias vividas», no decorrer das quais se forjam identidades «reais» e às quais os indivíduos aderem. Trata-se de uma negociação identitária, enquanto processo comunicacional e complexo.

Em síntese, a formação de identidades resulta, assim, de um duplo processo, a nível relacional e cultural. O processo é relacional, porque é resultado da relação entre indivíduos,

em que cada “Eu” só faz sentido, enquanto em relação com o “Outro” diferente e oposto. Este processo é cultural porque transporta categorizações do universo. José Pinto (1991) considera o caráter sobretudo relacional do conceito de identidade e diz que «produção das identidades sociais implica a imbricação de dois processos: o processo pelo qual os atores sociais se integram, em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência, com eles se fundindo de modo tendencial (processo de identificação); e o processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente fixando, em relação a outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de identização)» (Pinto 1991, 218).

A identidade resulta, assim, de uma permanente interação das várias culturas em presença e de uma renegociação constante dentro da comunidade de migrantes e com a sociedade de acolhimento, podendo-se, neste sentido, falar em vários níveis de identidade, cujo posicionamento é determinado pela percepção que os indivíduos de um dado grupo têm do significado que cada nível possui para os diferentes grupos, da sua importância nos diferentes contextos sociais e da sua utilidade nas diferentes circunstâncias. Caberá, assim, ao investigador interpretar as dimensões culturais da identidade – os símbolos, os significados, as categorias nativas – e explorar o processo dinâmico de invenção de identidade e a sua importância na produção e reprodução das configurações culturais. Colocar-se na posição de Geertz de que “fazer etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, apagado, cheio de elipses, incoerências, emendas, suspeitas e comentários tendenciosos (1973). O desafio da antropologia consiste em interpretar as formas identitárias cosmopolitas que emergem do confronto e interpenetração do “nós” e do “outro”, “colocar o enfoque nas dinâmicas culturais daquilo a que hoje se chama *desterritorialização*”, porque as comunidades étnicas “cada vez mais operam num sentido que transcende as identidades e as fronteiras territoriais específicas” (Appadurai 1991: 193). Às vezes, a relação “nós” – “outro” define um nível identitário mais abrangente que agrupa, numa mesma categoria diferenciadora, os indivíduos e as comunidades a que pertencem, com base em critérios como a cor da pele, a região ou continente de origem, a língua, as raízes culturais, as condições sócio económicas...

Podemos dizer que a identidade é o conceito correlativo de alteridade; devido a, nos processos de identificação o «Eu» só existir em oposição ao «Outro» e que em grupo se referem ao «Nós» em oposição aos «Outros», portanto estes dois conceitos são indissociáveis, por que a identificação do «Eu» tem de se reconhecer diferente do «Outro» e

vice versa. Gonçalves (1992). As definições e classificações do «Nós» e do «Outro» jogam, assim, reciprocamente e constroem-se mutuamente, porque as mesmas: «se constroem por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas de confirmação e de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo esse processo, feito de complementaridades, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes. A construção de identidades alimenta-se sempre de alteridades (reais ou de referência) e por isso nunca exclui em absoluto convívios e infidelidades recíprocas, para desespero dos que nela querem ver o desenvolvimento harmonioso e coerente de umas tantas substâncias essenciais» (Pinto 1991, 219). No domínio da psicologia social, os modelos de Tajfel (1978 e 1981) e de Turner (1982 e 1984), baseados na teoria da identidade social, têm-se revelado úteis no entendimento dos processos cognitivos e emocionais que levam os indivíduos a identificarem-se com o seu grupo étnico, a reconhecerem e a aceitarem a sua pertença a uma dada categoria, sendo, no entanto, necessário equacionar os efeitos dos elementos primordiais e dos elementos circunstanciais no nível individual, por forma a captar o modo como as configurações identitárias mudam ao longo do tempo e afetam as adaptações culturais dos migrantes ao novo meio. O que leva um indivíduo a filiar-se num grupo é o reconhecimento de pertença ao mesmo, o que o leva para um coletivo imaginário, atribuindo-lhe significados aos quais o próprio se identifica.

Identidade como Identidade Social

No *Oxford English Dictionary* (Dicionário de Inglês da Oxford) o termo identidade é definido como “*nome dado à condição ou qualidade... que expressa a noção de ‘igualdade’, lado a lado com as noções de ‘semelhança’ e de ‘unidade’*” (1989: 620). O mesmo termo é descrito de forma semelhante no *Social Sciences Encyclopedia* (Enciclopédia de Ciências Sociais), aparecendo como um termo que se refere à “*forma como uma pessoa se auto-define em relação às outras*” (1985: 771).

Teoria da identidade social

A proposição mais básica e intrínseca que está subjacente à análise de identidade social é a de que o mundo é entendido por categorias socialmente consolidadas. Ao ser creditada por vários cientistas sociais pela sua capacidade de representar com exatidão o

comportamento humano, uma determinada teoria de identidade social emergiu de experiências empíricas. A figura que liderou as experiências relacionadas com a identidade social foi Henri Tajfel, cujas experiências preliminares proporcionaram o desenvolvimento da Teoria da Identidade Social (TIS). Ao longo das suas experimentações, ele estudou pequenos grupos de modo a examinar – ainda que numa situação experimental – como é que participantes que não se conheciam uns aos outros, ou não possuíam uma história comum, criavam uma ligação com o resto do grupo, sob o estímulo da categorização intergrupala. A intenção da investigação era, essencialmente, a de provar que os indivíduos tendem naturalmente a categorizar o meio social usando uma escala binária de categorias, isto é, aqueles que são semelhantes a *nós* e aqueles que não o são, doravante classificados como *eles*. Na sequência dos resultados destas experiências, Tajfel ficou convencido de que cada pessoa divide o seu mundo em classes ou categorias sociais distintas (Tajfel, 1970; Tajfel, e *tal.*, 1971). Contudo, foi fundamental para a TIS de Tajfel concluir que os humanos não se limitam a ler o estímulo social nas categorias sociais, mas que esquematizam o meio social de uma forma que resulta da interligação de quatro processos: *a categorização social; a identidade social; a comparação social; e a diferenciação social.*

A formação da Identidade Social: Categorização Social, Identidade Social, Comparação Social e Diferenciação Social

Tal como foi mencionado anteriormente, a principal premissa da teoria de Tajfel é a de que cada indivíduo divide o seu mundo em diferentes categorias sociais. Todavia, a construção de uma identidade social exige, até certo ponto, a combinação de determinados momentos ou processos. Irei começar por desmantelar o primeiro processo, o de *categorização social.*

De acordo com a TIS, a identidade social de uma pessoa desenvolve-se, claramente, a partir da sua consciência dos diversos elementos de identificação que existem dentro do seu meio pessoal. Alguns destes elementos são abrangentes, tais como a classe, a etnia, a religião, o género; mas, outros componentes podem ser mais pequenos, mais localizados, transitórios e idiossincráticos, tais como os grupos de atividades de tempos livres, os pequenos grupos políticos, etc. Por conseguinte, com base no entendimento que uma pessoa tem do que a rodeia, ela tende a identificar-se com determinados elementos e a rejeitar outros. Por exemplo, se é uma mulher, não irá identificar-se com um homem. Por

outro lado, se ele se entende como sendo uma pessoa branca, certamente não irá ver-se a si mesmo como sendo uma pessoa negra. Partindo destes casos ilustrativos, que abrangem aspetos diários das vidas dos indivíduos, pode concluir-se que o indivíduo define o mundo através da seleção de uma categoria de entre um conjunto de identificações e da rejeição de outras; aquelas que são mulheres e aquelas que não são; aqueles que são negro e aqueles que não são; aqueles que são estudantes e aqueles que não são. Por outras palavras, a categorização social acontece quando o indivíduo enceta o seu posicionamento dentro de um sistema de categorias sociais e, conseqüentemente, começa a encarar o meio como sendo um universo binário representado por *Nós* (o grupo interno) e por *Eles* (o grupo externo).

Outra premissa básica da teoria de Tajfel é a de que, geralmente, os indivíduos se esforçam para alcançarem uma percepção positiva da sua *identidade pessoal*.

Segundo a Teoria da Identidade Social, os indivíduos estão, indubitavelmente empenhados numa procura constante de uma identidade social positiva. No entanto, é também verdade que somente através da *comparação social* é que os indivíduos conseguem manter uma percepção positiva constante da sua identidade. A inclusão numa qualquer categoria social só se sabe positiva aquando da comparação social entre o grupo ao qual os indivíduos pertencem e outros grupos relevantes ao processo – o chamado *grupo referente*. A teoria da Identidade Social também sublinha a ambição de distinção psicológica por parte dos grupos – geralmente denominada por *diferenciação social*. No que respeita a este processo, a distinção psicológica deve ser tida como um importante processo de comparação social, que é vital ao desenvolvimento e à clarificação da identidade social de um indivíduo. É, essencialmente, através do ato da diferenciação social que o indivíduo identifica aqueles que lhe são semelhantes e cria fronteiras que, eventualmente, lhe proporcionam a sensação de pertença a um grupo que possua semelhanças culturais com as suas.

A Teoria da Identidade Social: estratégias de Identidade

Tal como foi mencionado anteriormente, uma premissa fundamental da Teoria da Identidade Social, de Tajfel, é a de que, tanto os indivíduos como o grupo se esforçam constantemente por obter uma percepção positiva da sua identidade social. Assim, a incorporação das realidades da migração e do processo de migração neste estudo é

efetuada na expectativa de que os indivíduos e os grupos migrantes se envolvam num projeto de manutenção de uma percepção positiva da sua identidade e procurem alcançar as dimensões que lhe são adjacentes. O desenvolvimento desta crença teórica levou Tajfel (1978) a construir um esquema, que pode ser denominado de tipologia de estratégias de identidade. A teoria aponta três principais modos ou estratégias de identidade: *a mudança social*, *a criatividade social* e *a mobilidade social*. A mudança social refere-se aos casos em que o grupo e os seus membros tentam mudar a estrutura do próprio grupo nos limites das estruturas sociais da sociedade receptora. A criatividade social surge associada àquelas situações em que o grupo e os seus indivíduos procuram alcançar uma nova dimensão de comparação entre eles mesmos e a sociedade receptora, estratégia através do qual eles tencionam realçar uma percepção positiva da sua identidade social. Relativamente a este modo identitário, Tajfel (1978) propõe uma sub tipologia através da descrição de três direções de criatividade social que os grupos e os indivíduos podem fomentar. A primeira surge quando os grupos estão envolvidos na redefinição das suas próprias identidades e dimensões. Tajfel (1978) refere-se a esta situação socorrendo-se do exemplo do movimento dos negros nos anos 60, movimento esse em que os indivíduos negros tentavam reverter as conotações negativas normalmente associadas com o facto de se ser negro – tais como “escuro”, “sujo”, “estúpido”, “preto” – fazendo uso do slogan ‘*Black is beautiful*’ (o negro é bonito). Na verdade, segundo Tajfel, este caso demonstrou um grande investimento do grupo ao nível da criatividade social de modo a atingir uma distinção psicológica aceitável. Basicamente, de acordo com esta teoria não se espera que os grupos mudem o seu estatuto social dentro do sistema de valores prevalecente, mas na realidade os grupos mudam os seus valores internos através da transformação de estigmas desfavoráveis, de conhecimento geral na sociedade de acolhimento, em conotações positivas.

O segundo sub tipo de criatividade social dá-se quando o grupo mantém o seu desejo de redescobrir o seu background cultural, em termos de tradições, de rituais, de mitos, de valores, de factos históricos e de atributos especiais, com a finalidade de alcançar uma sensação de historicidade, que surge ligada à sua identidade social.

O terceiro sub tipo de criatividade social surge quando o grupo não é capaz de rastrear os seus próprios antecedentes históricos e, por essa razão, tem como objetivo a criação de novas características para o grupo e para os seus membros. O grupo crê que a

incorporação de traços originais irá proporcionar-lhe uma distinção psicológica e irá, também, consolidar uma sensação positiva relativamente à sua identidade social.

A mobilidade social, o último tipo de estratégia identitária, refere-se geralmente à situação em que o indivíduo abandona o grupo. Normalmente, este caso surge quando o grupo e os seus membros se apercebem de que só podem contar com as normas, os valores e as representações sociais da comunidade mais vasta ('wider community'). Tal pode acontecer, *in extremis*, quando o grupo aceita a sua incapacidade de criar e manter uma identidade social baseada nos seus próprios valores, nas suas próprias normas e representações. Neste caso, é provável que o grupo seja assimilado pelo grupo maioritário, isto é, a sociedade receptora.

Etnicidade

Nas definições de Anthony Smith, Etnicidade é:

- Nome colectivo próprio
- Mito de ancestralidade comum
- Memórias históricas partilhadas
- Um ou mais elementos diferenciadores de cultura comum
- Associação com uma «terra-natal» específica
- Sentido de solidariedade

O paradigma primordialista de etnicidade coloca o enfoque na cultura de origem e defende a ideia de que as características afiliativas dadas naturalmente, à nascença, como o território, a língua, a religião, os costumes, exercem uma força coerciva na definição da identidade étnica e da pertença ao grupo (Geertz 1973).

O antropólogo Rosaldo (1988) mostra que a etnicidade tem uma dimensão expressiva e primordial e uma dimensão instrumental e situacional e que ambas se manifestam quer no centro quer nas fronteiras étnicas. No centro, na esfera privada das relações interindividuais e nos momentos que promovem a coesão do grupo, a etnicidade expressiva e primordial adquire maior visibilidade enquanto que na periferia, na esfera pública onde se negociam as trocas com o exterior, torna-se mais evidente a etnicidade instrumental e situacional que regula as relações de conflito e de cooperação entre os grupos étnicos, na sua luta pelos recursos disponíveis.

Já nos anos 20 e no âmbito da Escola de Chicago, os estudos produzidos revelam a existência de uma sociedade cultural e etnicamente recortada, cujos grupos em processo de *guetização* deviam ser olhados como um problema social que perigava o mito da nação americana, ideologicamente construído com fundamento no modelo do *melting pot*, que preconizava a fusão das diferenças culturais e étnicas numa cultura nacional. O conhecimento sobre esses grupos deveria permitir esclarecer os obstáculos do processo de assimilação, de *americanização*.

É ao nome Robert Park que está associada a fundamentação teórica da ideologia assimilacionista do *melting pot*. Contudo, a teoria dos *race relations cycle* que o autor propõe como modelo explicativo da adaptação dos migrantes a um novo meio social anuncia a emergência do paradigma do pluralismo cultural (Rocha-Trindade 1995). Influenciado por autores como Durkeim, Boas, Simmel e Herbert Mead, Park marca a grande viragem da Escola de Chicago, ao desenvolver uma sociologia humanista e uma abordagem dinâmica e subjetivista que viriam a exercer enorme influência nos seus discípulos.

Colocando no centro da sua reflexão teórica os conceitos de mobilidade e de interação social entre os vários grupos em competição pelos recursos num mesmo espaço social, Park introduz os fatores tempo e conflito na análise dos processos de acomodação e assimilação dos grupos (Park e Miller 1921 e Park 1950). O seu modelo assimilacionista de adaptação antecipa questões centrais nas reflexões atuais sobre a etnicidade, como a noção de cultura em permanente reelaboração, “a importância dos aspetos simbólicos e subjetivos” nas relações interétnicas e os conceitos de grupo étnico e de raça como “variáveis que intervêm num processo contínuo de negociação entre os vários grupos” (Rocha-Trindade 1995).

Embora com o enfoque no fenómeno urbano, a Escola de Chicago produziu inúmeras observações empíricas sobre comunidades de migrantes, tendo como tema central os processos das dinâmicas sociais que condicionavam as suas experiências quotidianas no novo meio, os seus padrões de adaptação urbana (Park 1950). Estes estudos partiam do postulado assimilacionista de Park de que, apesar dos conflitos culturais e das condições de desvantagem na sua relação com a sociedade de acolhimento, com o tempo, as comunidades de migrantes seriam assimiladas pela cultura nacional.

Os vários paradigmas, modelos e abordagens do fenómeno etnicidade são reveladores de que o sonho americano do *melting pot* não se tornou realidade. Por detrás escondia-se uma sociedade plural, preservavam-se diferentes culturas e construía-se comunidades

étnicas, fabricavam-se grupos que delineavam estratégias que pudessem garantir a autenticidade étnica e legitimar as suas ações e participações sociais na sociedade como um todo. Mais países confrontavam-se com a mesma realidade fragmentada em unidades cada vez mais pequenas que reivindicam uma etnicidade e outros em breve eram obrigados a admitir a pluralidade étnica e cultural (Moreira 1993).

O modelo pluralista de relações interétnicas substitui o modelo assimilacionista, fazendo mudar as abordagens no domínio da inserção dos migrantes nas sociedades de acolhimento. Deixa-se de supor a existência de uma cultura dominante com qualidades homogeneizadoras e hegemônicas. Não se equaciona a diferença em termos de exclusão social, minorias e majorias são grupo étnicos que negociam identidades e culturas e entram em conflito pelos recursos disponíveis. Emergem líderes étnicos que exigem igualdade de direitos e de oportunidades. Não obstante as limitações que se podem apontar ao paradigma assimilacionista, o fato é que a história demonstrou que, com o tempo, muitas comunidades de migrantes foram culturalmente assimiladas em vários contextos nacionais, embora outras tivessem mantido as suas especificidades, não apenas por efeito de fatores como a etnia e as intolerâncias de natureza vária, mas também pelas mudanças do pós-guerra, operadas nas estruturas e nas inter-relações dentro dos estados e entre estados.

A etnicidade é agora a ficção dos tempos modernos, “algo reinventado e reinterpretado em cada geração por cada um dos indivíduos”, não a obra de um inventor, mas uma ficção coletiva sobre a qual o indivíduo não possui um controlo imediato e que se constrói no tempo e no espaço de interação.

Como lidar com a diferença e preservar as especificidades num espaço que perfilha ideias integracionistas? Como articular a singularidade e a pluralidade na universalidade? A resposta europeia a estas questões acabaria por enformar um outro modelo de relações interétnicas, o interculturalismo, que se contrapõe aos modelos assimilacionistas e do mosaico multicultural. “Mais do que a tradução conceptual de um fenómeno social, a abordagem interculturalista fundamenta-se numa estrutura polivalente de referência cultural alargada” que compatibiliza, ao mesmo tempo, as semelhanças que resultam das trocas interculturais e as diferenças que se querem preservar (Rocha-Trindade 1990). Esta nova perspectiva de relações interétnicas insere-se no debate em torno das concepções pluralistas e constrói-se com base na capacidade de cooperação entre os vários grupos portadores de culturas diferentes. Propõe uma abordagem dinâmica dos processos

migratórios e dos mecanismos de adaptação dos migrantes ao novo meio que articula os fatores que influenciam as intra e as interrelações dos diferentes grupos nas sociedades receptoras, os elementos que definem os meios sócio culturais das sociedades emissoras, as componentes individuais, o conjunto das variáveis composicionais que caracterizam os migrantes (Rocha-Trindade 1995: 101-3).

4. PENSANDO O CRIME

4.1. O conceito de crime

A definição jurídico-legal de crime define-o como todo o comportamento – e só esse – que a lei tipifica como tal. Paul Tappan (1947), eminente criminologista, sociólogo e jurista, levou a cabo uma defesa extrema dessa conceptualização do crime, por considerar que se tratava de um conceito objetivo, preciso e operacional, defendendo que só se deveria considerar crime aqueles comportamentos que resultassem de condenações judiciais.

A operacionalidade do conceito puramente legalista de crime é evidente, tanto mais que as estatísticas criminais oficiais refletem essa perspectiva. Contudo, aceitar acriticamente a definição jurídico-legal de crime implicaria em última instância supor que a criminalidade oficial corresponde integralmente à criminalidade efetivamente cometida. Do mesmo modo, aceitar a posição definida por Tappan de que o crime corresponde ao que é condenado como tal nas instâncias judiciais significa pressupor, por exemplo, que a aplicação da lei é sempre objetiva e neutra, havendo uma correspondência total e absoluta entre a denominada *law in books* (legislação) e a *law in action* (aplicação da lei).

Não sendo a definição de crime algo auto evidente e unitário, torna-se importante perceber a diversidade de elementos que podem estar associados a este conceito, assim como o relativismo cultural e histórico que lhe está subjacente.

Pode considerar-se que existem três elementos básicos na definição de crime: 1) os *danos*, que remetem para a natureza, dimensão e severidade dos prejuízos e males causados e que tipo de vítimas foram atingidas; 2) o *consenso social* sobre os impactos criados pela ocorrência do crime; 3) as *respostas oficiais*, que implicam a existência de legislação criminal que especifica as circunstâncias em que um ato danoso pode ser classificado como crime e quais as sanções a dirigir a quem o cometeu.

A definição de crime de Durkheim

Émile Durkheim, um dos clássicos da Sociologia que marcou decisivamente os primórdios da análise sociológicas do crime, apresenta uma obra *De la division du travail social* (1895), uma definição de crime como sendo «*todo o ato que, num qualquer grau, determina contra o seu autor essa reação característica a que se chama pena*» (Durkheim 1977: 87). Esta focagem na dimensão da resposta oficial surge articulada com a questão do consenso social, na medida em que o autor não só define a pena como sendo uma «*reação passional, de intensidade graduada, que a sociedade exerce por intermédio de um corpo constituído sobre aqueles dos seus membros que violaram certas normas de conduta*» (id. Ibid.: 116), como acrescenta que «*um ato é criminoso quando ofende os estados fortes e definidos da consciência coletiva*» (id. Ibid.: 99), pelo que «*não se deve dizer que um ato ofende a consciência comum porque é criminoso, mas que é criminoso porque ofende a consciência comum*». (id. Ibid.: 100).

A definição durkheimiana de crime remete para o comportamento que é definido como tal pela lei e que recebe a respetiva sanção jurídico-penal. Nesta perspetiva, não há crime sem lei, do mesmo modo que não há lei criminal sem existência de dano ou prejuízo. Em suma, para Durkheim o crime consiste numa transgressão em relação ao que é definido ao nível de estados fortes e definidos da consciência coletiva, suscitando como tal reações intensas que se projetam pelas sanções previstas no direito criminal. Na perspetiva deste autor, a característica comum aos crimes residiria no facto de constituírem atos universalmente reprovados pelos membros de cada sociedade.

A definição de crime de Sellin

Thorsten Sellin, criminologista americano e especialista em estatísticas criminais, distinguiu-se por pretender libertar o conceito de crime da perspetiva jurídico legal, advogando a necessidade de uma «definição sociológica» do conceito, na sua obra *Culture, conflict and crime* publicada pela primeira vez em 1938. De acordo com o autor, as exigências metodológicas e epistemológicas da Criminologia (ciência que tem como objetivo de estudo o crime) e a diversidade cultural a que assistimos nas sociedades modernas remetem para uma perspetiva multicultural do crime, que pode ser definido como sendo a transgressão a dois tipos de normas: as normas de conduta e as categorias universais. As normas de conduta são criadas pela sociedade e podem variar de grupo para grupo social. Já as

categorias universais de crime (como por exemplo, o homicídio) assumem um significado similar em diferentes sociedades. Na perspectiva de Sellin, a Criminologia deveria ter um objetivo de estudo com uma natureza objetiva e universal, valorativamente neutro e que não estivesse sujeito ao relativismo espaço temporal, de modo a ser possível isolar e classificar as normas de conduta de acordo com categorias universais. Segundo este autor, as normas jurídico penais apenas projetam a estrutura normativa dos grupos culturalmente dominantes, refletindo deste modos os valores e interesses dos grupos sociais que controlam o aparelho legislativo. Isto faz com que possa haver conflitos culturais entre os «fazedores de leis» e as normas de conduta que regulam as vivencias e as situações sociais específicas dos grupos desfavorecidos, que tendem a aumentar com o processo de modernização da sociedade, na medida em que este potencia a heterogeneidade cultural. Os críticos de Sellin consideram que este falhou o objetivo de apresentar uma definição unívoca de categoria universal de crime, o que não elabora propriamente um conceito sociológico de crime, mas apenas contrapõe dois universos normativos: as normas de conduta em geral e as normas jurídico penais, convertendo as primeiras em objeto de estudo da Criminologia.

4.2. Desenvolvimento da Escola de Chicago

Os primeiros em estudos sobre estrangeiros e criminalidade em zonas urbanas foram realizados pela denominada «primeira Escola de Chicago», vigorou nos anos 20 e 30 do século XX e trouxe contribuições importantes à Criminologia, destacando-se as teorias da ecologia humana (de Robert Park) e das zonas concêntricas (de Ernest Burgess). O contexto sócio-histórico que envolveu o desenvolvimento desta corrente de pensamento sobre o crime radica na expansão das cidades, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Neste período e sob o efeito da industrialização, tornam-se visíveis novos fenómenos sociais, de ordem económica, demográfica e espacial, que se reflectem nas grandes cidades e são acompanhados por alterações de valores, costumes e novas formas de interacção e controlo social. Assiste-se a uma crescente complexidade dos processos de mobilidade e estratificação social, a diversificação cultural e, sobretudo, a predominância das relações sociais secundárias e conseqüente quebra da solidariedade e coesão social tradicional. A alteração das formas tradicionais de controlo social é particularmente acutilante nas cidades. A família, a igreja, a escola vêem fragilizados ou profundamente alterados os seus mecanismos de controlo social,

cedendo espaço para um controlo público, no qual é imprescindível o papel da lei. É desse turbilhão que emerge um novo ambiente — o ambiente das grandes metrópoles — marcado por crescentes desigualdades sociais e espaciais, que se apresenta propício ao surgimento de condutas desviantes e de crime. Chicago foi uma das três grandes cidades americanas — juntamente com Nova Iorque e Filadélfia — que, na segunda metade do século XIX, sofreu mais o processo de urbanização acelerada e foi a que mais recebeu migrantes, avultando-se a sua importância económica graças ao seu vasto centro industrial e comercial. Paralelamente a esta expansão económica e demográfica, cresceu significativamente a criminalidade, suscitando uma política de repressão policial (Freitas, 2002). A universidade de Chicago foi criada neste contexto de crescimento urbano e torna-se a primeira universidade americana a ter um departamento de Sociologia (criado em 1892). A obra da Escola de Chicago tornou-se respeitada e conhecida em virtude dos trabalhos que estabeleceram a relação entre a organização do espaço e a criminalidade. A partir daí, o crime começou a ser entendido como um produto da urbanização, configurando-se um novo enfoque de análise ao nível da Sociologia do Crime, que aos olhos dos sociólogos da Escola de Chicago converteu a cidade num “laboratório social”. Pode-se sintetizar do seguinte modo as três principais vertentes dos estudos levados a cabo pelos sociólogos da Escola de Chicago: 1) o trabalho de campo e forte empiricismo; 2) o estudo da cidade, em particular problemas relacionados com a migração, o crime e o desvio; 3) uma forma característica de psicologia social, oriunda, principalmente, do trabalho de George Herbert Mead e que veio a ser denominada interaccionismo simbólico (Freitas, 2000: 52). Particularmente marcante para o reconhecimento dos estudos desenvolvidos pela Escola de Chicago foi o pendor extremamente pragmático que caracterizou esta corrente de pensamento, sendo de salientar o desenvolvimento do «Projecto Área de Chicago» que teve o intuito de criar vínculos entre os jovens e os elementos da comunidade em que residem. O objectivo principal deste projecto de intervenção social integrado na Escola de Chicago era reduzir a criminalidade, que se acreditava ter origem na desorganização social — entendida como a impossibilidade de definir e impor modelos de acção colectiva — que afectaria principalmente as áreas da cidade mais pobres e degradadas.

4.3. A teoria da ecologia humana

Robert Park (1864-1944) foi fundador da Escola de Chicago e criador da teoria da ecologia humana e do método da observação participante em contexto urbano e industrial.

A teoria da ecologia humana entende o crime como algo não determinado pelas pessoas, mas sim pelo grupo a que pertencem, pressupondo que o comportamento humano é modelado e limitado pelas condições sociais presentes no meio físico e social. Park propõe uma analogia entre a organização da vida animal e da vida humana em sociedade e a teoria da ecologia humana fundamenta-se em dois conceitos das ciências naturais: 1) simbiose; 2) invasão, dominação e sucessão, baseando-se na perspectiva de vida colectiva como um processo adaptativo constante baseado na interacção entre meio ambiente, população e organização. O crime é assim estudado como um fenómeno ambiental, que comporta aspectos físicos, sociais e culturais. Como reconhecia a importância de um determinismo ambiental, Park via nas políticas repressivas, nomeadamente a aplicação de penas, uma imposição do meio físico e social. Nesse sentido, defendia que somente a intervenção por via de políticas públicas preventivas poderia diminuir a criminalidade, mediante a consolidação do controlo social nas áreas lógicas mais pobres e degradadas (Park, 1967, 1990). Robert Park aponta como causa principal da ocorrência de crime a quebra dos processos de socialização primária, sob influência do ambiente urbano, sugerindo como solução para prevenção da criminalidade, o desenvolvimento de acções organizadas de tipo comunicacional, criadas pelo controlo público e formando «regiões morais». Elabora assim o conceito de playground, que concebe como áreas de lazer, monitorizadas e controladas pelas instâncias de socialização secundária de tipo local, nomeadamente associações permanentes ligadas à escola, igreja e outras instituições comunitárias, especialmente dirigidas a crianças e a jovens, e que conseguissem criar vínculos entre as pessoas desde a infância, como forma de preencher o espaço formador que antes era ocupado pela família. Esta intervenção justificava-se num quadro em que as condições de vida urbana fizeram com que muitos lares fossem transformados em meros dormitórios.

4.4 A teoria das zonas concêntricas

A teoria das zonas concêntricas elaborada por Ernest Burgess e apresentada pela primeira vez em 1925, na obra *The City*, em co-autoria com Robert Park e Roderick Mackenzie (Park et al., 1968), retoma os princípios da ecologia humana desenvolvidos por Park e conceptualiza uma divisão da cidade de Chicago em cinco zonas concêntricas, que se expandia a partir do centro, todas detendo características próprias e constante mobilidade, avançando no território das outras por meio de processos de invasão, dominação e sucessão. Estas zonas concêntricas

formam «áreas naturais» (do ponto de vista físico, mas também étnico e cultural), constantemente sujeitas a processos de «desorganização social» traduzidos na impossibilidade de definir e impor modelos colectivos de acção e que formam processos de segregação espacial, com base nos seguintes princípios: 1) a diferenciação e a segregação espaciais obedecem a constrangimentos da competição económica e da mobilidade social; 2) a segregação pode revelar-se benéfica, na medida em que grupos semelhantes podem formar nichos de identidade comunicacional, profissional e cultural (Dias e Andrade, 1997: 273); 3) o crime e desvio resultam da expansão e diferenciação dos processos de socialização dos indivíduos e grupos que habitam a cidade, principalmente por via da pressão da mobilidade. A segunda zona (a mais próxima do centro da cidade) constituiu o principal foco de análise dos sociólogos de Chicago, por aí se concentrar o crime e a delinquência, sendo as taxas de criminalidade mais elevadas em espaços de degradação física e social. E nesta zona que a mobilidade é maior, e por consequência converte-se na zona de deterioração da cidade moderna, na qual os controlos primários se desintegram completamente, formando regiões de desmoralização, de promiscuidade e de vício.

Vários autores da Escola de Chicago dão continuidade à teoria das zonas concêntricas, destacando-se os trabalhos de Louis Wirth, Clifford Shaw e Henry Mackay. Louis Wirth (1928, 1990) dedica-se a caracterizar os principais aspectos do modo de vida urbano, considerando que o modo de funcionamento da cidade moderna deve ser analisado com base nos princípios da dimensão, da densidade e da heterogeneidade populacional. Partindo do pressuposto básico de que a segregação social funciona como expressão de identidade e de integração social, tanto para ricos como para pobres, criminosos e não criminosos, acrescenta que, no entanto, a pressão para a mobilidade fragiliza a função controladora das normas e valores, fomentando a competição e a concorrência, que geram diferenciação e especialização social. Neste contexto, entende que a cidade apenas consegue controlar e integrar uma pequena parte da personalidade dos indivíduos e que os contactos humanos em meio urbano se tornam superficiais, efémeros e segmentários, gerando personalidades frias, anónimas e calculistas. O autor considera ainda que a fragilidade crescente das relações comunitárias directas conduz à necessidade do controlo social de tipo secundário, já idealizada por Robert Park. Clifford Shaw e Henry Mckay testaram a teoria das zonas concêntricas no estudo de 1940, *Juvenile delinquency and urban arcas* (Shaw e Mckay, 1969). Procurando perceber porque é que há distribuição diferencial da

delinquência juvenil pelas diferentes áreas da cidade, levaram a cabo um estudo das estatísticas oficiais, elaborando mapas de criminalidade, tendo verificado uma concentração do crime na segunda zona concêntrica. Com base nessa constatação elaboraram uma caracterização do que denominaram por «áreas de delinquência», definindo-as como marcadas pela degradação física, doença e segregação económica. Constataram ainda que as áreas de delinquência permanecem, não obstante a renovação cíclica dos seus ocupantes, devido à estrutura da vida comunitária que fomenta tradição delinvente. Não obstante a popularidade alcançada pelos estudos da Escola de Chicago, as assumpções desenvolvidas pelos seus teóricos foram sendo progressivamente objecto de críticas, nomeadamente: 1) a constatação de que as taxas de criminalidade poderão ser baixas no seio de uma comunidade estável, mesmo que haja degradação do espaço físico, pobreza e proximidade ao centro da cidade, sendo o inverso também plausível; 2) são retiradas ilações puramente negativas do conceito de «desorganização social»; 3) propagam a ideia de uma cultura unificada, não diferenciadora dos habitantes de uma cidade fragmentada em classes, etnia e género; 4) não se explica a criminalidade produzida fora das áreas consideradas delinquentes e nem as condutas não desviantes que ocorrem nessas áreas; 5) a análise realizada das estatísticas oficiais não considerou a criminalidade oculta; 6) existe necessidade de alargamento do âmbito teórico-explicativo, em vez da explicação centrada na pequena comunidade ecológica ou área de delinquência.

5. PENSANDO A PRISÃO

5.1. Definição de prisão

Este estudo remete-nos para o mundo prisional e criminal, pois o objeto de estudo é de indivíduos privados da sua liberdade, que embora diferentes todos partilham de algo comum, o estar a cumprir pena de prisão, por isso é importante abordar conceitos como a prisão e crime, de modo a contextualizar melhor o trabalho.

Antes de mais é necessário fazer o enquadramento do Estabelecimento Prisional da Carregueira. Como tal, é preciso compreender o que é a prisão, as razões do seu surgimento e os seus objectivos.

O aparecimento da prisão é explicado por Foucault (1975), a partir da necessidade dupla de excluir e controlar, de modo a orientar os indivíduos, evitando desse modo, relacionamentos perigosos (Gonçalves cit. in Foucault, 1975: 19).

Contudo, o nascimento da prisão deu-se no século XIX, altura em que existia a noção de normalidade/patologia dicotomizada entre rotulagens extremas (louco/são; perigoso/inofensivo; anormal/normal), que impulsionaram o surgimento da criação de instituições, tais como asilos, hospícios e prisões, destinadas a abarcar marginalizados e desviantes.

Deste modo, ao longo dos tempos foram criadas na sociedade, bases institucionais – hospitais, prisões, escolas de ensino especial, centro de emprego e requalificação profissional,... – Onde os “*temporariamente excluídos*”, podiam dispor de “*tratamentos*” necessários, que lhes permitia a inserção no corpo social donde foram retirados.

Segundo Rui Abrunhosa (2002: 142), a prisão é considerada como um modo de punição cujo aparecimento, transformações e actual permanência devem ser enquadrados numa ideologia que transmite a necessidade de identificar e punir o desvio, em concordância com o princípio de uma “*ortopedia correctiva*”, consolidada, consoante os desígnios tanto da ideologia, como da época histórica vigente, na religião, na moral, na sociedade, bem como no saber intelectual dominantes.

As prisões, como o Estabelecimento Prisional da Carregueira, corresponde tal como Goffman (1996: 11) explica, a uma instituição total, pelo facto de poder ser definida como um local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada, ou seja, encontram-se em situação de reclusão. O seu carácter total, ou o seu “*fechamento*” é simbolizado pela barreira á relação social com o mundo externo, bem como proibições á saída, que por vezes são incluídas no seu esquema físico, através de: portas fechadas, paredes altas, arame farpado, etc. Sendo a prisão organizada para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e onde o bem-estar das pessoas isoladas, não constitui o problema imediato.

Portanto, o aspecto central das instituições totais, como é o caso de Estabelecimento Prisional da Carregueira, poderá ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam três esferas da vida: todos os aspectos da vida dos reclusos são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade; cada fase da actividade diária do recluso é realizada na companhia de um outro recluso, todos eles tratados da mesma forma e obrigados a fazer as mesmas coisas; e todas as actividades diárias são rigorosamente

estabelecidas em horários, impostas de cima por um sistema de regras formais explícitas de um grupo de funcionários.

Nas prisões, quando os reclusos se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionados por um pessoal (corpo de guardas prisionais), cuja actividade principal é a de vigilância. Existindo uma divisão básica entre um grande grupo controlado, os reclusos, e uma pequena equipa de supervisão.

Nas instituições totais embora haja necessidade de uma certa comunicação entre os reclusos e a equipa de guarda, uma das funções do guarda é o controle da comunicação entre os reclusos e os níveis mais elevados da equipa dirigente. Pois, para além de restrições á transmissão de conversa entre fronteiras, também existem restrições de informações, sobretudo relativamente aos planos dos dirigentes para com os reclusos. Pode-se dizer então, que *"a instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal (...)"* (Goffman, 1996: 23).

Assim, uma instituição corresponde a *"um conjunto de normas que se aplicam num sistema social e que definem o que é legítimo e o que não é, dentro desse sistema"* (Gonçalves cit. in Mendras 1979: 148).

Segundo Foucault (1975), a noção de disciplina encontra-se presente no universo prisional *"através da repartição dos indivíduos nos espaços determinados, ora segundo uma regra de clausura ora segundo uma regra colocação/enquadramento de cada indivíduo em cada lugar, evitando a formação de grupos e por conseguinte as acções colectivas"* (Gonçalves cit. in Foucault, 1975: 148). Porém, esta colocação/enquadramento acaba por adquirir mais tarde um carácter funcional, pois o espaço deixa de ser unicamente de vigilância e passa a ser também um espaço útil de produção. Mas, disciplina também significa hierarquia, de posicionamento ordinal, de uma classificação, que será tanto mais rígida quanto maior for a aproximação da instituição de carácter totalitário. Os horários rígidos constituem também uma característica do universo prisional.

Contudo, na organização prisional, existem características que se encontram directamente relacionadas com a instituição prisional, que são: o conjunto de normas e valores, que regem o funcionamento da organização e que procedem, das vertentes económica, política e ideológica, e dos poderes destas, efectivamente, utilitário, coercivo e simbólico.

5.2 Estado da arte

A criação e manutenção dos sistemas penitenciários, nomeadamente das prisões e das esquadras policiais, dependem largamente dos recursos económicos disponíveis, mas também da legitimação do aparelho de estado e da ideologia e cultura prevalecentes numa determinada sociedade. Deste modo, as prisões são um espelho da sociedade que as cria e as mantém.

Os estudos sociais da prisão têm-se desenvolvido intensivamente, face à evidência social e política do crescimento das prisões. É possível distinguir as principais temáticas abordadas ao nível dos estudos prisionais realizados no contextos sociais e antropológicos:

- As relações prisionais, nomeadamente as interacções nos grupos de reclusos e dos reclusos com outros actores sociais inseridos em contexto prisional;
- As identidades e as práticas dos reclusos, nomeadamente a transformação dos processos identitários e relações com o crime, durante a estadia na prisão;
- Relações com o mundo exterior, nomeadamente com instâncias de regulação superiores, parceiros dos estabelecimentos prisionais e fluxos de comunicação, de bens e de serviços entre o interior e o exterior da prisão.

Os estudos clássicos da prisão, levados a cabo por autores como Clemmer (1940), Foucault (1999) e Goffman (1999) projectam o meio prisional como um «mundo à parte» como se as relações sociais prisionais fossem apenas produzidas localmente. Neste sentido, estes autores focalizaram essencialmente as relações prisionais e os processos identitários e práticas criados no contexto da prisão, vista como um hiato social e temporal.

No âmbito das relações desenvolvidas no interior da prisão e subsequentes transformações nas práticas e identidades dos indivíduos, Clemmer (1940) desenvolveu o termo «prisionização», definindo-o como uma «adopção, em maior ou menor grau, dos usos e costumes, e em geral da cultura da prisão» (Clemmer, 1940). Este é um processo lento e gradual que começa por uma conversão ao anonimato. O autor considera que o próprio processo de ingresso na prisão irá acentuar a criminalização, por criar condições para a aprendizagem ou eventual fortalecimento das competências para a actividade criminosa, que ocorrem após estada na prisão.

Por sua vez, Foucault (1999) encara a prisão como um dos vectores de tecnologia política do corpo, por processos de vigilância e delimitação rigorosa dos corpos no espaço e no tempo, considerando que a prisão é uma «escola do crime», surgindo, assim, um verdadeiro dilema: a prisão serve para punir o preso e preparar a sua reintegração social e, ao

mesmo tempo, fomenta ainda mais o crime e o criminoso. Deste modo, Foucault considera que ao invés de ser ressocializado para a vida em liberdade, o indivíduo é socializado para viver na prisão.

A abordagem autárcica da prisão é continuada por Goffman (1999), quando este apresenta o meio prisional como uma instituição total, onde um conjunto de indivíduos, separados da sociedade, e por um período de tempo considerável, levam em conjunto uma vida fechada e formalmente administrada. Segundo Goffman, o carácter totalitário da prisão surge no momento em que se estabelecem barreiras às trocas e transacções com o exterior, sejam estas barreiras físicas, culturais ou simbólicas, que demarcam as fronteiras entre o interior e o exterior da prisão. Salaria ainda as características principais deste tipo de instituições, considerando-as como totais, segregativas, homogeneizantes, normalizantes e estigmatizantes.

Estudos prisionais mais recentes encaram a prisão como uma realidade translocal, tornando explícita a ideia de que é necessário colocar o interior e o exterior em continuidade analítica (Cunha, 2002), seja por via da análise das relações sociais extracarcerais (*ibidem*), seja por articulação das prisões com contextos económicos, políticos e financeiros de carácter global e internacional (Wacquant, 2000).

No entanto, nos estudos efetuados em Portugal sobre o tema reclusos estrangeiros, têm sido abordados aspetos mais ligados à migração versus criminalidade, na perspectiva de associar ou não o aumento da criminalidade com o aumento das migrações, como é o caso de Esteves e Malheiros (2001), com um capítulo sobre estrangeiros presos: Este estudo é essencialmente quantitativo e aborda as desigualdades entre reclusos estrangeiros e nacionais, e tenta explicar as causas. Consideram que os estrangeiros estão sobre representados e mostram ainda que a percentagem de estrangeiros tem vindo a aumentar nas prisões portuguesas. Associando os tipos de crime a grupos de estrangeiros mais representativos, revela que os reclusos dos PALOP têm a maior percentagem de penas relacionadas com o tráfico de estupefacientes. Um estudo pioneiro, neste campo, foi levado a cabo por Semedo Moreira (1999). O autor analisa não propriamente estrangeiros, mas um grupo étnico bem representativo na massa prisional, no caso os ciganos. Moreira defende, que há um conjunto de traços neste grupo que os diferencia do resto da população prisional. Cunha (2001) constata no seu trabalho, realizado no E. P. de Tires, que intramuros existe alguma clivagem entre classe e etnia, já que as dinâmicas aí existentes refletem muito a

cultura do bairro, pois estavam ali detidas amigas, vizinhas e parentes, todas do mesmo bairro, maior parte das vezes conotados com a pobreza e o tráfico de estupefacientes, onde classe e etnia tem um papel preponderante nas sociabilidades. Fonseca e Neto (2006) partilham da ideia de Semedo Moreira de que o factor étnico em meio prisional é relevante, elaboram um estudo sobre a participação destes no ensino recorrente dentro da prisão e denotam que os ciganos têm menos confiança e auto estima que os não ciganos. Resende (2006), que é uma conhecedora do meio prisional, com vários trabalhos desenvolvidos sobre estrangeiros presos, analisa como os conceitos de: nacionalidade, etnia e etnicidade estão presentes nas prisões portuguesas. Também, Barra da Costa (1999) na sua publicação sobre crime e delinquência dedica alguns capítulos aos crimes praticados por estrangeiros e apela para o perigo do preconceito e os estereótipos em relação ao "outro" estrangeiro, que podem originar marginalização dos mesmos. Rocha (2001) aborda o tema reclusos estrangeiros, num estudo exploratório. Como na altura trabalhos sobre esta problemática eram escassos pretendeu, por isso, ser pioneiro na perspetiva que os outros o seguissem por considerar necessários estudos mais aprofundados sobre o assunto. Neste estudo, Rocha opta por uma metodologia que combina abordagens quantitativas e qualitativas, analisando dados estatísticos a nível nacional e em particular, e mais qualitativamente nos estabelecimentos prisionais do Funchal, Vale de Judeus e Tires. O autor divide os reclusos estrangeiros em dois grandes grupos: oriundos de países africanos de expressão portuguesa e reclusos estrangeiros não oriundos dos mesmos países, considera que estes grupos entre si têm grandes diferenças a todos os níveis: identificação, tipo de crime, perspetivas. Diz, ainda, que o crime de excelência dos estrangeiros é o tráfico de droga e que dentro do grupo africanos de expressão portuguesa, os caboverdianos têm a maior expressão intra muros. Ferreira, no mesmo ano, afirma que a abertura de fronteiras veio a criar instabilidade na segurança interna do país, acusa ainda os migrantes não europeus, que se instalaram nos subúrbios, são principal causa do aumento da criminalidade urbana, refere ainda, que os filhos desses migrantes, 2^a e 3^a geração, são responsáveis pelos maiores índices de criminalidade, são de famílias sem estruturas, com poucas habilitações, que se organizam em gang's. Estudos mais recentes como o de Seabra e Santos (2005) tendo alguns trabalhos feitos neste sentido desde 2001, os quais incidem na sobre representação de estrangeiros nas prisões portuguesas, os seus trabalhos, consistem acima de tudo na análise estatística dos dados que os levam a algumas conclusões: os autores tentam contrariar a imagem que o

senso comum e os órgãos de comunicação social têm dos estrangeiros delinquentes, segundo eles. As notícias que estamos habituados a ver nos jornais e televisão (que dizem haver maior percentagem de reclusos estrangeiros, que nacionais) são mal interpretados e até enviesados, argumentando que os estrangeiros residentes em Portugal, na sua maioria são jovens do sexo masculino, não podendo, por isso, haver uma comparação com a percentagem de cidadãos portugueses, já que aí também são contabilizadas crianças, mulheres e idosos. Afirmam ainda que as penas são maiores nos estrangeiros que nos portugueses, e adianta que as causas são: o tráfico de estupefacientes é o crime mais representativo entre os estrangeiros e que este em Portugal será sobre penalizado com uma moldura penal maior, e também segundo os autores o sistema penaliza mais os de "fora". Fala ainda de causas que podem conduzir os estrangeiros a delinquir, como as condições sócio económicas diferentes dos nacionais. Já Maria João Guia, investigadora do C.E.S. (Centro de Estudos Sociais) conclui que os estrangeiros não são mais criminosos que antes nem do que os portugueses. Guia (2008) baseando-se nas estatísticas da DGSP e através da sua análise, compara as variáveis: nacionalidade, tipo de crime, habilitações literárias, idade e sexo. Divide, ainda, os estrangeiros em três grupos, que segundo a autora se aproximariam por tipo de crime, assim: PALOP seria o primeiro, com países de Cabo Verde, Guiné e São Tomé), o segundo, os reclusos da Europa de Leste e por fim o terceiro, os reclusos de Angola, Brasil, Roménia. Estes estudos embora escassos, revelam a importância e a urgência no estudo desta problemática dos reclusos estrangeiros, embora que, no meu entender pequem um pouco por se cingirem praticamente a uma abordagem quantitativa, era importante dar voz a esses mesmos reclusos, saber dos seus percursos, das suas motivações, das preocupações para, assim, poder avaliar melhor medidas a ser tomadas na solução de alguns problemas que afetam a sociedade e as instituições.

Conto, por isso contribuir com este estudo de uma forma diferente dos outros já publicados.

6. ESTUDO DE CASO

Atualmente, a definição de fronteiras entre as diversas ciências que estudam o crime, torna-se mais ténue e indefinida, pelo que o crime é cada vez mais perspectivado como sendo um *fenómeno social total* (Mauss, 2001) que invoca fatores biológicos, psicológicos,

culturais, económico e sociais, exigindo a análise da vertente individual, mas também a compreensão das estruturas sociais mais amplas em que se insere. Assim sendo, mesmo as ciências que mais cedo se implantaram no campo criminológico – como a Biologia, a Psicologia e a Psiquiatria – não podem operar sem atender ao peso decisivo dos fatores sociais e culturais estudados pela Sociologia e Antropologia.

A utilização metodológica no estudo de um estabelecimento prisional não pode ser generalizante, mesmo deparando-se com os mesmos problemas, cada prisão é única tendo portanto as suas especificidades, como é o caso do Estabelecimento Prisional da Carregueira. A maior particularidade deste E. P. é mesmo em relação à população reclusa, no mesmo não se encontram reclusos cujo crime esteja relacionado com tráfico de estupefacientes, o que, como vimos é o crime que leva mais estrangeiros à prisão.

Depois de definido o estabelecimento Prisional da Carregueira, como campo de análise foi necessário pedir as autorizações à DGSP e à Direção do E.P., um pouco facilitadas dado que o investigador é pessoa da casa. Com as autorizações devidas poderia ser utilizado o SIP (Serviço de Informação Prisional). Com este programa, a ficha biográfica de todos os reclusos no sistema, (o que facilita muito), poderia retirar informações como: nacionalidade, idade, profissão, tipologia de crime, anos de pena, habilitações literárias e estado civil. Depois de consultar estes dados mais quantitativos, mas não menos importantes, e com a experiência do terreno, foram ultrapassadas algumas barreiras de forma, a que rapidamente se passa para uma abordagem qualitativa.

6.1. Objeto de estudo

O núcleo central deste estudo é a análise das representações sociais e dos processos identitários construídos por grupos étnicos, neste caso os reclusos estrangeiros provenientes de Cabo Verde e dos países emergentes da ex URSS, associados a situações relacionais de carácter intercultural e interétnico situadas em contextos complexos como é o caso da prisão. As identidades étnica e nacional são construídas de forma permanente numa relação dialética entre uns e Outro, em que os indivíduos mobilizam referenciais, símbolos e marcadores identitários. Seguindo de perto uma linha de pensamento tributária de Simmel pensei que a percepção das diferenciações entre sujeitos é algo inerente à interação. O carácter relacional entre o Nós e os Outros traduz-se em aproximações, similitudes, mas também em oposições e distanciamentos. São categorias excludentes, embora relacionais,

esta análise não constitui o intento de proceder à procura de características objetivas e hipoteticamente «exóticas» que marcam e distinguem um grupo, como os reclusos estrangeiros, quando em contacto com outras e diferentes culturas. Interessa antes, dar conta do sentido, da apropriação e da interpretação das componentes que supostamente fazem parte da sua identidade étnica e que são sobrevalorizadas por demarcação face à restante massa prisional. Deste modo, foi de interesse fulcral a tentativa de se perceber a sua consciencialização quanto à partilha de um património cultural peculiar e distinto, bem como avaliar o sentido e a reinterpretação que fazem sobre a sua cultura.

O universo de estudo será desde o primeiro instante constituído por reclusos estrangeiros, nomeadamente caboverdianos e de países emergentes da ex URSS, do Estabelecimento Prisional da Carregueira. Irei trabalhar no caso das entrevistas com grupos delimitados e de certa forma homogéneos. Será importante ter presente as especificidades do universo de estudo da forma mais pormenorizada possível, pois pretendo que fique bem claro que esta unidade de trabalho não é representativa da massa prisional nacional, nem sequer deste E.P., uma vez que por este já passaram muitos reclusos ao longo dos seus anos de actividade e o E. P. Carregueira ter a particularidade de não ter condenados por tráfico de estupefacientes, o que o diferencia em muito dos restantes E.P's nacionais. Estes reclusos irão constituir-se no seguimento da investigação como: um "grupo"? Ou como uma comunidade interpretativa? Os produtos resultantes das entrevistas serão "representações sociais"?

Acerca da primeira questão posso dizer, é que tanto os "grupos" como as "comunidades" funcionam, mas na prática é muito difícil reconhecer-lhes os limites ou as fronteiras. Em última instância cada caso é um caso. Para clarificar o caso destas pessoas privadas de liberdade será, então, necessário identificar primeiro as suas fronteiras. A principal é desde logo, a reclusão na dicotomia liberdade/reclusão. As representações que recolherei são com certeza diferentes das que recolheria junto de pessoas em liberdade. Há uma condição que reflecte ou é reflexo de um determinado contexto. Estou perante um grupo restrito, uma vez que este é detentor de um saber muito especial e capaz de produzir uma imagem das relações aí existentes, ou seja, estabelecer o que pode ser dito acerca do mesmo.

A fronteira que assinala circunscreve um pouco o universo de estudo, transparece desde logo uma certa ideia de unidade e de homogeneidade. A questão é, no entanto bem

mais complexa do que à primeira vista pode parecer. É que esta unidade e esta homogeneidade não deixam de ser muito relativas. As razões que motivaram a sua reclusão, varia como também varia, em consequência disso, as suas perspectivas de vida, os objectivos, a visão que têm da instituição e principalmente, varia a sua cultura e identidade.

Estou, portanto perante um sem número de experiências, sensibilidades e objectivos, daí que o E.P. seja um universo variado, se bem que estes reclusos se constituam como uma unidade com algumas fronteiras bem definidas. Isto quer dizer que se cumpre a prevalência do “nós” sobre o “eu”. Por isso prefiro considerá-lo como “grupo”.

Comunicar é um acto social e, como tal, depende da interacção entre as pessoas, num jogo de várias influências e também de inúmeras resistências. Por isso as representações que os meus entrevistados desenvolverão acerca da reclusão e dos que aí vivem, serão válidas como aquelas feitas em artigos, teses de licenciatura e doutoramentos.

Quanto às, representações sociais, posso, dizer “representações colectivas”? As representações constituem muitas vezes como um quadro comum de leitura da realidade, promovendo consensos e dando origem a determinadas formas de pertença e de identidade. Em última análise partilhar uma dada representação social significa pertencer a esse grupo. É este carácter prático que penso adequar-se plenamente á realidade destes reclusos. A coesão destes não é, apenas institucional, pode falar-se neste caso concreto, de um fenómeno de adesão coletiva a uma determinada representação social que de certo modo, determina a coesão dos grupos que constituem o universo de estudo.

Interessa-me, ainda analisar a forma como estes reclusos olham de fora sobre si próprios, tentando ver-se como os outros os vêem, a fim de descortinar de que modo uns e outros se diferenciam e se aproximam na massa prisional.

Pretendo saber o que estes pensam das formas de nomeação usadas pela maioria para os identificar, qual o significado que atribuem às categorias prescritas do que, por exemplo é ser “reclusos de Leste” ou “PALOP”.

6.2. Metodologia

A questão de partida: como são construídas e como têm visibilidade as identidades dos estrangeiros em contexto prisional.

Objetivos

Importa transportar as questões teórico-empíricas:

- Como é que os reclusos constroem as suas auto e hetero-representações;
- Quais são os seus pólos positivos e negativos de identificação para os vários grupos étnicos ou de «nacionalidade» no interior do estabelecimento prisional;
- Perceber como cada grupo e os seus respectivos membros constroem as suas imagens e as dos outros;
- Será que eles se vêem a si mesmos primordialmente como membros dos PALOP, do Leste, etc.?

Não pude deixar de reparar nos trabalhos realizados sobre o tema reclusos estrangeiros, que os seus autores teimavam em categorizar os grupos de estrangeiros como: PALOP [Guia (2006), Seabra e Santos (2006)], de Leste [Guia (2008), Seabra e Santos (2006)] e africanos de expressão portuguesa [Rocha (2001)]. Numa investigação como esta, devemos sempre partir dos grupos de pertença, ou categorias identitárias, tal como são construídos pelos alvos do nosso estudo, em vez de lhes impormos as nossas próprias categorias. Mostro-me sensível a este aspecto, pois entendo que a categoria «de Leste» pode não ter qualquer significado para um russo, um moldavo ou um ucraniano, igualmente a categoria “PALOP” não terá o mesmo significado para um cabo-verdiano, angolano ou mesmo para um português.

Técnicas de observação

O estudo de caso é feito pelo recurso a várias técnicas, sobretudo a entrevista em profundidade, a observação participante e a análise documental, orientada para uma perspetiva fenomenológica e compreensiva, interessada em compreender a conduta humana a partir dos próprios pontos de vista do sujeito e grupos estudados. A aplicação da entrevista ao nível dos estudos de caso significa que há uma interação direta entre o entrevistador e entrevistado, e geralmente as perguntas são abertas, focadas essencialmente nas vivências pessoais do entrevistado e havendo um grande grau de liberdade no diálogo e profundidade na forma da abordagem temática, por parte do entrevistado.

A maior vantagem da aplicação desta técnica é a obtenção de dados aprofundados e próximos da realidade estudada, traduzidos em relatos muitas vezes densamente

emocionais. A sua limitação mais óbvia é o facto de os dados apurados não serem generalizáveis e de a fiabilidade da informação depender muito do próprio investigador – da sua sensibilidade, conhecimento, experiência e orientações teóricas – na medida em que este se torna o próprio instrumento de recolha empírica.

A linguagem e o discurso são duas das principais mediações através das quais se opera a transmissão das representações sociais. Perante esta condicionante, privilegiei, como material de análise, os depoimentos recolhidos pela via da realização de entrevistas em profundidade. O discurso resulta não só da competência do locutor e do mercado de produção e circulação, mas, sobretudo, das condições sociais de comunicação e recepção (Bourdieu 1984).

Observação participante

A observação participante caracteriza-se pelo facto de o investigador participar ativamente na vida do grupo que é objeto desta investigação. Há muito utilizada em estudos sobre pequenas comunidades pelos antropólogos, esta técnica de investigação tem vindo a ser cada vez mais usada, quer como ferramenta exploratória, quer como técnica principal de recolha de dados.

Uma questão que tem particular relevo ao nível da observação participante diz respeito ao papel social que proponho desempenhar junto da população observada, já que pertenço ao corpo de guardas afetos ao E. P.. A familiarização com o objeto de estudo constitui um contra ponto indispensável ao distanciamento. A minha aceitação como investigador depende mais da qualidade das relações que consegui estabelecer do que as explicações sobre o trabalho. Este problema assume particular relevância ao nível dos estudos, na medida em que os contactos com os grupos pode colocar problemas deontológicos decorrentes de eventuais conflitos de interesse entre o investigador (guarda prisional) e a população que é alvo de estudo (reclusos).

A escolha do papel a assumir e o processo de gestão da informação apurada agudiza-se em estudos realizados junto de pessoas que cometem crimes, gerando situações de «ambivalência», confrontam o pesquisador com o dilema da dupla fidelidade, à comunidade profissional e à população alvo que em si confiou um património de informações de acesso reservado. Contudo, a observação participante dirigida a grupos que cometem atividades ilícitas e socialmente recriminadas é possível com sucesso, como é atestado por estudos

clássicos como o realizado por Saul Alinsky, criminologista da Escola de Chicago e discípulo de Clifford Shaw, que em 1938 realizou um estudo das atividades do bando de Al Capone (Horwitt, 1989), ou por William Foote Whyte, que em finais dos anos 30 foi viver para um bairro habitado por migrantes italianos, a maioria dos quais envolvidos em atividades de crime organizado, tendo lá vivido três anos e meio (Whyte, 1943). Após estes estudos pioneiros, a observação participante ganhou grande tradição ao nível dos estudos sociológicos do crime, sobretudo no quadro das abordagens interracionalistas e no âmbito de estudos do meio prisional e bairros sociais.

Opção qualitativa

Optei por um tipo de “pesquisa qualitativa” por três razões principais, primeiro, porque vou trabalhar dados qualitativos, uma vez que as representações de reclusos são difíceis de quantificar. Em segundo, e por certo a razão principal, porque o meu objectivo, é fazer um estudo em profundidade e de uma forma contextualizada. Em terceiro, porque tenho perfeita consciência da impossibilidade de prever todas as variáveis que envolvem o problema. Não procurarei comprovar ou refutar hipóteses pré definidas. Todas as hipóteses serão formuladas através do trabalho de campo e dos conteúdos resultantes das entrevistas, apoiar-me-ei no material recolhido com toda a sua riqueza e variedade de informação, diminuindo por isso a possibilidade de a adulterar forçando-a a dar determinadas respostas.

A minha opção pela “micro análise” justifica-se por duas razões:

1ª – por questões práticas relacionadas com a logística. Penso que o estudo e a análise de universos grandes e heterogéneos só deverão ser desenvolvidos por equipas mais vastas e com meios técnicos e financeiros apropriados. Restringindo o universo de estudo a grupos definidos pequenos e de certa forma homogéneos, posso controlar todas as fases e momentos do projecto.

2ª – trabalhar com um número reduzido de pessoas visa a profundidade em detrimento da representatividade. Para mais permite um contacto mais próximo e prolongado entre as partes envolvidas no projecto. Esta proximidade entre o investigador e o universo de estudo permite uma maior abertura e um maior á vontade.

Através da observação participante posso desenvolver o trabalho em profundidade e assim reunir um conjunto de informação muito mais rico, se bem que muito mais complexo.

O questionário a ser utilizado nas entrevistas, caracteriza-se pela sua estrutura pouco rígida. É constituído com base em “perguntas abertas” o que torna possível uma grande liberdade nas respostas. Cada um dos entrevistados pode, deste modo, desenvolver livremente o seu discurso, acerca de um determinado tema, sem este ser trancado e/ou limitado pelas minhas expectativas.

Amostra

Estando o universo da investigação perfeitamente identificado – reclusos caboverdianos e ex URSS, no estabelecimento prisional da Carregueira, e como se tratava de um estudo apenas num estabelecimento prisional decidi abarcar o próprio universo. Assim, a amostra neste é de 100% no que diz respeito à caracterização sociológicas destes reclusos nos dados recolhidos no programa SIP. Quanto às entrevistas foram realizadas 33 dos 48 existentes a reclusos caboverdianos e 15 dos 19 reclusos ex URSS, que embora não sejam a totalidade, são uma grande percentagem (70%), o que valida as conclusões deste estudo.

Análise de dados

A análise de identidades sociais destes grupos estruturou-se a nível operativo em três níveis analíticos: a) a forma como os reclusos estrangeiros se autodefinem; b) a imagem que constroem sobre os Outros (maioria); e c) a forma como estes são percebidos pelo Outro (maioritário), ainda que partindo da perspectiva dos mesmos. O enfoque de análise incidu nos processos de definição e redefinição identitária e de demarcação de fronteiras, bem como nos de nomeação e de renomeação mobilizados pelos grupos em análise. Entre outras questões, procurarei respostas para as seguintes: que atributos são invocados na auto representação do Eu e na hetero representação do Outro? Que rótulos e designações são mais apropriados a si próprios, aos semelhante e aos diferentes?

Partindo do pressuposto de que a identidade pode ser assumida como um conjunto estruturado de elementos identitários que permite, por um lado, que o indivíduo se auto e hetero defina numa situação de interação, e, por outro, que aja enquanto ator social.

7. CARATERIZAÇÃO GERAL DO OBJETO DE ESTUDO

Caraterização do Estabelecimento Prisional da Carregueira

O Estabelecimento Prisional da Carregueira foi criado pelo Decreto-Lei nº 273/97 de 8 de Outubro, encontra-se implantado numa área com mais de o hectares, trata-se de um estabelecimento central, que possui reclusos condenados, em regime fechado, e em regime aberto no interior.

Tem capacidade de 610 reclusos, 572 reclusos em regime fechado e 38 em regime aberto.

Estruturalmente, o Estabelecimento Prisional da Carregueira é composto pelo edifício da portaria, o edifício prisional, o edifício administrativo, o edifício do comando, e o edifício da messe de funcionários.

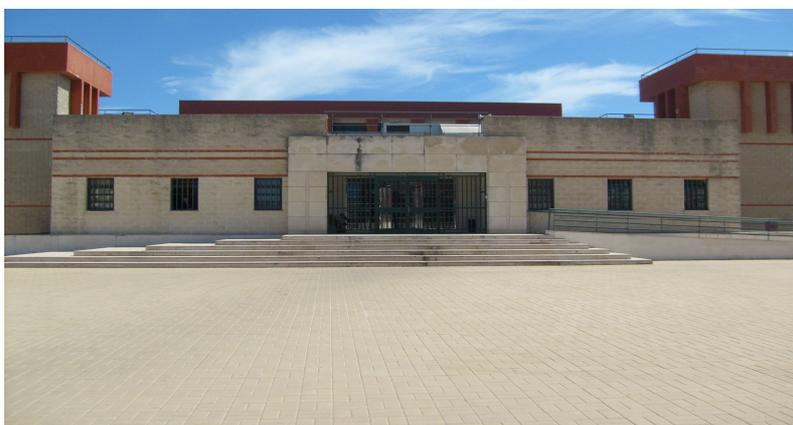


Figura 1 – Entrada do Edifício Prisional

O edifício é constituído por duas alas (A e B), compostas por celas, camaratas e respetivos pátios. Possui 122 celas colectivas (para quatro reclusos) com cerca de 30m², 74 celas individuais com uma área de 10m², na qual uma das celas preparada para receber um recluso deficiente, 10 celas de admissão, estando igualmente preparada para receber um recluso deficiente, 6 celas de habitação para cumprimento de sanções disciplinares e 6 celas disciplinares, com 2 pátios de recreio individualizados.

O acesso à zona prisional é feito através de uma única entrada, situada na zona central do edifício, e está apetrechada com portas com retardador de abertura, e controle efectuado através de pórtico detetor de metais.

Na parte central do edifício prisional entre as duas alas, situam-se as zonas de serviços. Na ala B, existe um setor escolar, composto por 5 salas de aulas para o ensino, cada uma com capacidade para 16 alunos, uma biblioteca e uma sala de professores.

O setor dos serviços clínicos, sito no 2º piso da parte central do edifício prisional, é composto por 3 enfermarias, 2 quartos individuais e 1 de isolamento, 3 gabinetes de atendimento, sala de tratamentos, gabinete de estomatologia, farmácia e sala de espera. É também na parte central do edifício prisional, que se encontra situada a cozinha dos reclusos, e no piso superior, para a celebração de eventos religiosos, culturais e artísticos dispõe de uma sala polivalente, as actividades desportivas apresentam-se asseguradas por 2 salas de aparelhos e 1 ginásio.

Ao ar livre, existem 2 recreios, uma para a ala A e outro para a ala B, que possuem campos marcados para a prática de futsal, andebol, voleibol e ténis. Existindo também outro campo com as mesmas características, embora possua ainda uma pista de atletismo de 200m, pista de salto em comprimento, balneários, bancadas e tribuna.

O setor oficial do E.P. é composto por 9 espaços, e é destinado quer à ocupação laboral, quer à formação profissional ou a outras atividades, como o atelier de pintura. Para as visitas dos reclusos, estão disponíveis 4 parlatórios amplos, 1 parlatório de semi-segurança, 1 de segurança e 4 gabinetes para visitas de advogados. Mas também 9 suites com instalações sanitárias completas e equipadas com kitchnet, para as visitas íntimas.

O E. P. possui um pavilhão exterior ao edifício prisional, destinado aos reclusos de regime aberto no interior.

No edifício administrativo encontra-se instalado o gabinete da directora, dos adjuntos, sala de Conselho e serviços administrativos.

No edifício de comando está instalada a central de segurança (a central de alarmes) e de telecomunicações (vídeo do interior e periferia), gabinetes de chefia, uma sala de formação, hall de formatura, camaratas do pessoal de vigilância, vestiários e um bar.

O Estabelecimento é circundado por um muro e rede periféricos, com pista intermédia.

No decorrer de 2011 não houve quaisquer alterações de infra estruturas no estabelecimento.

Traços gerais da população reclusa

No que toca à caracterização da população reclusa, o estabelecimento caracterizou-se no ano 2011 por possuir um número de reclusos quanto à faixa etária, com a maior percentagem situada entre 40 e 60 anos de idade.

Quanto ao tipo de crimes, a maioria da população reclusa deste E. P., encontrava-se condenada por crimes cometidos contra as pessoas, e dentro desse, a maioria, condenados por crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.

Quanto à escolaridade, verificou-se que cerca de 65% dos reclusos tinham como habilitações literárias, apenas o 2º ciclo, cerca de 25% dos reclusos tinham como habilitações literárias o ensino secundário e superior, sendo que os restantes não possuíam o 1º ciclo completo.

Recursos humanos

No ano de 2011, o número de elementos do pessoal de vigilância afeto ao estabelecimento prisional da Carregueira era de 179 elementos, mais concretamente, 1 chefe de guardas, 10 subchefes principais, 3 subchefes, 33 guardas principais, e 132 guardas.

O pessoal civil afeto ao estabelecimento no ano de 2011 por serviços foi o seguinte: Direcção – 2 - Directora e um assistente técnico; Tratamento Penitenciário – 10 – 1 adjunta - administradora prisional; 6 técnicos de acompanhamento de execução de penas; 1 técnico superior; 1 TOES, 2 assistentes operacionais.

A empresa prestadora de cuidados de saúde aos reclusos, contou com a colaboração de 3 médicos de clínica geral, 2 médicos dentistas, 2 psiquiatras, 3 psicólogos, 1 técnico de farmácia e 8 enfermeiros.

Na área de execução de penas e jurídica: 6 – 1 adjunta técnica - superior principal; 1 técnico superior (gabinete jurídico) e 3 assistentes técnicos.

Para a área da Administração e Apoio Geral: 17 – 1 adjunto técnico superior, 10 assistentes técnicos e 3 assistentes operacionais.

Execução de Penas

Realizaram-se 37 Conselhos Técnicos na totalidade durante o ano 2011, sendo que 11 desses foram Conselhos Técnicos Internos.

Foram apreciados 610 pedidos de licenças de saída jurisdicionais e concedidas 257.

Foram apreciados 223 processos de liberdade condicional, tendo sido libertados condicionalmente 38 reclusos.

Elaboraram 40 relatórios de indulto.

Não foi concedida nenhuma saída com vigilância eletrônica.

Realizaram-se 11 Conselhos Técnicos internos, e nestes, foram aprovados 110 Planos Individuais de Readaptação.

Foram colocados em Regime Aberto no Interior 54 reclusos.

Analisaram-se ao longo do ano apenas 4 pedidos de colocação em Regime Aberto no Exterior, não tendo sido nenhum recluso colocado.

Foram concedidas 171 saídas de curta duração, e colocados 50 reclusos em regime de visitas íntimas.

Não houve qualquer evasão ou recaptura ao longo do ano.

No que toca à atividade processual relativa ao ano de 2011, foram instaurados 277 processos disciplinares de reclusos.

As infrações cometidas e apuradas nos referidos processos disciplinares que tiveram maior expressão, foram as que se traduziram em insultos e ofensas a funcionário prisional, ameaças e agressões a outros reclusos, ou funcionário prisional, incumprimento ou cumprimento com injustificado atraso de ordens legítimas dos funcionários, introdução, produção e fabrico de objetos proibidos, e a destruição e danos em bens de reduzido valor do estabelecimento.

Quanto às medidas disciplinares aplicadas, as que tiveram maior incidência foram as seguintes: Diminuição do tempo livre de permanência a céu aberto (18), repreensões escritas (63), permanência obrigatória no alojamento (31), e internamento em cela disciplinar (117).

Vigilância e segurança

Durante o ano de 2011, executaram-se no E.P. Carregueira um total de 1062 diligências, com transporte 1792 reclusos, que se distribuíram da seguinte forma: 308 diligências ao hospital prisional, 238 a hospitais civis, 303 a Tribunais, 53 à DAAE e 160 a entidades policiais.

Para a concretização desse número de diligências estiveram envolvidos nas respetivas custódias, 2480 elementos do pessoal de vigilância.

Efetuaram-se um total de 4153 revistas a reclusos, e realizaram-se ao longo do ano, 267 buscas a 267 camaratas coletivas, e 81 buscas a celas individuais.

Tratamento penitenciário

Durante o ano de 2011 foram efetuadas 155 entrevistas de acolhimento a reclusos e 4439 entrevistas de acompanhamento pelos técnicos dos Serviços de Acompanhamento da Execução da Pena.

Elaboraram-se 239 relatórios de liberdade condicional, 40 relatórios de indulto, 4 relatórios de Regime Aberto no Exterior, 110 Planos Individuais de Readaptação, 254 informações de carácter geral, foram emitidos 2597 pareceres referentes a licenças de saída jurisdicional, saídas de curta duração, saídas especiais, colocações laborais, frequência do ginásio e visitas.

No ano letivo 2010/2011 estiveram envolvidos no ensino 142 reclusos, distribuídos do seguinte modo:

- a) EFA Escolar B1 – 11 alunos, dos quais 4 com aproveitamento.
- b) EFA Escolar B2 – 19 alunos, dos quais 13 com aproveitamento.
- c) EFA Escolar B3 – 16 alunos, dos quais 9 com aproveitamento.
- d) EFA Escolar B4 – 31 alunos, dos quais 20 com aproveitamento.

No 12º ano estiveram inscritos 8 alunos, todos com aproveitamento.

No que toca ao EFA B3 de Dupla Certificação em Jardinagem e espaços Verdes, iniciado no ano de 2010, terminou no ano 2011 com 10 formandos.

Em 03 de Junho de 2011 teve início o curso EFA B3 de Dupla Certificação em Costura Industrial com 15 formandos.

Estes cursos foram administrados na componente escolar pela Escola Básica 2, 3 Visconde de Juromenha, e na vertente profissional, pelo Centro Protocolar de justiça.

Decorreu ainda um curso promovido pela ANJAF: Formação Social e Humana, com 16 formandos.

Frequentaram ainda as Unidades Formativas de Curta Duração 151 reclusos.

No ensino superior, estiveram matriculados 6 reclusos, dos 4 obtiveram aproveitamento.

Foi realizada no espaço escolar uma exposição com trabalhos dos alunos dos cursos EFA's B1, B2 e B3 subordinada aos temas "Alimentação, medicação, poluição e estilos de vida saudáveis".

No que se refere à atividade laboral, estiveram ocupados 310 reclusos do seguinte modo:

Confeção de artigos de vestuário/tecelagem – 4; fabricação e acabamento de mobiliário em madeira – 2; instalação elétrica/canalização – 3; pintura e outros acabamentos de edifícios – 3; atividades de limpeza de edifícios/manutenção de jardins – 78; atividades das artes do espetáculo e de apoio – 8; atividade da biblioteca – 3; reparação de calçado – 2; barbeiro/lavagem de roupa – 27; setor privado – 180.

Na ocupação do tempo livre dos reclusos, foi dinamizada durante todo o ano, a prática de desporto, em várias modalidades, tais como, a musculação, o cardio-fitness, o remo indor, o futsal, o voleibol, o atletismo e o ténis de mesa.

Realizaram-se torneios internos de futsal, voleibol, ténis de mesa, matraquilhos e atletismo.

Na área da saúde, realizaram-se no Estabelecimento 3403 consultas de clínica geral, 659 de psiquiatria, 1538 consultas de psicologia e 1141 de medicina dentária.

Registaram-se 44 internamentos hospitalares.

No hospital prisional S. João de Deus e em unidades do Serviço Nacional de Saúde realizaram-se 151 consultas.

No que se refere à vacinação, foram vacinados 124 reclusos, e foram submetidos a rastreio micro radiográfico 66 reclusos.

Quanto à atividade de enfermagem, registaram-se 370 848 intervenções (toma assistida de medicação, consultas de triagem, recolhas de produtos para análise e outras intervenções inerente à função).

Registaram-se também 9 óbitos.

Quanto às relações com o exterior, durante o ano de 2011 foram visitados 571 reclusos num total de 22 350 visitantes.

No que se refere a visitas íntimas, efectuaram-se 506 visitas.

O volume de correspondência expedida dói de 13 426, e a correspondência recebida foi de 16 613.

Desenvolveram-se 5 projetos de voluntariado, e o número de visitas efetuadas por estes, foi de 295.

No dia de reis realizaram-se os almoços para os reclusos confraternizarem com os seus familiares que envolvei 130 reclusos.

O E. P. participou em feiras e exposições de artesanato, promovidas pela Câmara Municipal de Loures, Associação Prisional Nova Esperança, Casa de Saúde da Idanha, Cooperativa Agrícola de Sintra, Igreja Manancial Águas Vivas e Igreja do Infantado.

No que toca às visitas efectuadas por entidades externas ao E. P., destaca-se o apoio cedido aos reclusos estrangeiros, pelas respetivas autoridades consulares, através de apoio económico/material/jurídico e visitas.

No decorrer do ano, os reclusos receberam visitas de representantes das embaixadas/consulados de Espanha, Angola, Roménia, Letónia e Índia.

Na sequência da candidatura do estabelecimento Prisional da Carregueira ao projeto “Best Practice in Resettlement Issues Developed in a Grundtvig European Partnership”. Os parceiros internacionais visitaram o E.P. Carregueira em 17/05/2011.

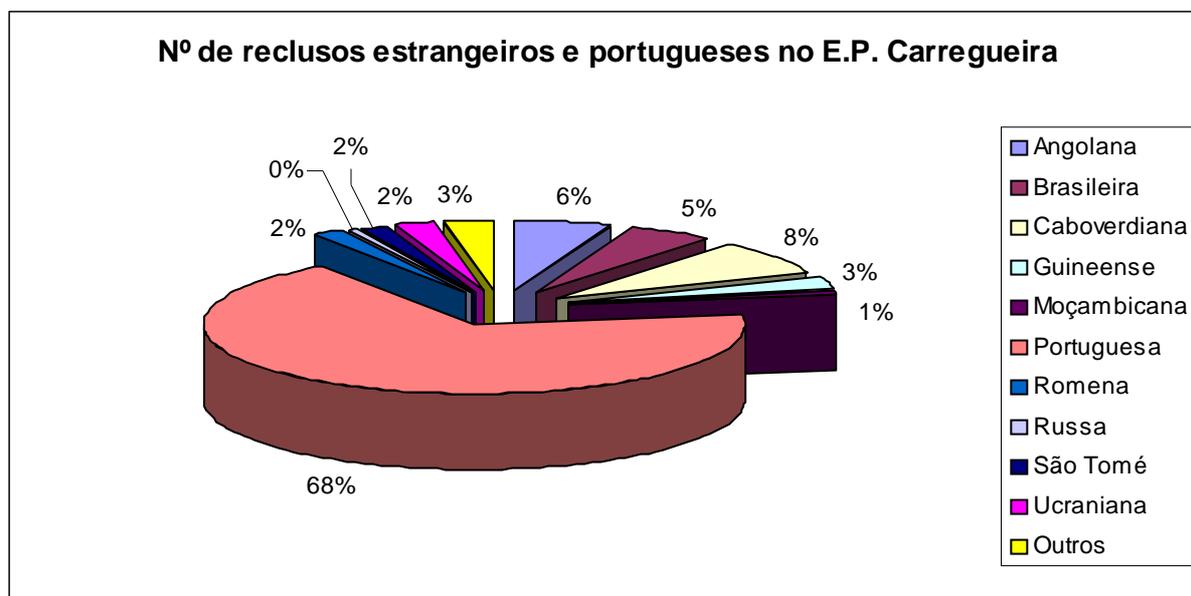
Os resultados do referido projeto concretizaram-se, essencialmente, no intercâmbio de boas práticas através das visitas, conferências, testemunhos, publicações e elaboração final de um DVD.

Fonte: Relatório Anual do Estabelecimento Prisional da Carregueira (2011).

Caraterização dos reclusos no E.P. da Carregueira

Após a caraterização dos reclusos a nível nacional, passamos a analisar os reclusos afetos ao E.P. da Carregueira que é sobre estes que vamos trabalhar.

Gráfico 1: N° de reclusos estrangeiros e portugueses no E.P. Carregueira

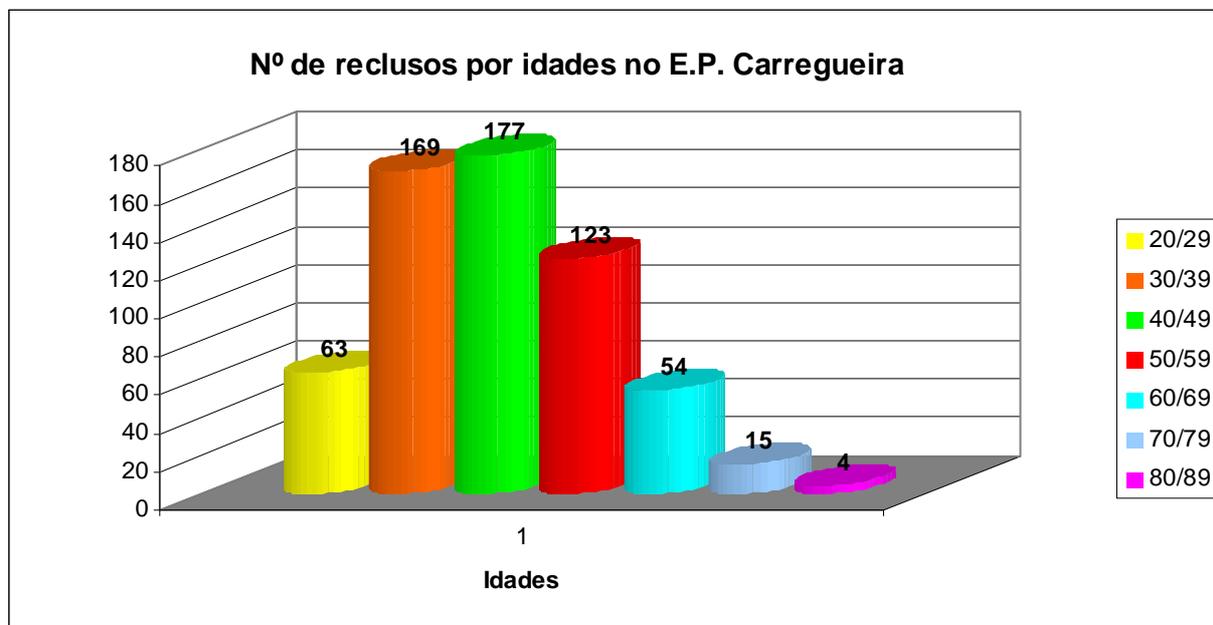


Fonte: Programa SIP (DGSP) - 2011

Como podemos observar neste gráfico, a maior fatia corresponde a reclusos portugueses, com cerca de 68%, mas não deixa de ser curioso que a percentagem de estrangeiros representados é de 32%, aproximadamente. Pretendo com isto dizer que a percentagem de estrangeiros no E.P. da Carregueira é superior à percentagem de estrangeiros a nível nacional que é de 20,1%. Esta questão tem uma particularidade que é o facto de neste E.P. não existirem reclusos condenados por crimes relacionados com o tráfico de estupefacientes. O interessante é que autores como Rocha (2001), Seabra e Santos (2005), Guia (2008) e outros, atribuírem a elevada taxa de estrangeiros presos ao tráfico de estupefacientes, afirmando que este é gravemente punido pela justiça portuguesa, o que leva muitos estrangeiros a terem penas muito elevadas. Pois, o que aqui, podemos analisar contraria essa teoria, porque por um lado, não há reclusos condenados por tráfico de drogas e por outro os reclusos estrangeiros estão sobre representados, comparativamente às estatísticas nacionais anteriores. Podemos, igualmente, analisar que os países estrangeiros mais representados são Cabo Verde, com 8%, Angola com 6% e Brasil com 5%. Os reclusos com interesse para este estudo são os caboverdianos, bem representados com 48

elementos e os reclusos dos países emergentes da ex União Soviética, com 19 elementos, dos quais oriundos de determinados países: Ucrânia com 13, Rússia com 3, Moldávia com 1, Letónia com 1 e Geórgia com 1. Os reclusos de Moldávia, Letónia e Geórgia estão representados com “outro”, devido a cada uma destas nacionalidades ter apenas 1 recluso.

Gráfico 2: N° de reclusos por idades no E.P. Carregueira



Fonte: Programa SIP (DGSP) - 2011

No gráfico 2, podemos salientar que a maior faixa etária neste E.P. se situa entre os 40 e 49 anos, seguido, imediatamente, pela faixa etária dos 30 a 39 anos. Diria que, esta população reclusa será um pouco mais velha do que a média nacional, adiantando que tal facto poderá estar relacionado com o tipo de crime, já que, no meu entender, os crimes relacionados com o tráfico de estupefacientes estão maioritariamente ligados a indivíduos mais jovens (não tenho como comprovar). Não posso deixar de me admirar com a existência de 73 reclusos acima dos 60 anos, mais ainda com 4 indivíduos com mais de 80 anos, só neste E.P. (posso afirmar que se encontra no E.P. um recluso com 92 anos a cumprir uma pena de 12 anos por homicídio). Os tipos de crimes com maior expressão, da população total deste E.P. são os crimes contra pessoas, em que a maior percentagem eram os contra a liberdade e auto determinação sexual. Ao nível das habilitações literárias, regista-se cerca de 65%, com apenas o 2º ciclo e 25% ao nível médio e superior, sendo que os restantes não possuíam o 1º ciclo completo, informação, esta, recolhida no Relatório Anual deste Estabelecimento.

8. CONTEXTO HISTÓRICO DOS PAÍSES DE ORIGEM DO OBJETO DE ESTUDO

Para melhor compreender o universo de estudo será necessário contextualizar o mesmo, historicamente, como tal seguir-se-á uma breve história dos países de origem destes reclusos, que no caso do grupo representativo dos reclusos dos países emergentes de ex União Soviética, como o próprio nome indica são países independentes como é o caso de: Ucrânia, Rússia, Letónia, Geórgia e Moldávia que perfazem as origens do meu objeto de estudo. O que eles têm em comum é terem pertencido à União Soviética, como tal e correndo o risco de categorizar os mesmos, a Opção quanto á descrição histórica recaiu sobre a história do império Russo e da União Soviética. Esta escolha não foi aleatória já que estes reclusos sempre viveram sobre a alçada do império Soviético independente da sua origem étnica e/ou nacional.

8.1. U.R.S.S.: Breve história

A U.R.S.S. é considerada como sucessora do antigo império Russo. Estado federativo composto por 15 repúblicas socialistas soviéticas: Rússia (R.S.F.S.R.), Ucrânia, Bielorrússia (Rússia branca), Arménia, Azerbaijão, Geórgia, Turquemenistão, Cazaquistão, Quirguistão, Estónia, Lituânia, Letónia, Moldávia; 22.400.000 km²; 260 662 000hab; Cap: Moscou; Língua oficial: Russo.

João Fábio Bertonha, no seu livro "Rússia: ascensão e queda de um império" (2009) apresenta um relato estruturado sobre a história da Rússia e sua trajetória.

A Rússia em virtude do seu imenso território euro-asiático e sua história de super potência comunista, pode intitular-se, sem dúvida, como império. A sua história ficaria imperceptível se à ideia de império for dissociada de " ideia russa". Desde a defesa dos seus territórios, à tolerância com invasores tártaro mongóis, numa combinação entre força militar e diplomacia, as suas terras voltam a unificar-se e formam o Estado de Moscou que antecede o império russo. Este estado teve lugar no século XVI e expandiu-se para Oeste, Sul e Sudeste. A sua sobrevivência reafirmava a unidade nacional contra a expansão livônia e polaca. A sua luta tinha duas frentes: a dissimilação da religião ortodoxa do sudeste, contra investidas contra os otomanos no sul. A Rússia tem um carácter singular que perpassa a "ideia russa", considerada herdeira de Roma imperial, segundo a carta do czar Ivã III "... as duas romãs caíram, a terceira está de pé e a quarta não haverá...".

O reinado do czar Alexei Mikhailovich marca a Rússia de um maior poder através do controle da segurança interna dos territórios e da diplomacia com o exterior. O novo imperialismo do séc. XIX, com Pedro I e Catarina II, sucede entre a guerra com o Japão (1904-1905) e a Grande Guerra. João Fábio Bertonha diz que “a Rússia foi formada devido á expansão e aos descobrimentos terrestres e marítimos de uma forma natural” (Bertonha 2009-11). A nova era imperialista não tem o mesmo perfil e baseia-se no fortalecimento da segurança, os interesses económicos e a consolidação do território juntamente com o desenvolvimento da Rússia e a construção ferroviária. Havia diferenças entre o império russo e o regime da U.R.S.S., o comunismo misturou-se com a ideia russa durante a época de Stalin e as relações com o exterior deterioraram-se, como foi o caso da China. Hoje em dia, têm-se realizado grandes debates à volta das igualdades e diferenças entre império e federação como o caso da Rússia e U.R.S.S., e saem conclusões como: a nova Rússia assemelha-se com o império russo, mas a União Soviética, que no início também tinha semelhanças, rapidamente as perdeu.

O imperialismo Soviético pode ser interpretado como um caso de expansionismo básico com a ocupação da Europa oriental no pós guerra e a forma de garantir a segurança do território com as suas força militares em países como: polónia, RDA, Checoslováquia e Hungria, no entanto, teria apenas um objetivo, o desafio ao ocidente na Guerra-fria. As intervenções na Hungria (1956) e na Checoslováquia (1968) e depois no Afeganistão (1979) serão fatais para a União Soviética. Isto porque o federalismo possui estruturas jurídicas, políticas, económicas, sociais e culturais distintas em cada Estado membro, que precisam de sintonia e interesses comuns. A dissolução da União Soviética tornou-se para o imaginário dos russos um “tragédia”, forma utilizada por políticos em campanhas com um saudosismo dos velhos tempos. Qualquer auto determinismo étnico é banido e proibido pela constituição russa, isto porque o fantasma da derrocada soviética paira sobre os russos. Exemplo disto são as guerras com a Tchechenia, cujo argumento é a manutenção do território e defesa da soberania, não é mais do que esse fantasma.

É enfim, a essência russa que na sequência das guerras perde dezenas de milhões de pessoas. João Bertonha, afirma ainda, - “se a história do império russo está consolidada, a soviética sobretudo militar é uma difícil e ingrata tarefa, porque a mesma ainda está em formação” (Bertonha 2009-12). Recordemos as palavras de Bis-Marck, “a Rússia nunca é tão forte ou tão fraca quanto parece”. O autor afirma, ainda, que “é na cultura, na crença

milénar, na experiência que se une os povos da Rússia e o povo russo e que se resume em três palavras: resistência, paciência e fé (Bertonha 2009).

8.2. Cabo Verde: Breve história

Estado situado no arquipélago do mesmo nome: 4.033 km², 290.000 habitantes; Capital: *Cidade da praia*. Língua oficial: *português*; língua praticada: *crioulo*. Cabo Verde tem sua população quase totalmente concentrada nas três ilhas principais: Santiago, São Vicente e Santo Antão. É caracterizado pelo elevado índice migratório consequente principalmente da escassa fertilidade dos solos e dos grandes períodos de seca. Produz bananas e cana-de-açúcar, estando atualmente em execução projetos vários de captação de águas e irrigação. Antiga colónia portuguesa, descoberta em 1456, tornou-se independente em Julho de 1975, tendo sido eleito seu presidente Aristides Pereira, secretário-geral do P.A.I.G.C.

De seguida apresento um retrato de Cabo Verde realizado por Luís Manuel de Sousa Peixeira, no seu livro que se intitula: “Da mestiçagem à caboverdianidade” (2003) - Registos de uma sociocultura. Esta obra enaltece a identidade cabo verdiana, e confesso que foi após a leitura deste trabalho que, em parte optei pelo próximo capítulo. Conhecendo, anteriormente trabalhos de Boa Ventura Sousa Santos sobre identidade, entre os quais: “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira.” (1994), que aborda, tal como o nome indica, identidades e cultura de fronteira, ao qual se refere que Portugal sofre dessa patologia, pois é um país que está na fronteira entre África e a Europa, devido à sua ligação histórica a África e às ex colónias. No trabalho de Sousa Peixeira, é notável essa “Identidade de Fronteira”, aí os caboverdianos são retratados como um povo descendente de africanos e europeus, que conseguiu afirmar-se com uma identidade própria, a caboverdianidade, o que me leva a pensar que isto não será mais do que uma estratégia aculturativa devido à sua indecisibilidade sobre a fronteira entre Europa e África.

Segundo Luís Manuel de Sousa Peixeira, os caboverdianos, descendentes de europeus e escravos africanos, definem-se hoje como um povo predominantemente mestiço. É uma população que aumenta e diminui ao sabor das regressões económicas, condicionadas pelos ciclos de seca e de fome. O êxodo do povo como fuga à degradação dos recursos das ilhas torna-se o fenómeno marcante da sociedade caboverdiana, assumindo-se como uma verdadeira diáspora. Dela, alguns traços: Em Portugal do período colonial, o caboverdiano é utilizado nas roças de Angola e S. Tomé – os contratados. Com essa emigração forçada, o

governo procurava conciliar dois males: falta de trabalho em cabo Verde e ausência de mão-de-obra nessas plantações. Uma odisséia em tudo lembrando a escravatura: o caboverdiano arrancado ao seu habitat, viajando em condições desumanas, pagaria, tantas vezes, com a vida os magros dinheiros pelos quais se contratara. No Continente, principalmente entre os anos 60 e 70, é o caboverdiano “indiferenciado” largamente aproveitado na construção civil. Em terras africanas, na Argentina, no Brasil, nos EUA, em países europeus, com realce para Portugal, constituem comunidades que, no seu conjunto, duplicam a população do arquipélago.

Segundo dados estatísticos recentes (1990), a população residente nas ilhas é de 341.607 habitantes.

A originária diferenciação étnica, como veremos, não conduziria a uma diferenciação cultural no seio do povo; bem ao invés, levaria à formação de uma consciência coletiva que eclodiria na primeira metade do séc. XX. Referimo-nos ao despertar e à consolidação de um sentimento nacional marcante, refletindo na afirmação de uma literatura própria e, também, na emancipação cultural, resultado da simbiose de cinco séculos de permuta entre influências europeias e africanas.

Conclui que o profundo processo de miscigenação por que passaria o Arquipélago terá conduzido à emancipação nacional do povo das ilhas bem antes da sua emancipação política.

Ao longo deste trabalho o autor apresenta os “registos do percurso” do povo caboverdiano. Povo que, ao ser ele próprio fruto de um processo de mistura de culturas realizado “(...) em terras de ninguém, ao sabor de ventos, marés, contradições e simbioses (...)”, é, também, um produto da interculturalidade. Procurando ir da sua génese até à atualidade, esta obra traça, ao longo dos vários capítulos e através de sínteses corretamente elaboradas, um percurso desde os antecedentes e condicionalismos do povoamento das ilhas do Arquipélago de Cabo Verde até à formação de uma nova identidade cultural – a Caboverdianidade.

9. IDENTIDADE DE FRONTEIRA: PORTUGAL, RÚSSIA E CABO VERDE: PROCESSOS IDENTITÁRIOS

A ideia para este capítulo surgiu no decorrer do trabalho de campo, aquando das entrevistas aos reclusos, em que os caboverdianos se auto identificaram com a Europa num discurso de apropriação de uma cultura europeia deixada pelos portugueses enquanto colonizadores, colocando assim a Europa num pólo positivo ao contrário de África, que os mesmos colocam num pólo negativo.

Também, os reclusos dos países emergentes da ex união Soviética proclamam-se como europeus, afirmando ainda que ao tempo da União Soviética, esta se estendia sobre o continente asiático. Mas, segundo estes reclusos, sempre foi europeia tanto em desenvolvimento como em cultura. No entanto, referem que nesse tempo, alguns povos, para lá dos montes Urais (mais especificamente os países hoje designados por: Cazaquistão, Turquemistão, Quirguistão e outros) esses, sim, seriam asiáticos e descendentes de mongóis, que nada tinham a ver com a cultura russa. Construía assim, uma imagem positiva do ser europeu em comparação com uma imagem negativa do ser asiático. Também deixaram antever, com este discurso, que existe uma hierarquização, e até clivagens do que eram os povos que compunham a ex União Soviética, colocando uma imagem negativa a todos aqueles que se situavam para lá dos montes Urais, mais precisamente no continente asiático. Segundo Tajfel (1978) as identidades podem ser positivas ou negativas, consoante o valor atribuído pelo indivíduo ao grupo, refletindo para o mesmo, uma imagem positiva de si próprio e um sentimento de pertença ao grupo que lhe aumenta a auto estima. Isto só acontece num processo de comparação com outros grupos.

Este capítulo surge, assim, como forma de analisar as identidades destes países, que fazem parte das origens destes reclusos, tidos como objeto de estudo neste trabalho.

Países estes, que ao longo do tempo têm tido algumas oscilações e ambivalências em relação à sua própria identidade, estabelecendo uma fronteira imaginária que, como afirma Fredrik Barth (1998): “define critérios pertença (ao grupo) e exclusão (do grupo)”. Assim, este assunto remete-me para a teoria desenvolvida por Boaventura Sousa Santos (1994), que concebe tanto a cultura portuguesa como a dos países das ex possessões ultramarinas, como caso de Cabo Verde, como culturas de “fronteira”. Afirma, ainda que estes países nunca foram colónias plenas e que Portugal como colonizador teria estendido a estes uma ponte, que poderiam usar como passagem de acesso a culturas centro europeias.

Temos assim: Portugal, Rússia (Império Russo) e Cabo Verde, que embora distantes geograficamente apresentam algo em comum, o caso de “identidade de fronteira”. Estes países inscrevem-se, assim na condição de “fronteira”, pois ao longo do tempo as suas representações identitárias têm oscilado, entre África e Europa, entre Europa e Ásia e entre periferia e centro. No caso da Rússia e Portugal, partilham, ainda, comentários depreciativos elaborados por «outros» de (europeus do centro da Europa) que se imaginam como superiores.

Segundo Mário Machaqueiro (2010), a expressão «identidade de fronteira» designa uma auto-imagem, cultural e socialmente construída, que apresenta os seguintes aspetos: Em processos identitários de curta ou de média duração, uma identidade «de fronteira» pode caracterizar-se por aquilo a que é chamado «hibridação transicional», quando a auto-representação do sujeito é mista, embora internamente dividida na sua identificação com modelos que concorrem entre si. O adjetivo «transicional» serve para acentuar o caráter geralmente provisório da hibrididade que marca tais identidades. Elas são, quase sempre, identidades «a caminho de», identidades em vias de se despedirem de uma auto-imagem «arcaica» que representa para o sujeito um passado a negar ou a denegar, e de aderirem a uma imagem «moderna», representativa do «futuro». Contudo, essa transição identitária pode também ser suspensa ou diferida no tempo pelo facto de o sujeito ainda hesitar, ou não ser capaz de distinguir com segurança, entre as imagens alternativas que se fundem e se confundem nele. Assim, esta indeterminação nas auto-identificações «de fronteira» possui um traço a que Boaventura Sousa Santos deu particular ênfase: a indecidibilidade. Esta manifesta-se sempre que a relação tensional entre imagens alternativas (ou opostas) conduz o sujeito a não se poder decidir, definitivamente, por uma em detrimento das suas rivais. Quando essa hesitação se cruza com «estruturas profundas» de uma cultura, dá origem a processos identitários «de fronteira» que se estendem numa longa duração. A indecidibilidade aparece invariavelmente acompanhada por outro sinal das identidades e dos imaginários «de fronteira»: a ambivalência, entendida aqui como a flutuação dos afetos que os sujeitos investem, alternadamente, em posições opostas, isto é, como a oscilação do pêndulo afetivo entre umas e outras. Essa oscilação é indecida e indecidível. A indecidibilidade inerente à identidade de fronteira leva a que os referentes que representam, para o sujeito, o seu «aquém» e o seu «além» identitários não sejam fixos, mas possam substituir-se nessas respetivas posições.

Portugal, segundo Gilberto Freyre, sofre uma indecisão étnica e cultural entre a Europa e a África, com um caráter flutuante de flexibilidade frouxa e uma riqueza especial de aptidões. Diz, ainda, que Portugal é: “povo indefinido entre Europa e África. Nem intransigente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a europeia”. Freyre (1933).

Cabo Verde, segundo Luís Peixeira, os caboverdianos são um povo fruto de um processo de mistura de culturas e de interculturalidade, um povo, segundo o autor, que resulta de uma mistura entre portugueses e africanos de várias identidades étnicas, e que o contacto de vários séculos permitiu a mestiçagem, ou seja um povo entre o africano e o europeu. Peixeira (2003)

Nem só Portugal e Cabo Verde sofrem desta identidade “de fronteira”. A Rússia nunca soube onde pertencia, se ao oriente ou ao ocidente? Definindo-se como europeus em relação à Ásia, mas para os ocidentais estes eram considerados asiáticos. Esta identidade “de fronteira” define processos de diferenciação entre “nós” e o “outro” numa comparação inter-grupal e interétnica existindo uma fricção entre as fronteiras. A Rússia pode ser caracterizada como sendo o país mais oriental do ocidente ou o país mais ocidental do oriente, a razão não é apenas geográfica. Um motivo ainda mais importante está no seu desenvolvimento cultural e político que adquiriu uma interessante, por vezes até contraditória, mistura dos lados oriental e ocidental.

Alguns autores europeus falam sobre os russos, como é o caso de Orlando Figes.

«Os russos foram (e ainda são) inseguros sobre o seu lugar na Europa, e esta ambivalência é uma chave vital para a sua história cultural e identidade. Vivendo nas margens do continente, nunca tiveram bem a certeza de que o seu destino esteja aí. Pertencem ao Ocidente ou ao Oriente? (...) Os russos podiam definir-se como europeus em relação à Ásia, mas eram “asiáticos” no Ocidente.» Figes (2003)

«Os Russos não são britânicos. Não têm os nossos costumes, nem as suas maneiras de pensar são iguais às nossas. Vivem na Europa, e nós chamamos-lhes europeus. No entanto, o russo, apesar da sua aparência de civilização, é um oriental. [...] Muitos dos meus leitores podem conhecer russos educados, e considerá-los, como eu os considere, pessoas extremamente encantadoras. Mas, para se ver o russo real, é necessário vê-lo entre os irmãos russos, quando ele não está com o seu bom comportamento diante ingleses. Então surgem traços que não são ocidentais, mas orientais.

[...] O russo é um tipo obtuso e preguiçoso, meio bondoso e meio cruel, sentimental e impressionável, que de manhã tentará matar o seu inimigo e à tarde é capaz de se babar em lágrimas sobre ele, supersticiosamente religiosos, um fatalista, com um traço de asiático que distorce o seu sentido do bem conforme ao código ocidental, e que o torna corrupto como se isso fosse uma coisa natural. Bem dentro do seu coração há a reverência pela autoridade. Nas suas veias há o servilismo perante o poder.» Fraser (1907)

Há nesta identidade de fronteira uma relação tensional entre imagens alternativas que conduz o sujeito a não poder decidir, definitivamente, por uma em detrimento das outras. No entanto, para minimizar estas ambivalências intrínsecas à «identidade de fronteira», foram utilizadas por estes países ao longo do tempo, algumas estratégias identitárias. Note-se, que quando refiro, ao longo do tempo estou a falar, mais precisamente no caso português e russo, porque como é sabido, Cabo Verde é uma nação ainda jovem, mas como poderemos ver de seguida, também num passado muito mais recente, elabora estratégias identitárias.

10. TRÊS ESTRATÉGIAS IDENTITÁRIAS DE REAÇÃO/COMPENSAÇÃO

Este capítulo tem por objetivo analisar estratégias de identificação desenvolvidas por Portugal, Rússia e Cabo Verde, ao longo do tempo estes países têm tido algumas crises identitárias no que se refere à sua própria imagem, daí, para compensar foram elaborando estratégias para diminuir as imagens negativas feitas por «outros».

Mário Machaqueiro (2010) identifica três estratégias para reduzir a ambivalência e a indecidibilidade inerentes à «identidade de fronteira»: A primeira estratégia assume a identificação negativa da identidade etno nacional, mas sem aceitar a sua essencialização. Pelo contrário, ela procura obter, desesperadamente, o reconhecimento por parte das identidades «superiores» ou «avançadas», mostrando-lhes que a sua identidade, injustamente rebaixada, pertence, afinal, ao grupo dessas identidades positivas, e que é capaz de superar as suas piores «insuficiências»; A segunda estratégia é uma de diferenciação e de desidentificação, quer em relação aos modelos negativos, quer em relação aos modelos positivos que os discursos estrangeiros (ou estrangeirados) apresentam à identidade nacional rebaixada. Nesta estratégia, o modelo que tais discursos representam como positivo é criticado e rejeitado, e a identificação negativa é simplesmente denegada (no sentido psicanalítico do termo). O sujeito esforça-se aqui por desenvolver uma «terceira

via» que constitua uma alternativa a esses dois modelos; A terceira estratégia é diametralmente oposta à primeira. Inverte a hierarquia das boas e das más classificações atribuídas aos modelos identitários, transformando o positivo em negativo e vice-versa. Esta estratégia visa desafiar as identidades dominantes nas relações de poder ao nível do sistema mundial, desenvolvendo-lhes os mesmos qualificativos rebaixantes que elas usam para justificar a existência de identidades subalternas.

	RÚSSIA	PORTUGAL	CABO VERDE
1ª ESTRATÉGIA	Ocidentalismo	Ocidentalização Europeização	Ocidentalização Europeização
2ª ESTRATÉGIA	Eslavofilismo	Nacionalismo	Caboverdianismo
3ª ESTRATÉGIA	Eurasismo	Lusotropicalismo Tolerâncionismo	Mestiçagem

A estratégia da ocidentalização europeização, no caso de Cabo Verde tem sido no sentido de ser parceiro especial da União Europeia estando preparado para aprofundar os laços entre as duas partes e reforçar a convergência económica. Este processo não é apenas político económico, mas também de aproximação cultural à Europa, em que o critério usado para a sua adesão foi o de identidade cultural. Como refere o Professor Adriano Moreira, fazendo alusão aos laços históricos de europeus com Cabo Verde, que terá, segundo ele, grande aproximação cultural à Europa através do legado histórico introduzido pelo colonialismo português.

A estratégia russa de ocidentalização recua muito mais no tempo, remonta a finais do século XVII, com Pedro O Grande, que numa tentativa de modernização da Rússia, ocidentalizando-a, impôs aos aristocratas regras de etiqueta e vestuário ocidentais, entre outras coisas.

«A reforma de Pedro o Grande foi muito discutida. Uns consideram-na como uma verdadeira europeização, quase como um cataclismo onde pereceu a velha Rússia, moscovita e asiática, e de onde saiu a nova Rússia, europeia e civilizada (...) A obra de Pedro o Grande foi verdadeiramente positiva e útil? Ou, como muitos eslavófilos afirmam, a Rússia, por causa deste soberano, sofreu apenas uma depravação da sua existência normal, uma

crise mórbida e prejudicial, provocada artificialmente no seu desenvolvimento natural e lógico?» - Grégoire Alexinsky, *La Russie et l'Europe*

A europeização da aristocracia russa foi simplesmente imposta: entre outras interdições e obrigações, Pedro I chegou a proibir os nobres de usar as tradicionais barbas e forçou-os a substituir os *kaftans* por trajes ocidentais. Isso acabou por acentuar o carácter «de fronteira» no modo como os aristocratas russos se olhavam. Os códigos de europeização. Não procuravam substituir a identidade «russa» por uma identidade europeia, mas buscavam antes a imitação ritualizada, teatralizada e auto-consciente dos signos da europeidade.

Para Portugal, a sua estratégia teve o colonialismo como produção identitária. Baseada na estratégia ocidentalista de identificação com o modelo norte europeu de colonialismo. Foi a maneira de promover auto imagens nacionais, isto é, deixar a condição «semi periférica» para trás e de avançar para o tão almejado «centro». Esta estratégia serviu, não só, para se identificar com os países do «centro» como serviu, também para valorizar a sua especificidade identitária. O colonialismo português serviu, assim para firmar a sua superioridade de identidade nacional face a outros projetos de imperialismo europeus.

Da mesma forma também os russos numa estratégia Eslavofilista se apoiaram no projeto colonial para denegar a sua inferioridade alargando o seu território para lá dos montes Urais. Demonstrar que na Ásia, enquanto «América» particular dos russos, estes são tão europeus como os europeus ocidentais (dotados das suas colónias, dos seus «selvagens» e da sua «missão civilizadora»).

“A nossa missão, a nossa missão civilizadora na Ásia, irá encorajar o nosso espírito”. Dostoiévski (1821-1881).

«Situados entre as duas grandes divisões do mundo, entre o Oriente e o ocidente, (...) deveríamos reunir em nós os dois grandes princípios da natureza inteligente, a imaginação e a razão, e juntar na nossa civilização as histórias do globo inteiro.» Tchaadaev (1829 – 1830).

Os caboverdianos têm na caboverdianidade a sua afirmação identitária explicada por José Luís Peixeira. Um povo, surgido e aglomerado num punhado de ilhas desertas, de um povo que acabou de ser, nem europeu nem africano. E que, a despeito dos imensos sofrimentos infligidos pela escravatura, terá tido a sorte de resistir, de ser capaz de se miscigenar, de produzir um mestiço que se tornaria, em última instância, o arquipélago cultural. Inclua-se nesta mestiçagem os indivíduos brancos, os que não se cruzaram nem

com negros, nem com mulatos, mas que se mestiçaram culturalmente. A identidade cultural definida como caboverdianidade tem raízes que se perdem em costumes ancestrais, provenientes das duas áreas culturais – a africana e a europeia – mesmo antes da constatação no Arquipélago de Cabo Verde de uma sociedade escravocrata. Os povos que participam na criação dessa sociedade, por sua vez, seriam portadores de características biológicas, psicológicas e culturais, eventualmente, já aculturados. Nenhum dos grupos intervenientes na formação do povo caboverdiano, tanto o europeu como o africano, podia apresentar uma cultura enraizada no terreno. De igual modo, nenhum dos dois grupos, em razão das adversas condições sócio económicas alimentares, podia sobreviver independentemente do outro. A realidade das Ilhas não permitia a legitimidade de uma prioridade cultural ou privilégios de autoctonia a africanos ou a europeus. Colocados frente a frente, olhando-se através de barreiras do racismo, os escravos ou antigos escravos e os senhores da escravatura tiveram que se entender, conforme puderam. Surgiria a mestiçagem, a «convivência», uma comunidade de tolerância que, apesar das contradições, pela força das circunstâncias, se tornaria estável (3ª estratégia – Mestiçagem). Dessa convivência nasceria um sentido de lealdade para com a terra – as montanhas e desfiladeiros, a Ilha e o Arquipélago. Desse sentimento de lealdade, aliado a uma cultura partilhada na língua, na música, nos costumes, na expressão literária, eclodiria uma nova identidade – a caboverdianidade. – Peixeira (2003)

O nacionalismo, eslavofilismo e o caboverdianismo servem de diferenciação e desidentificação relativamente aos modelos negativos e aos modelos positivos que os discursos estrangeiros (ou estrangeirados) pretendem impor à identidade nacional rebaixada, desenvolvem, então uma «terceira via» que constituía uma alternativa a esses dois modelos.

Os traços comuns a estas estratégias são a recusa da auto inferiorização identitária face ao «europeu» ou ao «ocidental», a recusa da imitação do estrangeiro supostamente «superior» e o investimento identitário na «genuína» cultura nacional.

Portugal após a 2ª Guerra Mundial sofreu grandes pressões dos países do «centro» para proceder á descolonização. Nessa altura, o Estado Novo vê-se forçado a abolir o acto colonial, e a proceder a alterações na terminologia da constituição, as expressões “colónia” e “império”, são substituídas por “províncias ultramarinas” e “ultramar” e passa a afirmar-se a “unidade da nação pluricontinental portuguesa” que determina a aproximação do regime à

doutrina de Gilberto Freyre. Este é convidado a vir a Portugal e visitar as províncias ultramarinas portuguesas em 1951. Durante a visita Freyre apresenta o conceito de Luso-tropicalismo que ganha contornos da obra do Estado Novo no contexto ultramarino. O sociólogo no terreno confirma a existência de uma unidade de sentimento e de cultura que caracteriza a comunidade Luso-tropical. As práticas e as discriminações, por ele vistas, são consideradas exceções e não regra geral, ele pactua, portanto, com o regime do Estado Novo e podemos chamar a politização do Luso-tropicalismo. Rápidamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros Português divulga a teoria de Freyre, sociólogo prestigiado internacionalmente, para justificar o carácter não colonial da presença portuguesa fora do continente europeu.

“O Luso-tropicalismo não foi apenas um instrumento nas mãos do governo e dos meios oficiais portugueses. O seu raio de influência é bem mais largo, tocando sectores diversos no campo das ciências sociais e, de modo mais geral envolvendo as elites no seu conjunto.” [Castelo, 1999].

Na realidade o Luso-tropicalismo nunca foi adoptado como discurso oficial do Estado Novo, pois este nunca deixara de ser nacionalista, limitava-se a manipular a tese de Freyre. O sociólogo tinha o povo português como: ausência de sentimentos racistas; capacidade de relacionamento com outros povos; profunda fraternidade cristã. Estes atributos serviam ao Estado Novo, no entanto o Luso-tropicalismo não era só isso e os seus aspectos desnacionalizadores são propositadamente esquecidos: a valorização de diferentes contributos, africanos, ameríndios, orientais, europeus – para uma civilização comum e Luso-tropical e a noção de que a “unidade de sentimento e de cultura” se sobrepunha às questões de soberania, ou seja, a existência da comunidade Luso-tropical não seria posta em causa pela ascensão à independência dos povos das colónias portuguesas.

Na sequência do Lusotropicalismo, Jorge Dias elabora a teoria do tolerancionismo: em busca da «Especificidade» identitária: do mito da religiosidade tolerante...: «Esta tolerância dos Portugueses (...) não significa uma fraqueza de crença, como alguns julgam; a verdadeira força do cristianismo reside, pelo contrário, na capacidade de amar e converter pelo amor: “amar ao próximo como a si mesmo”.» - Jorge Dias; ...Ao mito do «Bom colonialismo»... «Há no Português enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, seres e ideias (...). Foi essa faceta que lhe permitiu manter sempre a atitude de tolerância e que

imprimiu à colonização portuguesa um cunho especial inconfundível: assimilação por adaptação.» - Jorge Dias (1957)

11. PESQUISA EMPÍRICA

Nesta pesquisa procurei usar técnicas mais ajustadas a cada nível e momento de análise, o principal objetivo passa por dar conta das múltiplas realidades construídas através da observação participante, a partir da qual se procura aceder aos significados e às interpretações construídas pelos sujeitos. Esta técnica proporciona um contacto próximo com o objeto de estudo possibilitando a construção de um olhar mais atento e profundo relativo aos processos e dinamismos sociais, permite, ainda, uma mais adequada apropriação do objeto, dos objetivos, das questões em análise e, até das características dos sujeitos estudados. Neste contexto interessou-me o mapa mental e o mundo interior, socialmente construído por estes reclusos estrangeiros. À estratégia metodológica qualitativa combina, também, a análise estatística, convocando a cada momento a mais ajustada a cada nível de análise empírica. Esta estratégia visou em grande medida a compreensão do fenómeno em profundidade, o que se reflete na valorização que se confere à metodologia qualitativa. No seu acionamento, usei um dos procedimentos mais característicos da metodologia qualitativa, ou seja, o cruzamento de dados e a conjugação de técnicas diversificadas. A entrevista em profundidade assumiu, no contexto desta pesquisa, um papel chave, pelo que constitui a técnica principal da minha opção de pesquisa empírica.

O âmbito espacial do presente estudo circunscreve-se na totalidade ao Estabelecimento Prisional da Carregueira, especificamente à zona prisional, mais concretamente às zonas comuns de circulação de reclusos. Foi privilegiado o pátio por ser palco de contextos e situações específicas de interação, em que estão envolvidos membros destes grupos empíricos. A informação recolhida facultou a comparação entre os grupos em: contexto, situações, trajetos, representações, identificações e experiências, desvendando o que é padrão comum ou singularidades entre os grupos empíricos e o que constitui diversidade entre eles.

Não fiz nenhuma seleção de entrevistados, pois o objetivo seria entrevistar a totalidade dos reclusos estrangeiros, ali reclusos, de dois grupos: o primeiro de origem caboverdiana e o segundo mais complexo, pois englobava vários países, como é o caso dos reclusos de países emergentes da ex União Soviética. O objetivo não foi completamente

atingido, por diversos fatores: reclusos que não quiseram falar, outros ausentes, “em trânsito”, noutros estabelecimentos, outros demonstravam uma certa desconfiança devido á minha condição de guarda prisional e por fim um outro recluso estava evadido (caso de um Bielorrusso que não regressou de uma saída precária).

Optei por entrevistar 70% desses reclusos, o que me parece ser uma amostra suficiente para poder dar uma imagem real e esclarecedora do universo a estudar. Realizei um total de 48 entrevistas, 33 das quais a reclusos de origem caboverdiana (total existente no E.P. Carregueira – 48), e 15 a reclusos originários de países emergentes da ex União Soviética (total existente no E.P. Carregueira – 21), com a duração média de 45 minutos. Foram realizadas entre Janeiro de 2012 e Junho do mesmo ano.

11.1 O Pátio

A escolha do pátio como local de observação inscreve-se na ideia de Giddens de que determinados locais podem ser vistos como uma estação onde os indivíduos interagem no espaço e no tempo, um local onde se entrecruzam as trajetórias de vida de diferentes indivíduos (1984).

Apreendido como um ponto espaço temporal de interações sociais, o pátio por efeito das múltiplas, diversificadas e sucessivas apropriações espelha homogeneidade e heterogeneidade e revela-se como um nó plural na malha prisional onde diferentes identidades, nas suas deambulações quotidianas, se confrontam. Neste sentido, o pátio entendido como espaço tempo de representação social e símbolo que expressa diferentes modos de apropriação do espaço físico, possui uma dimensão pluricultural, é um ponto de interações diurnas de gentes de diversas origens que se movimentam no tempo e no espaço, um lugar de convívio alargado, de representações de uma vivência comum destes grupos e onde se reproduzem as práticas sócio culturais. É um centro onde se reinventam estratégias adaptativas ao novo meio.

Segundo os guardas mais velhos, há cerca de 20 anos atrás (noutros EP's, visto a E.P. Carregueira ter somente 10 anos) não existiam reclusos dos países emergentes da ex União Soviética, os grupos que se constituíam eram principalmente de africanos, agrupando-se consoante a origem étnica. Este ponto espacial funcionava como uma zona de sociabilização onde se reproduziam e se desenvolviam relações de amizade e de inter conhecimento que se estendiam ás famílias no exterior, reforçando-se os laços que uniam os indivíduos, que se

identificavam com a comunidade imaginada ou não. Com relativa frequência e por períodos de tempo restrito (devido aos horários de funcionamento do pátio) falavam, trocavam notícias e informações, andavam, jogavam futebol e às cartas, manifestavam as suas preocupações relativamente a assuntos judiciais, delineavam estratégias de entreaajuda e falavam sobre a liberdade que se aproximava.

O país de origem continua a ser, hoje, o referente espacial da constituição dos grupos, apesar do infortúnio comum de estar preso, as relações intergrupais são superficiais, ressalva feita para os grupos de Cabo Verde e Guiné-bissau. O pátio transfigura-se num palco de representações públicas de diferentes origens, manifestando heterogeneidades. De facto, diariamente, durante os períodos de funcionamento do mesmo os reclusos apropriam-se do pátio nas suas interações, lembrando o passado comum e as tragédias das viagens, atualizam contatos e laços de amizade, mecanismos de solidariedade e trocam informações sobre formas de construir estratégias de inserção no novo meio. Enquanto os reclusos do Grupo A se agrupam independentemente da faixa etária, o Grupo B a idade e as relações de amizade e de inter conhecimento são responsáveis pela fragmentação dentro do grupo. Tendencialmente os mais velhos sentam-se a jogar às cartas e os mais novos preferem espaços que lhes permitam mais mobilidade, afastando-se do controlo dos outros e até dos guardas, agrupam-se fundamentalmente com base nas relações de amizade e companheirismo. Por vezes os grupos mais jovens sub dividem-se em unidades mais pequenas e íntimas, movidos por interesses e práticas comuns. Alguns desses grupos procuram espaços mais recatados, para práticas coletivas de fumo de drogas, essas interações têm lugar com mais incidência no período da tarde, porque de manhã dormem. Para todos os grupos o pátio representa um espaço coletivo pluri funcional, onde se reatualizam estratégias de coesão social. O pátio é o centro onde se consolidam as redes de relações, se negociam conflitos, se põem em causa práticas e mecanismos de controlo e se decidem lideranças.

11.2. Retrato sociográfico destes reclusos estrangeiros no E.P. Carregueira

Apresento aqui um breve retrato destes reclusos, dos países emergentes da ex União Soviética (Grupo A) e caboverdianos (Grupo B), atendendo às suas características sociais mais básicas, tais como: idade, naturalidade, habilitações literárias, profissão e estado civil.

Procurei saber, também, as razões que os levaram a sair do país de origem e porquê a escolha de Portugal como país de destino.

Grupo A

Este grupo de reclusos que à primeira vista nos parece ser bastante diferenciado, a avaliar pelo número de países de origem que o constituem, no final, tal como demonstrarei, é nas próprias representações sociais que essas diferenças são mais ténues. Estes reclusos do género masculino, já que o E. P. é exclusivamente para esses reclusos, têm idades compreendidas entre os 29 anos (mais novo) e os 59 anos (mais velho) e a média de idades é aproximadamente de 43 anos.

Quanto à sua naturalidade 11 são ucranianos, 2 russos, 1 moldavo e 1 georgiano.

No que diz respeito às habilitações literárias possuídas pelos entrevistados, regista-se que quase na sua totalidade detêm um diploma escolar de estudos pós secundários, e cuja duração varia entre 1 a 5 anos. Há uma homogeneidade social e cultural interna nos entrevistados, com efeito os dois russos têm licenciatura (em ciências musicais e engenharia mecânica), já os ucranianos integram um licenciado (em engenharia agrícola), e todos os outros realizaram pelo menos 11 anos de estudos: bacharelato 1, frequência universitária 2, altos estudos militares 1, o recluso da Geórgia, frequentou 3 anos de veterinária e o moldavo é licenciado em desporto. Mas um dos entrevistados russos revela as clivagens internas: afirma que “russos mais qualificados de todos os povos, maioria tem cursos superiores”. Apesar de totalidade dos entrevistados possuir ensino médio ou superior a grande maioria exercia atividades profissionais pouco ou nada qualificadas dissociadas dos níveis de capital escolar que possuem no seu país de origem tirando o caso do recluso moldavo, que era professor universitário, de um ucraniano oficial do exército. Todos os outros, quando trabalhavam, exerciam nos países de origem profissões socialmente desqualificadas.

Talvez por estarmos diante uma população reclusa, em que alguns deles tinham já problemas com a justiça nos seus países de origem; alguns inclusive já tinham estado presos nos seus países, por isso houve quem não referisse qualquer tipo de trabalho no país de origem dedicavam-se a outro tipo de atividades “muita trabalha, pouca dinheira pouca trabalha, muita dinheira” (recluso russo). Já em Portugal todos estes reclusos (inclusive os que tinha conhecimento de pertencerem a associações criminosas, e como tal não têm

tempo para exercer qualquer tipo de ocupação laboral) confirmaram ter uma atividade, que embora socialmente desqualificadas, eram bastante variadas como: agricultor, soldador, operário de fábrica, ladrilhador, carpinteiro, servente de pedreiro, pedreiro, mecânico auto e motorista. Exceção feita a um recluso que diz ser encenador (não cheguei a perceber se o mesmo teria exercido em Portugal) e um professor de educação física (que fiquei sem perceber se exercia, até porque, o mesmo pertence ao processo Borman, que foi bastante badalado nos média, identificando os mesmos como máfia de “leste”). No geral o estatuto económico é baixo e todos vêm de meio urbano à exceção de um ucraniano agricultor.

Quanto ao estado civil, nestes reclusos está bem vincada a tendência dos casados, ou que viviam em união de facto. Só é registado nas entrevistas, dois solteiros e um divorciado. As relações conjugais são todas com parceiras do mesmo grupo étnico cultural, portanto, nenhum era casado com cidadãs do país de acolhimento. Relativamente ao número de filhos, é clara a tendência para a polarização entre os grupos familiares nucleares com 2 filhos (11 dos entrevistados) e apenas 3 tem um filho, sendo um divorciado, e outro recluso casado, mas sem filhos. Os entrevistados afirmam que as famílias nucleares nos seus países de origem são em muito parecidos com os agregados familiares que encontram em Portugal. Mais de metade dos entrevistados (9) referem que os seus filhos nasceram no país de origem e vieram para Portugal depois de o progenitor se estabelecer. Sendo que 5 destes reclusos foram pais no país de acolhimento. (No entanto, após a detenção as famílias de 11 dos reclusos entrevistados voltaram ao país de origem devido a se encontrarem sem apoio e sem recursos.) A maioria dos reclusos à data da detenção tinha residência em Portugal, à exceção de três: um russo e dois ucranianos. A razão pela qual migraram é generalizada procura de melhorar as condições de vida, e os factores económicos, são resposta de 10 dos 15 entrevistados. No entanto há respostas dissonantes como “vim por turismo” (Ucraniano), “queria conhecer! via RTP internacional, aquele senhor Hermano Saraiva, gostar muita”, “fugir de justiça, não podia ficar ali, muita procurado” (Russo). Para além destas respostas houve alguns que responderam “para melhorar as condições de vida” (Ucraniano), mas como já estavam referenciados e sabia das suas trajetórias, logo se decidiram em dizer, também, que fugiam à justiça. Como tal, reconheço a importância do investigador em ter experiência naquele terreno específico, em que realiza a pesquisa, é uma mais valia, sobretudo quando é reconhecido, pelo próprio objeto de estudo.

Grupo B

Falar de reclusos caboverdianos é falar do grupo com maior percentagem de reclusos estrangeiros, quer a nível nacional, quer no Estabelecimento Prisional da Carregueira.

Portugal é um dos países de eleição para estes cidadãos, devido, em parte, à sua relação histórica e língua comum, referência obtida com as entrevistas à qual os reclusos responderam: “país com ligação histórica” e “mesma língua”. Tal facto prende-se com o processo de descolonização, debilidades económicas e sociais do país em questão. O grau de pobreza é elevado, obrigando os seus a migrarem, a procurar novas oportunidades, como afirma Peixeira (2003). A emigração, para os caboverdianos tem o favorecimento de ser vista (devido às condições sócio económicas) como um factor estrutural do seu povo.

Dos 48 reclusos caboverdianos, 33 (cerca de 70%) foram entrevistados, fazendo assim, o retrato sociográfico, que passo a mostrar: Estes reclusos são de idade compreendida entre os 22 anos e os 61, sendo que a sua média de idades é de 43, aproximadamente, sendo que, há muitos reclusos com idades na faixa dos 20 - 5 reclusos; dos 30 - 6 reclusos; dos 40 - 11 reclusos; dos 50 - 9 reclusos e por fim na faixa dos 60 - 2 reclusos. É portanto uma amostra muito diversa na questão das faixas etárias, que pode levar a problemas de análise, até porque, os reclusos na faixa dos 40 anos para cima nasceram todos em Cabo Verde, como país colonizado e nunca chegaram a ser considerados portugueses. Há portanto reclusos muito jovens, 11 entre os 22 e 39 anos, que nasceram já numa condição de Cabo Verde como país independente e os outros 22, que conheceram as duas faces. Os primeiros vieram para Portugal com os seus familiares, ainda muito jovens, enquanto os mais velhos já migraram mais tarde.

Relativamente às habilitações literárias, são em norma baixas situando-se ao nível do 6º ano de escolaridade, mas oscilam entre o 1º e 2º ciclo (à data da condenação, pois há quem estude dentro do E.P.). Os motivos apresentados para o abandono dos estudos são diversos, prevalecendo os económicos, seguidos da desmotivação, ou simplesmente “falta de paciência” e pelo facto de terem iniciado uma atividade laboral. As suas ocupações laborais, embora diversificadas colocam-se ao nível correspondente às habilitações referidas: ajudante de carpinteiro, pedreiro, carpinteiro, motorista, empregado de mesa, armador de ferro, calceteiro, estofador e organizador de eventos. O estatuto económico invariavelmente é baixo e advêm de meio urbano e suburbano. À data da detenção todos os

entrevistados tinham residência em Portugal, mais concretamente na área de Lisboa: Amadora, Sintra e Oeiras.

Quanto ao estado civil, a esmagadora maioria são solteiros, apenas 3 reclusos são casados, no entanto só 1 não tem filhos, os restantes têm em média 3 filhos havendo quem tenha 16 e 11, o que reflete um aspeto singular nestes reclusos, para mais quando estes filhos são de várias mulheres a quem chamam “mãe de filho” e com as quais têm boas relações. Uma particularidade interessante é que um dos reclusos que não é solteiro tem apenas 25 anos e somente 1 filho. Sendo que este recluso chegou a Portugal com apenas dois anos, provavelmente, ocorreu um processo de aculturação, na medida em que o seu núcleo familiar é similar ao dos portugueses, contrastando com os restantes.

11.3. Percursos prisionais (E.P. Carregueira)

Pretendo, aqui analisar as características destes 2 Grupos, em relação ao percurso prisional, contemplando: tipo de crime, anos de pena e se desempenham alguma atividade laboral no E.P..

Grupo A

Relativamente ao Grupo A, podemos salientar que todos os reclusos estão condenados, sendo que 80% dos casos é por homicídio, portanto, este, é o crime mais representativo. Com 20% dois casos de associação criminosa e outro de extorsão. Foi interessante constatar que em todos os crimes as vítimas foram, sempre, entre gente pertencente ao mesmo grupo étnico (à exceção de um russo que matou o patrão, português), ou seja, de países que constituíram a União Soviética.

Os anos de pena variam entre os 19 e os 6 anos, sendo que a média é de 9 anos. Dos 15 reclusos entrevistados, 10 têm ocupação no E.P., que por vezes aliam com uma segunda ocupação, que é a escola, nas disciplinas de português para estrangeiros e inglês. Os outros (5), embora não tendo uma ocupação principal, todos frequentam a escola nas mesmas disciplinas. Todos os reclusos consideram que estão “bem presos”, o que como é lógico quer dizer que não são inocentes. Apenas um destes reclusos tem processos pendentes e na maioria dos casos, à pena de prisão, acresce a expulsão. Nenhum destes reclusos atribui o crime ao facto de ser estrangeiro e o seu cometimento tem diversos factores: pessoais, económicos e profissionais. No que confere ao comportamento na prisão não é de todo

exemplar, com cerca de 80% dos entrevistados a terem cumprido alguns castigos, normalmente todos relacionados com a fabricação artesanal de bebidas alcoólicas, que os mesmos conseguem fazer através de fermentação da fruta: na gíria prisional essa bebida intitula-se de “chicha”, que é depois trocada por tabaco. Como dizia um recluso russo bastante referenciado nessa arte “não trabalha, não tem visita, quer fumar, faz chicha” (Russo). De salientar, ainda, que em nenhum caso se confirmou que gostariam de cumprir a pena no país de origem, 4 destes reclusos estão preocupados com a expulsão, já que a sua família está toda em Portugal. Estes reclusos, ainda que não lhes falasse sobre o assunto, fizeram questão de afirmar que o E.P. Carregueira não era prisão para eles porque há muitos pedófilos, “não gostar de Carregueira, muitos pedófilos” (Russo), “aqui tem muitos bibis” (Russo), “o meu povo não aceita isto” (Ucraniano) e ainda, “na Ucrânia estavam mortos” (Ucraniano). Estes reclusos confessam que nunca sentiram discriminação, apenas no número de anos de pena, sendo unânimes ao dizer “estrangeiro levar mais anos que portugueses” (Ucraniano), “dar exemplo outros estrangeiros” (Ucraniano).

Grupo B

Quanto aos reclusos do Grupo B podemos dizer que todos estão condenados e os crimes variam bastante e vão de: abuso sexual de crianças, sequestro, homicídio, roubo, violação, violência doméstica, receptação, furto, burla a ofensas físicas. Dos reclusos entrevistados, 14 estão condenados por homicídio, 7 por abuso sexual de menores, 5 por violação, 4 por sequestro, 1 por receptação, 1 por burla, 1 por violência doméstica. Como podemos constatar, os crimes com mais expressão dentro deste grupo são: homicídio, abuso sexual e violação, isto deve-se ao facto de, como já foi salientado anteriormente, o estabelecimento Prisional da Carregueira não aceitar condenados relacionados com o tráfico de estupefacientes, por isso ser um E.P. singular.

Os anos de pena, dentro do grupo, variam entre 2 e 25 anos, sendo a média de cerca de 8 anos. Todos estes reclusos têm uma ocupação laboral no E.P. e ainda há 12 que têm uma 2ª ocupação, neste caso, a escola com as disciplinas desde a alfabetização à matemática, inglês e português.

Nenhum diz estar inocente, mas 4 dos reclusos condenados por crimes de abusos sexuais de menores argumentam que “não foi bem assim”... “não sabia a idade da minina”, “parecia mais velha”. Nenhum destes reclusos tem pena de expulsão. O facto de ser

estrangeiro não influenciou em nada o cometimento do crime, para todos estes reclusos, e os factores que os levaram a praticar foram vários: económicos, passionais, alcoolismo e más companhias. Os comportamentos prisionais são diferenciados pelas idades, em que os mais novos, normalmente cumprem alguns castigos, devido a: insubordinação, incumprimento de regras e por conflitos com outros grupos. Já nos mais velhos são raros os casos de castigos.

Nenhum dos reclusos refere que gostaria de cumprir pena no país de origem, pois têm aqui o seu suporte familiar.

11.4. Paralelismos

Da análise de dados anterior, fica registado que estes dois grupos de reclusos à primeira vista sugeriam grandes diversidades na verdade, para além das particularidades que cada grupo apresenta, existem, também, factores comuns: Começando pelas idades dos reclusos, em que o Grupo B apresenta um maior número de jovens na casa dos 20 e 30 anos, o resultado da média de idades é idêntico, 43 anos, isto porque este mesmo grupo, também, tem uma percentagem maior de reclusos mais velhos, facto que tem a ver com fluxos migratórios diferentes dos do outro grupo A, que só a partir do final da década de 90 inicia a sua odisseia migratória, a qual desenvolverei, mais à frente.

Relativamente às habilitações literárias, os reclusos do Grupo A apresentam qualificações acima da média, superiores, até, às dos reclusos portugueses. O factor principal para esta diferença é, segundo estes reclusos devido ao regime soviético. Como afirma um recluso russo: “regime soviético, obriga a estudar pelo menos 11 anos, depois tu decides, ou militar ou universidade ou trabalha. Povo russo muito culto”. Os dados permitem admitir que muitos destes reclusos vêm para Portugal com elevados níveis de escolaridade, no entanto entram no mercado de trabalho da construção civil e obras públicas ao lado de operários sem qualificações escolares, e com eles partilham as mesmas áreas residenciais desfavorecidas. São sobretudo urbanos, que empurrados pelas condições de vida desvantajosas no país de origem, chegando mesmo a abandonar postos de trabalho fixos, para em Portugal, experienciarem este tipo de mobilidade descendente. Para alguns a clandestinidade que os acompanhou nos primeiros tempos parece ter contribuído para a instabilidade no trabalho, para o emprego não qualificado e para as precárias condições de vida que revelam, “quando cheguei a Lisboa não tinha nada, nem dinheiro, só número de telefone de conhecido de primo” (Georgiano).

Já os reclusos do Grupo B apresentam níveis de escolaridade muito baixos, que vão desde o analfabetismo ao 10º ano com uma média ao nível do 6º ano, sendo que o recluso com o 10º ano o obteve já na prisão. Facto que eles justificam com as dificuldades económicas e sociais no país de origem em que os agregados familiares são grandes e há poucos recursos. Como dizem os reclusos: “muito pequeno comecei a trabalhar” (Caboverdiano), “tive de trabalhar para ajudar família” (Caboverdiano) e “tive ir trabalhar com 15 anos para ajudar a minha mãe, solteira com 5 filhos piquenos. Eu gostava muito da escola, mas ficava a 15 km e não havia transporte, ia a pé, às vezes ia, outras não, normal. Tive de deixar, agora estudo na prisão, é o único benefício que posso tirar da minha pena” (Caboverdiano).

Quanto ao estado civil, existe uma grande diferença, que atribuo a factores sócio culturais. Os reclusos do Grupo A são na sua maioria casados, com os seus agregados familiares constituídos por: casal e 1 ou 2 filhos, muito semelhantes, como eles referem, ao que encontravam em Portugal, mas confirmam também que nos seus países de origem poderão ser maiores, podem ter 3 ou 4 filhos. De qualquer forma muito diferente do encontrado no Grupo B, em que a regra é ter muitos filhos, que nalguns casos é superior a 10. A média registada é de 3 filhos por recluso entrevistado, sendo que este número pode não ser representativo da realidade, visto na amostra haver reclusos muito jovens, na faixa etária dos 20 anos, que não têm nenhum filho, condicionados pela sua juventude e à reclusão que já dura há alguns anos, impedidos, por isso, de procriarem. Ou seja, culturalmente estes reclusos têm muitos filhos, com a particularidade de a maioria ou quase todos serem solteiros, e os filhos serem de mães diferentes às quais chamam de “mãe de filhos”. Os dois grupos, nesta questão têm apenas um factor em comum todas as suas companheiras são do mesmo grupo étnico/nacional.

Contrastando com o estudo realizado por João Rocha, que afirma nesse estudo que os reclusos estrangeiros que não eram provenientes do continente africano, especialmente dos países africanos de expressão portuguesa, tinham por norma a residência, à data da detenção, no país de origem. Rocha (2001).

Segundo todas as entrevistas, que realizei (Grupo A e B) e a informação que possuo, a maioria dos reclusos confirmaram ter residência em Portugal, à data da detenção, excepto 2 ucranianos e 1 russo. Não tenho, no entanto, dados estatísticos que o confirmem. Segundo os entrevistados, o seu crime não se prende com o facto de serem estrangeiros, informação

difícil de provar, porque apesar de não estar diretamente ligado, poderia ter sido condicionado a isso, por variadíssimos factores, nomeadamente sociais. Dos reclusos entrevistados, todos referem preferir cumprir a pena em Portugal, do que no seu país de origem, o que contrasta, novamente, com o estudo de João Rocha - e que é tido ainda, como referência em outros estudos como de Guia (2008) e de Seabra e Santos (2005). O autor questiona, no seu estudo, se para os reclusos estrangeiros a prisão seria uma dupla pena, devido à sua condição de ser estranho. Rocha (2001). A esta questão, os reclusos entrevistados responderam: "eu sou criminoso, vivo de crime, prisão está sempre no horizonte, aqui, na França, em Espanha, na Geórgia, prisão é prisão Senhor Gomes" (Georgiano). Outro diz, ainda: "prefiro cumprir aqui, pois tenho a minha família que me apoia, e depois, já estive preso lá., só comemos se a família trouxer e como a prisão fica longe de casa às vezes tínhamos que viver da amabilidade dos outros" (Caboverdiano). A percepção que tenho, no que toca a esta questão e como observador atento a estas dinâmicas prisionais, arrisco a dizer que sofrerá mais um recluso português detido, sem afinidade nenhuma com o meio, do que um estrangeiro, pois quando entra na prisão algum recluso estrangeiro, tanto do Grupo A ou B, sem o conhecerem, tal como diz Anderson, sentem um sentido de comunhão e logo tratam de o apoiar e ajudar, mesmo, a dar os "primeiros passos" naquele novo ambiente, que para os "novatos" pode ser útil. Assim, esse recluso é acompanhado, e levado para o seio do grupo destes ou de outros, tais como brasileiros, angolanos, guineenses. Em geral, todos têm o mesmo comportamento perante a entrada de um novo recluso da sua origem, menos os portugueses, que quando chega um português novato, "fresquinho" (gíria prisional), não há outro português que o auxilie. Devido a este facto, penso que este recluso irá, certamente, sofrer mais e sentir-se um estranho naquele meio, ou melhor, um estrangeiro na sua terra. Seria interessante saber se o mesmo se passa com os reclusos portugueses no estrangeiro, se têm esse sentido de união e comunidade, como demonstram, por exemplo, no caso da migração? A opção por migrar e a escolha por Portugal como país de destino são descritos, pelos entrevistados, de forma diferente. Os reclusos do Grupo A referem que desconheciam por completo Portugal, uns conheciam o Figo, outros, o Eusébio, mas na generalidade não sabiam situar o país geograficamente. Dizem que tomaram conhecimento através de amigos e/ou familiares, que tinham emigrado para Portugal e que o país se encontrava em grande desenvolvimento económico, havendo muito trabalho e bem remunerado. Existiam, igualmente, organizações

de migração ilegais, que passavam informações, muitas vezes, fictícias. Apenas um dos entrevistados, diz conhecer alguma coisa de Portugal, pois, como o próprio diz: “gostava de conhecer, ver programa esse de Hermano Saraiva, história, RTP internacional”, outro, diz que quando lhe falaram em Portugal, pensou tratar-se de um país africano. Estes reclusos viajam para Portugal, segundo eles, com o propósito de melhorar as condições de vida e regressar ao país de origem. O objetivo, a curto prazo, é proporcionar uma vida mais condigna à família e a médio prazo, amealhar o suficiente para no país de origem, comprar casa, montar um negócio e comprar terrenos. Referem, ainda que querem dar o melhor aos filhos. Tencionavam ter uma permanência temporária em Portugal, talvez, em grande parte, devido às dificuldades de inserção e aos condicionalismos dos processos de legalização e de reagrupamento familiar e até mesmo por efeito do desejo de regresso que os acompanha e, os leva. Agora a condição de recluso estragou todos estes projetos, pois para além dos anos de pena que ainda lhes falta cumprir, só a mulher e os filhos não conseguem juntar dinheiro; associado a isto vem a pena de expulsão que deita por terra o sonho da migração. Contudo, há 3 reclusos: 1 georgiano e 2 ucranianos que preferem ficar cá, pois segundo eles: “que já se habituaram a isto”.

Os reclusos do Grupo B que chegaram através do movimento de retorno após as independências africanas, atravessaram, pois, as fronteiras étnicas e surgiram na sociedade de acolhimento a reivindicar a categoria de português, através de um discurso que se constrói como base no que se pensava ser um direito adquirido durante o período colonial. Sendo as razões do pedido da nacionalidade portuguesa predominantemente instrumentais, estes primeiros migrantes adotaram a estratégia de se identificarem com os portugueses, exibindo como símbolos a língua portuguesa, um passado partilhado e um território afetivo. Construíram, assim, a categoria nativa de português. É por isso que, na esfera pública, estes caboverdianos fundadores recusaram a categoria de estrangeiro num processo de afastamento dos que chegaram mais tarde um recluso reproduz o discurso deste grupo: “independentemente da nacionalidade ou da cor da pele, não me sinto estrangeiro, porque nasci, cresci e estudei em território português, trabalhei para os portugueses e com os portugueses e vim para Portugal antes da independência.”

Na comparação que estabelecem com os portugueses, estes primeiros a chegar a Portugal valorizam as características familiares, as que pensam que os aproxima dos portugueses e às quais atribuem significado simbólico, e adquirem um sentimento positivo

da diferença que lhes permite apropriar a nacionalidade portuguesa. Mas não deixaram de sentir o desconforto da categoria de estrangeiro. A categoria de retornado é sentida como uma marca de estrangeiro à qual aderem através de uma avaliação negativa que fazem da diferença relativamente aos portugueses, verbalizada no ser “português de segunda” e no “foi preciso descobrir um bisavô alentejano para ser português...os portugueses não gostavam dos retornados e dificultavam”. Contudo, o percurso destes reclusos permite prever o discurso elaborado pelos migrantes laborais e as estratégias adotadas na esfera pública sobre ser português, ser estrangeiro e ser clandestino. A interpretação que fazem do confronto entre o discurso jurídico português e o discurso sobre si próprios leva-os a aderir à categoria de estrangeiro, quer sejam legalizados ou clandestinos, embora reconheçam a vulnerabilidade da clandestinidade e a urgência da legalização. “Para quem não está legal é mais difícil arranjar trabalho e casa ... é explorado no trabalho, ganha menos, não tem regalias... tem que aceitar todos os abusos... não pode chamar a família... tem que se conseguir autorização de residência rápido para resolver os problemas... até para a Câmara dar casa... terra de branco é cansado.” Um dos reclusos é a representação emblemática do estrangeiro: “Vim para Portugal com passaporte de estrangeiro para vir tratar um problema de saúde. Fui logo trabalhar com o meu irmão que já cá vivia e morei com ele na obra e depois no bairro... Fiquei ilegal e só passados anos é que pedi a minha autorização de residência e mais tarde da minha família que já cá estava também. Sim, sou estrangeiro, tenho bilhete azul, mas sinto-me português” (Cabo-verdiano). Estes cabo-verdianos apropriam os factores que pensam ser de visibilidade na esfera pública e que os tornam estrangeiros – bilhete de identidade de estrangeiro, má fluência em português, cor da pele – para estruturarem o seu discurso sobre ser estrangeiro em Portugal. A categoria de clandestino é verbalizada como a fase de chegada e instalação em Portugal e como factor decisivo no accionamento das redes de entreajuda que garantem a integração na comunidade étnica de pertença. “Legais e ilegais. Todos começamos por ser clandestinos, por isso, ajudamo-nos uns aos outros, trabalhamos juntos e vivemos juntos” (Cabo-verdiano). É exatamente devido às circunstâncias que decorrem do longo período de clandestinidade pelo qual todos passam que ser português representa estar há mais tempo em Portugal e, por isso, melhor posicionado na estrutura social da sociedade de acolhimento. O subempreiteiro é o modelo mitigado, o eixo que organiza o modelo ideal de ser português. “Os que chegaram há muito tempo conseguiram nacionalidade portuguesa e são subempreiteiros. Sabem discutir com os

donos das obras, ganham muito dinheiro... esses não vivem em barracas, têm carro... vivem melhor que muitos brancos... até conseguem ter negócios com terra e não vem preso” (Caboverdiano).

Apesar de os reclusos não assumirem o estatuto de estrangeiro, os do segundo movimento migratório não deixam de negociar na esfera pública o ser português. Mas essas representações não fazem parte de um discurso pensado de classe social, antes revelam o discurso do auto reconhecimento da diferença dentro da comunidade, uma diferença que se estrutura num factor exterior: a nacionalidade. Na periferia e no centro, representam uma faceta das suas várias identidades sociais que constroem nas relações que estabelecem uns com os outros e com a sociedade portuguesa. Mas a estratégia de ser português ou de ser estrangeiro legalizado parece ser um meio para garantir um melhor acesso ao sistema distributivo da sociedade portuguesa e melhores níveis de sucesso. Este tipo de estratégia com fins instrumentais tem sido observada em várias comunidades étnicas implantadas no mundo urbano ocidental, sem que signifique, que noutro momento, os atores étnicos não possam aparecer na esfera pública a expressar a sua identidade e a marcar as fronteiras étnicas e que na esfera do privado não alimentem os aspetos que partilham e que os distingue dos outros (De Vos 1982: 28 e ss.). É por isso que a nacionalidade não define quem se sente estrangeiro em Portugal, muito menos determina a pertença étnica à comunidade. Alheios às questões da nacionalidade e da clandestinidade, elaboram o seu discurso sobre quem é estrangeiro em Portugal, reforçando a sua pertença étnica no centro e na periferia. No próximo capítulo veremos como se auto definem em termos da sua origem étnica. Mais do que colocar o enfoque nas motivações económicas individuais, ou nos fatores estruturais que condicionam a decisão de migrar, há que entender os movimentos migratórios, enquanto processo social que deve ser descrito independentemente das suas causas. Um processo social em que a decisão de migrar é um acto social que influencia e é influenciado pelas circunstâncias e pelas estruturas específicas que enquadram o movimento migratório, deixando aos atores envolvidos a capacidade de poderem escolher ficar ou partir. Jackson (1991). Um processo social dinâmico que deve ser abordado no contexto da mudança social, já que nos movimentos migratórios estabelecem relações no tempo e no espaço, entre comunidades de origem e as comunidades de destino, provocando profundas alterações demográficas sociais, culturais e económicas a jusante e a montante, sendo que as decisões de partir estão elas também em constante redefinição. Salt (1986) De qualquer modo as

características predominantes dos grupos em análise evidenciam um padrão migratório do tipo laboral. A superioridade de jovens adultos em idade ativa e o peso operário permitem antever um tipo de migração laboral, que desloca primeiro os homens nos escalões ativos jovens e guarda para mais tarde o reagrupamento familiar, aspetos que consegui retirar através das entrevistas.

Para os reclusos do Grupo B, as expectativas criadas pela ligação colonial de séculos, a identificação com a língua e a cultura portuguesa facilitaram a opção de destino. Apesar da avaliação dos contextos de origem e do destino ter deixado pouca liberdade à decisão de partir, as partidas foram-se processando a um bom ritmo. Já para o Grupo A, as notícias que chegam através de amigos ou familiares, sobre Portugal, um país num desenvolvimento emergente contrastando com a situação em que se vivia no país de origem, produziram um efeito duplo. Por um lado, o receio face aos problemas de adaptação a um novo meio e a possibilidade, por outro, de melhorar o nível de vida e poder dar aos filhos melhores condições.

Para os reclusos do Grupo B, as viagens decorreram, de uma certa forma, organizadas e planeadas, viajando (informação de maior parte dos entrevistados) as famílias por via aérea e os seus haveres por via marítima. Para a maioria, as redes familiares de acolhimento tiveram um papel fundamental, para os restantes, a regra da hospitalidade dos parentes e amigos já estabelecidos ou primeiro chegados e as redes de solidariedade social mostraram-se de extrema importância.

Para os reclusos do Grupo A, a partida para Portugal foi um pouco mais atribulada. Houve quem aderisse a organizações migratórias informais, que viriam a influenciar as decisões de partir. Uma vez dentro da mesma, estes reclusos teriam de dar contrapartidas para usufruir dos recursos, ficando, por isso, inseridos num sistema de obrigações que se podem alargar às famílias de origem. Mas nem todos os utilizadores se conhecem e interagem entre si e, na maior parte das vezes, estão ligados através de uma relação transitória, embora possam existir laços de natureza diversa com alguns dos organizadores da mesma. A sua utilização proporciona informação sobre as condições da partida e da chegada, as ajudas necessárias na origem e no destino, um sistema de crédito para custear a viagem, alojamento, passe social, legalização e trabalho em Portugal. Os utilizadores ficam com a obrigação de pagar os serviços prestados e os recursos fornecidos, através de percentagens da dívida descontadas mensalmente do salário e da obrigatoriedade de

trabalhar para o subempreiteiro por tempo previamente acordado. O alojamento, frequentemente, no local de trabalho, a legalização e o crédito, são recursos que fazem parte das estratégias dos organizadores para negociar o vínculo dos utilizadores. O tempo que medeia entre a decisão de partir e a partida depende das interpretações que o potencial migrante faz das condições, recursos e serviços oferecidos pela organização e das suas próprias características sócio económicas, podendo umas e outras facilitar ou dificultar o acto de partir. Para os mais desfavorecidos, negociar a entrada numa organização significa aceitar condições impostas por aqueles que as controlam na origem e no destino, mas, por outro lado, o embarque pode ser mais rápido, a viagem processa-se por esquemas informais de crédito, no destino têm trabalho e alojamento garantidos e a promessa de legalização. Aqueles que rejeitam as condições oferecidas por esta precisam de tempo para acumular o pecúlio suficiente para empreender a viagem e, nos primeiros tempos da chegada, a maior parte destes reclusos dizem-se privados de estruturas sociais de apoio, quer de amigos quer de familiares, acabando, em alguns casos, por recorrer à organização para conseguir trabalho. Estas situações são bastante mais complexas do que possam parecer. É normal nas prisões colocarem, no mesmo local, indivíduos, sendo um pertencente e outro que era explorado pela mesma, inclusive preso por ter morto alguém pertencente à organização e que o pressionava e à sua família. Esta situação dá origem a muitos conflitos internos que ninguém entende. Mais uma vez, ressalvo a importância destes estudos para uma maior sensibilidade na administração destes casos.

Normalmente sucedem agressões no pátio, entre indivíduos deste grupo e ninguém sabe porquê. Razões como esta estão por trás de muitos acontecimentos intramuros. Há inclusive pessoas que continuam a ser exploradas e ameaçadas.

Analisando os percursos prisionais dos dois grupos de reclusos, podemos constatar que ambos têm como crime principal o homicídio, não querendo afirmar que a moldura criminal seja idêntica, pois no caso do Grupo B, existem 12 reclusos condenados por crimes sexuais (violação e abuso de menores) que perfaz 40% da totalidade dos crimes neste grupo e que no Grupo A não existe nenhum caso destes, até porque neste grupo esse tipo de crime é bastante repudiado, inclusive tem dado alguns problemas a nível interno, pois estes reclusos não convivem bem com a ideia de ter no mesmo espaço tais indivíduos capazes de fazer mal a crianças e mulheres; dizem mesmo que: “a minha cultura não permite que essa gente viva” (Russo), “quando ligo para meus amigos na Moldávia e digo que aqui tem

pedófilos, eles gozam comigo e perguntam como estão vivos” (Moldavo) e “portugueses muito tolerantes” (Russo).

A média de anos de pena não é, também, muito diferentes: a do Grupo A é de 9 anos e a do Grupo B é de 8 anos. No entanto, os reclusos do Grupo A acusam a justiça portuguesa de ser muito branda com os pedófilos, que levam apenas 6 ou 7 anos de pena. Dizem: “eu sou bandido, matar pessoa, está mal, mas ele estava a roubar a mim e minha família. Levo 18 anos, esses pedófilos estragam vida de criança e da sua família e quando saem fazem o mesmo, levam 6 anos. Eu não vou matar mais ninguém, mas esses pedófilos vão abusar mais” (Ucraniano).

Na generalidade, os reclusos de ambos os grupos exercem ocupações laborais ou estudam e nenhum se considera inocente.

Continuando com a análise criminal destes grupos, ambos apresentam uma grande percentagem de castigos, no que toca ao desrespeito pelas regras e normas instituída e, também por agressões e faltas de respeito pelos guardas, mais frequente no caso do Grupo B, pois no Grupo A são mais respeitadores, talvez pela cultura militar que quase todos possuem. No entanto, quando estão alcoolizados (com a bebida artesanal que fazem – Chicha) são perigosos e põem em risco a segurança.

Retomando a análise, a questão que mais difere entre os grupos, no que refere à prisão é, sem dúvida que, os reclusos do Grupo A, na sua maioria tem expulsão, enquanto que os do Grupo B só dois dos entrevistados têm. Alguns dos reclusos beneficiaram de mediadas de flexibilização da pena, as designadas saídas precárias, em que houve um recluso bielorrusso que nunca mais voltou, numa dessas saídas, e a partir daí mais nenhum recluso desse grupo obteve essa concessão, até à data.

Os reclusos do Grupo A têm uma menor afinidade com Portugal, chegam sem conhecer nada do país, apenas traziam consigo alguns elementos informativos, eram conhecimentos escassos, ténues, vagos e genéricos, tais como: a localização geográfica de Portugal, distância a percorrer desde o seu país de origem. Conheciam, também alguns produtos nacionais e principalmente, conheciam o futebol e alguma história dos descobrimentos. Pelo que reparei confundiam um pouco Portugal com Espanha. Constatei que estes reclusos já traziam na bagagem estereótipos do povo português, como: preguiçosos, baixo nível de instrução, só gostam de futebol (um pouco a imagem feita pelos europeus do «centro»).

Estes reclusos, após a reclusão deixam as suas famílias desamparadas, a maior parte, sem meios de sobreviver em Portugal, o que levou a 11 famílias destes a regressarem aos países de origem, pois aqui estavam privados de apoio familiar., o que implicou que estes reclusos ficaram, também, sem o devido apoio exterior, nomeadamente sem visitas, que os mesmo referem não se importar, tal como diz um ucraniano “eu cometer crime, não família, eu ter de cumprir pena, não família. Família ir a Ucrânia ter com outros familiares, estar bem, eu ficar bem. Senhor Gomes minha família”.

Por conseguinte, estes reclusos sem apoio familiar em Portugal, ficam impossibilitados de renovar a autorização de residência, com isso impossibilitados de ter saídas precárias, é uma bola de neve.

Relativamente aos reclusos do Grupo B, nos processos de adaptação ao meio prisional estes reatualizam padrões comunitários como forma de melhor gerir os recursos, reproduzindo estratégias instrumentais. As estratégias representam o espaço-tempo e expressam-se nas redes de relações e têm como fundamento regras de reciprocidade, entreajuda e sociabilidade. As trocas que sustentam as práticas de entreajuda e de sociabilidade são formas de preservar e perpetuar os laços, inscrevendo-se deste modo na teoria de Marcel Mauss (2001). Daí, globalmente, poderá concluir-se que o Grupo B apresenta, no exterior, um padrão de fixação distrital semelhante, o que favorece a manutenção de laços que se constroem com base numa origem territorial e cultural comum e que sustentam uma identidade em constante reatualização e renegociação. Os laços de parentesco e amizade têm-se revelado um factor importante na relação intramuros, a proximidade residencial vivida no exterior favorece a entreajuda aos mais desfavorecidos.

As redes migratórias e de acolhimento surgem como um factor favorecedor do mesmo destino residencial de famílias aparentadas e ligadas por laços de amizade e vizinhança, esta relação ganha mais intensidade dentro da prisão, porque os recursos são escassos, é necessário recorrer ao auxílio de familiares, amigos e vizinhos, que aí se encontram a cumprir pena. O papel do bairro é bastante importante, pois é comum encontrar-se nas mesmas prisões vários reclusos provenientes dos mesmos bairros, que utilizam esta ferramenta de entreajuda para melhor resistirem ao tempo de prisão. As concentrações de migrantes em bairros residenciais reproduzem laços de parentesco, de amizade e vizinhança que fundamentam a vida coletiva e proporcionam suporte afetivo e a preservação das práticas culturais e das redes de interações. Frequentemente o rompimento

com o bairro, provocado pela condenação desencadeia aí redes alargadas de entreajuda e sociabilidade entre conterrâneos que entretanto foram entrando na prisão. Os caboverdianos criam assim, na prisão um espaço comunitário, elaborando um discurso sobre si próprios, organizam-se em redes de interações e negociam a sua cultura e a sua identidade dentro da prisão. Como outros grupos, tentam no novo meio recuperar o co-comunitário, convivialidade e comunicabilidade, não deixando assim de construir um espaço comunitário que atravessa fronteiras e os transporta para o bairro e do bairro para a prisão. Contudo, alguns bairros continuam a ser estruturas de suporte da vida coletiva na prisão, a solidariedade dos seus membros interligam o bairro à prisão através de redes de entreajuda de vizinhos, parentes e amigos, que é realizada através das visitas dos reclusos, mantendo com periodicidade estas interações que favorecem os encontros de fim de semana, minimizando distâncias. Estas práticas de sociabilidade constituíram um material essencial no entendimento das representações sociais na prisão. Contudo, nos seus processos de adaptação à mesma, os caboverdianos reproduzem e modificam outros modelos de sociabilidade que também incorporam práticas e trocas ritualizadas e proporcionam, por um lado a interação noutras níveis e graus de organização grupal e, por outro a perpetuação de laços de amizade transportados do bairro e renovados na prisão. As visitas reproduzem modelos que se inserem na rede de obrigações que interligam o bairro à prisão. Mais do que relações de parentesco ou de vizinhança, é a amizade fundamentada na reciprocidade voluntária que caracteriza esta dimensão constitutiva da vida comunitária. As visitas constituem assim obrigações sociais que estão sujeitos os caboverdianos que se inserem numa mesma rede de amizade ou de vizinhança sustentada por relações de amizade e funciona como um mecanismo de renovação de laços. É uma prática que se fundamenta nos princípios de solidariedade e entreajuda nos momentos de crise, como é o caso do encarceramento.

Manuela Cunha fala-nos do estudo, feito no Estabelecimento Prisional de Tires (Estabelecimento prisional feminino), e constata que agora as relações de parentes e vizinhos estão presentes em todo o lado na instituição ao contrário do que antes acontecia, onde as relações só eram observadas entre comunidades ciganas.

Agora a palavra amiga circula por todo o E.P.T., não só porque o tal estigma se diluiu, mas porque de facto, existem muitas amigas do exterior que passam igualmente para o interior. Assim, a prisão deixa de ser um intervalo na vida e passa a ser mais uma etapa.

No entanto o estigma verdadeiramente não desapareceu, e permanece intrínseco a estas reclusas. Hoje ele não é consequência da prisão; acompanha-as do exterior, vem do próprio bairro que, por si próprio, é estigmatizado.

Hoje a prisão banalizou-se, as reclusas sabem que quando saírem não sentirão a reprovação de outrora: “a prisão viu assim erodir-se a fronteira simbólica que representava”. Se a prisão incorporou o bairro, o bairro incorporou a prisão. Sucede hoje que o encarceramento abrange grande parte de parentes, amigos, e vizinhos. Cunha (2002)

11.5. Auto e hetero-identificações grupais

Esta análise que agora apresento vai centrar-se nas representações sociais de ambos os grupos, através de discursos orais dos próprios. O objetivo é analisar as práticas e as visões comuns ao grupo e não tanto aos indivíduos. Solicitei, neste caso, aos entrevistados para falarem de si, como se auto definem e ao seu grupo étnico/nacional, focalizando, particularmente, elementos que os diferenciam tanto dos portugueses como dos outros grupos de reclusos estrangeiros. Pretendi, também, saber como estes caracterizam os portugueses e como pensam que os portugueses os vêem a eles.

Grupo A

Entre os entrevistados deste grupo, a questão de auto identificação étnica é estranhamente unânime, já que o mesmo engloba 4 países diferentes: Ucrânia, Rússia, Moldávia e Geórgia. Todos os entrevistados se identificam como russos, independentemente da sua nacionalidade ser outra, aliás todos afirmam ser “povo russo”. A explicação para a inexistência de ambiguidades e tensões em relação às identidades dentro do grupo, parece ser resultado da história e política de russificação, que foi imposta em muitas repúblicas, por isso para estes reclusos é difícil delimitar pertenças identitárias, nomeadamente étnicas ou nacionais, porque estas estão em grande medida relacionadas com acontecimentos político militares que condicionaram o percurso histórico de algumas dessas regiões.

Descrevo, aqui, alguns dos mais elucidativos depoimentos dos entrevistados: um recluso ucraniano deixa transparecer no seu discurso que a relação de pertença á Ucrânia não passa de mera inscrição territorial, considera-se russo de primeira, pois os seus pais e antepassados eram russos e ele fez parte do exército soviético, encara mal a ideia de ser

tratado como ucraniano. Um recluso ucraniano diz: “antes de vir para Portugal vivia na Rússia, a minha nacionalidade e identificação é russa”, outro: “sou russo, bem como o meu património cultural herdado, como língua russa, única coisa ucraniana é passaporte”, outro diz: “Ucrânia não faz sentido, tem 20 anos, eu sempre russo”. A frequência, com que ao longo das conversas, foram afirmando, sempre, o “povo russo” como identidade, foi para mim algo inesperado. O único recluso deste grupo que não se afirmou “povo russo”, foi o georgiano, que com uma postura mais relaxada, quanto á sua identidade, dizia “Senhor Gomes eu sou cidadão do mundo, cidadão global. Passei Europa toda, a minha cultura é russa, mas não bato no peito para afirmar isso como outros fazem”, mas confessou que se vivia melhor na Geórgia no tempo da União Soviética. De resto 11 ucranianos, 2 russos e 1 moldavo, todos se identificaram como russos.

Seria importante questionar os reclusos russos e saber se estes concordavam com a afirmação dos outros reclusos, em serem russos e saber se eles também percebem os ucranianos e os moldavos como russos. No entanto a amostra está restringida a apenas dois russos, por isso não era conclusivo, mas consegui registar algo de interesse, estes reclusos confirmaram que os ucranianos seriam “seu povo”, mas o moldavo não; disseram, ainda “Ucrânia, Rússia e Bielorrússia, irmãos; moldavos igual que romenos, latinos, vossos irmãos”. Após questionar os ucranianos se os moldavos seriam “povo russo”, conclui que parece haver uma ideia consensual entre ucranianos e russos, ao revelarem uma opinião claramente desfavorável face aos moldavos. Estes reclusos fazem, ainda, questão de esclarecer que em Portugal não existem “máfias de Leste”, que isso é a televisão que inventa. No entanto, e de forma paradoxal, evidenciam a existência da máfia moldava. Por isso, e na opinião deles, se existem grupos de crime organizado a atuar em Portugal, os seus elementos só poderão ser moldavos. Parece haver, também, divisão de carácter linguístico entre os reclusos, cuja língua materna é russa e aqueles que falam outras línguas, ou seja, os que são considerados “povo russo” e falantes da língua russa (alfabeto cirílico), são os russos, ucranianos e bielorrussos, os romenos, moldavos e os búlgaros são considerados pelos “povos russos”, como “povos latinos”, falando línguas cujo alfabeto é latino, e por isso aprendem mais depressa o português. Um dos reclusos russos revela ter uma opinião manifestamente depreciativa sobre os moldavos, afirmando: “há em Portugal poucos moldavos, moldavos são ciganos, só roubam. Na Rússia os moldavos são ciganos”. Um ucraniano referiu, ainda, que os ucranianos não gostam de moldavos: “muitos ucranianos

não gostam moldavos. Uns pessoas boas, só que muitas é mau". A única voz dissonante é a de um ucraniano que considera "moldavos igual a ucranianos, porque os dois fizeram parte da URSS, mas romenos são diferentes dos ucranianos e mais próximos dos moldavos". Os moldavos são, assim, percebidos pelos russos e ucranianos presentes neste estudo, como tendo muitas similitudes com os romenos. Estes últimos são por sua vez, geralmente, designados, pelos interlocutores, como ciganos, porque "não querem trabalhar" e "vivem da mendicância". Contudo, não cheguei a questionar o recluso moldavo sobre estas interpretações, até porque tenho conhecimento que, o mesmo, está condenado por associação criminosa, a designada "máfia do Leste" (como ele mesmo, refere, "foi feito um livro sobre mim e meus companheiros, chama-se "Máfia de Leste" e tem capa vermelha, Senhor Gomes devia ler"), o que poderia gerar alguns conflitos, pois este recluso afirmou ser "povo russo" e se tomasse conhecimento que os outros não o consideram como tal, podia tentar pedir satisfações.

Partindo do trabalho de Orlando Figes, que considera que "os russos foram (e ainda são) inseguros sobre o seu lugar na Europa... pertencem ao oriente ou ao ocidente?". Orlando Figes (2003), enquanto os reclusos narravam as suas percepções, coloquei a questão se seriam europeus ou asiáticos. As respostas não tardaram um segundo e, argumentavam que essa questão não fazia sentido pois o "povo russo" sempre foi europeu, não só no aspeto geopolítico como também a nível de desenvolvimento, fazendo questão de referirem o poderio militar e bélico que tinham, do mais desenvolvido que existe e até dos feitos históricos, como o primeiro satélite da terra o "Sputnik". Para o efeito referem, igualmente, que se não fosse o "povo russo" a Europa não era hoje tal como é, referindo-se ao desfecho da 2ª guerra mundial em que as tropas alemãs recuaram após contra ataque soviético. Para além disto, existe para estes reclusos uma certa revolta interna, quando os identificam, como asiáticos, pois a Ásia está para o imaginário destes povos como algo negativo, porque os faz lembrar das invasões mongóis e mais tarde a guerra com o Japão. Como dizia um entrevistado ucraniano: "Europa ou Ásia, Senhor Gomes não sabe geografia? Centro Europa é Ucrânia?" ou outro russo "da Ásia são aqueles povos descendentes dos mongóis, como o Cazaquistão ou Azerbaijão, esses não europeus e não povo russo". Uma premissa básica da teoria de Tajfel e que os indivíduos se esforçam na tentativa de alcançarem uma identidade positiva. Tajfel (1970). Para estes reclusos a Europa é vista como positiva em comparação com a Ásia, que é vista como negativa.

Os reclusos deste grupo, quando se referem ao seu ingroup tendem a dizer “a nossa gente” ou “povo russo”, ou ainda “as nossas pessoas”, mas quando lhes peço para se auto caracterizarem, começam por apontar marcadores exteriores e físicos, tais como: a estatura, tom de pele, olhos de cor clara. Textura do cabelo, configuração do rosto e robustez física, são fatores diferenciadores dos portugueses, mas quando lhe peço mais, do interior, os mapas internos, o carácter, no geral ficam atrapalhados e obtive respostas como “Sr. Gomes, é difícil, você que devia avaliar isso” (Russo), ao que, normalmente, argumento que é fácil falar dos outros, o difícil é falarmos de nós próprios, olhar para dentro, mas todos, com algum esforço foram dando alguns tópicos do que é ser um “povo russo”. Começaram por revelar (por exemplo), que no contacto social evitam demonstrar que têm problemas e encaram o ato de chorar como uma prática que raramente se manifesta em espaços públicos ou na presença de outras pessoas. Acerca disto surge uma confissão de um recluso, muito interessante: “a coisa que mais queria era abraçar o meu filho e dizer que o amava” (Moldavo), pensei que o filho não estivesse em Portugal, mas posteriormente soube que estava e que o visitava regularmente. Quando o encontrei, questionei-lhe porque não o fazia, ao que me respondeu: “homens não podem mostrar fraquezas” (Moldavo). Notei um grande constrangimento cultural neste episódio.

A socialização, a educação formal, a cultura de disciplina e a exigência que vigorou na ex URSS, são alguns dos fatores que permitem compreender que estes reclusos, com destaque para os que têm idade acima dos 30 anos, tendam, a evitar a todo o custo a exteriorização da sua revolta, do seu desagrado ou de outros estados emocionais. Contudo, quanto às qualidades mais auto atribuídas ao grupo foram as de: bons trabalhadores, flexíveis e polivalentes, inteligentes, mais qualificados, cumpridores, reservados e não reivindicativos. A tendência para evocar qualidades positivas é muito vincada nas entrevistas. Em geral, tentam transmitir a todo o custo uma boa imagem ou mesmo a imagem ideal.

A capacidade de adaptação destes reclusos é invocada pelos próprios entrevistados que revelam que estão mais habituados a lidar com a adversidade de condições e com a escassez de recursos e meios. Esta é uma das razões que os levam a auto classificar-se como «bons trabalhadores», mas há outros motivos, por exemplo, porque estão academicamente mais bem habilitados e têm uma maior disponibilidade para executar tarefas e atividades que pouco ou nada têm a ver com a sua formação escolar e profissional. Um russo evidencia

ainda a atitude de elevada dignidade e modéstia que caracteriza estes imigrantes, já que não se importam de exercer atividades nada ou pouco qualificadas, apesar de grande parte deles serem detentores de elevadas credenciais escolares.

A obediência a regras, horários e ordens é algo que é incorporado, quer na educação familiar quer na escolar desde tenra idade e cumprem sempre a sua palavra: “palavra para nós vale muito, não precisa contratos, basta palavra” (Ucraniano). Consideram, ainda que para além de trabalho podem oferecer muito mais à sociedade de acolhimento, nomeadamente “cultura, maneira de viver e mentalidade” (Ucraniano).

Quanto às percepções que estes reclusos têm dos portugueses em Geral, as opiniões são maioritariamente negativas, e digo maioritariamente, porque apenas um dos entrevistados considera que “há bons e maus portugueses, não se pode falar de todos, não tenho nada a dizer” (Georgiano). Um facto, é que alguns destes reclusos vivenciaram experiências, essencialmente, negativas, como a exploração por parte do empregador, inclusive um dos russos está preso por ter morto o patrão, devido ao mesmo não lhe pagar há vários meses. Para estes reclusos, cuja vinda para Portugal é um projeto temporário com tempo delimitado, até porque a sua condição de recluso faz com que as suas preocupações centrais não sejam essas, a avaliação que fazem é um tanto ou quanto comparada com a de outros estrangeiros da Europa central, que focam Portugal como um país periférico, pobre, sem cultura e citando, novamente, Boaventura Sousa Santos, um país com uma identidade de fronteira, meio africano meio europeu. Boaventura Sousa Santos (1994). Estes reclusos acrescentam que: “os portugueses são muito tolerantes com os pretos e com os pedófilos” (Ucraniano), a questão da tolerância que seria uma especificidade portuguesa, teoria levantada pelo antropólogo Jorge Dias (1957). Para além destas características consideram, ainda, os portugueses com baixas qualificações e deixam as mulheres andar muito à vontade. Estes reclusos retratam os portugueses como os “para amanhã”, pois dizem que quando pedem alguma coisa é tudo para amanhã.

Quanto à percepção que têm sobre a forma como são percebidos pelos portugueses, começam por referir o que normalmente é anunciado na comunicação social e às conotações negativas atribuídas ao grupo. A maioria não tem dúvida de que esta informação negativa tem impacto na construção de opiniões sobre eles. Estes reclusos estão bem cientes que se constroem imagens estereotipadas, redutoras e depreciativas, surgindo associadas a máfias de Leste e ao tráfico de mão de obra, ao que eles referem que “há

muitos criminosos como eu, mas nunca fiz mal a portugueses" (Georgiano) e a maioria diz que a questão das máfias é mito: "aqui em Portugal não há máfias, há pessoas que querem ganhar dinheiro fácil" (Russo). O que o russo quer dizer sobre isto é que os media empolgam muito essa ideia de perigosidade de "Leste". No que se refere a estes reclusos a maioria dos crimes é cometido no seio do mesmo grupo étnico ou nacional e que geralmente, tem a ver com o consumo excessivo de álcool. Há dois casos de associação criminosa, mas é uma minoria. Quatro dos reclusos entrevistados: um russo e três ucranianos, responderam que os portugueses sentem "medo" deles, é essa a imagem que acreditam ser a percepção dos portugueses. Três dos reclusos entrevistados, todos ucranianos, revelam ter estados envolvidos em atividades que são legalmente classificadas como "auxílio à imigração ilegal", tais atividades são subjetivamente percebidas pelos indivíduos em causa como socialmente úteis e legítimas, servindo para apoiar muitos conterrâneos que vão chegando sem apoio e seguem dizendo que, se houve alguém explorado esses indivíduos também eram do mesmo grupo étnico, por isso são bandidos e vítimas ao mesmo tempo. Mas apesar das notícias discriminatórias, na maioria os entrevistados acabam sempre por dizer que no fundo a imagem que os portugueses têm deles é de trabalhadores de qualidade, mais produtivos, mais habilitações e maior capacidade para trabalhar, ou seja, a imagem é positiva.

Por fim, pretendia que caracterizassem o outro grupo deste estudo, aí a imagem que eles retrataram dos caboverdianos não podia ser mais negativa, houve insinuações bastante depreciativas, tais como: "isso são macacos" (Russo), "esses pretos não têm cultura" (Ucraniano), "não são civilizados" (Ucraniano). Alguns até fizeram comparação dos caboverdianos com os portugueses, dizendo que os portugueses são também um pouco como estes, devido ao seu percurso histórico e ao convívio com África. Dizem, ainda que: "os pretos é que dominam prisão, qualquer dia dominam país" (Russo).

Alguns excertos, elucidativos, das entrevistas: O recluso georgiano, tem muito boa imagem dos portugueses, diz que não consegue identificar particularidades, pois há de tudo, que as pessoas são o que são, independentemente da nacionalidade, mas no entanto quando lhe pergunto como vê os reclusos do seu grupo étnico, diz serem mais acolhedores, que dão mais valor aos estrangeiros, têm um carácter mais forte, mais disciplinados e organizados e por isso na sua estadia em Portugal prefira a companhia destes, embora na prisão, hoje, se dê com todos. Tem expulsão para o seu país, mas diz que quer ficar, pois tem

cá a noiva e mãe, não há nada que o “prenda” na Geórgia, que depois destes anos todos seria um estrangeiro na sua terra; um recluso ucraniano resolve migrar, porque vida estava difícil e o dinheiro era pouco. Resolve vir, como diz: “para a Europa (apesar de se afirmar europeu, remete mais uma vez para a ambiguidade da identidade de fronteira), a sua rede social era em exclusivo de migrantes do seu grupo étnico, antes de ser preso não sabia falar português. O seu crime é de homicídio por ter morto um indivíduo do seu próprio grupo. É um indivíduo tranquilo, muito calado que passa despercebido da massa prisional, quer ficar em Portugal embora tenha expulsão, pois como ele diz “passei a gostar disto”, contraditoriamente ao que pensa dos portugueses que diz serem falsos (sem palavra), que têm uma palavra mágica que é “amanhã, tudo é para amanhã”. Diz, ainda, que têm poucas habilitações, na Ucrânia têm que estar 11 anos obrigatórios na escola. Quando lhe falaram em Portugal pensava que se tratava de África, o que me fez lembrar a nossa identidade de “fronteira”. A sua adaptação à prisão foi boa, pois como diz “na Ucrânia sim, é duro, aqui é muito bom, 5 estrelas”. Considera-se russo e europeu e diz que os cidadãos “de Leste” como aqui são chamados (ao que ele não acha discriminatório, que é uma forma de os caracterizarem) têm mais habilitações, são trabalhadores assíduos, homens de palavra, não fazem mal a crianças (caso dos pedófilos), diz mesmo que esses casos na Ucrânia nem chegam à prisão. Confessa, também que não se sente discriminado em Portugal; o Recluso moldavo confessa que grupos mafiosos na Moldávia sempre existiram, mas tinham menos visibilidade, agora estavam sedentos de poder. Recorda uma ocasião em que Putin (Presidente russo), na altura representante do exército soviético, esteve na sua cidade a recrutar jovens para suas fileiras e que no mesmo local os líderes mafiosos faziam o mesmo. Diz também que se algum chefe de estado fosse ali á sua cidade, não precisava de levar segurança, bastava falar com as máfias locais e nada se passava, e continuava a título irónico “não como aqui essa palhaçada de cimeira de NATO”. Reforça que na Moldávia os jovens tinham duas opções, trabalhavam para o governo e eram bandidos á mesma, ou trabalhavam para as máfias, ou seja bandidos legais ou ilegais. A vantagem de trabalhar para as máfias, é que estes, acontecesse o que acontecesse, salvaguardavam sempre a família, enquanto que para o governo, perdem a identidade e a família fica sem nada. É licenciado em educação física e diz que os portugueses têm pouca formação académica e cívica, que a educação escolar e familiar não é disciplinada e ainda refere, num conceito racista, que estamos a ser dominados pelo “pretos”. Confessa que só fala com reclusos do seu grupo,

não pela facilidade da língua, mas porque não tem assunto para falar com “esses pretos, a prisão só tem pretos incultos, que só falam de crimes e de roubos, são uns coitados, aqui dão-lhes tudo e ainda se queixam, haviam de estar na Moldávia, pois não sobreviviam, aí temos de ser duros, a minha mãe tem uma *Kalashnikov* para se defender. É isso e esses pedófilos, é impossível haver pedófilos na prisão, nem lá chegam, são mortos. Já me recusei a comer no refeitório várias vezes só para não me ter de sentar ao lado deles, agora estou a ficar mole. Quando ligo aos meus familiares e lhes conto, eles perguntam se esses indivíduos ainda estão vivos”. Revela que tinha alguns portugueses amigos, mas quando convidava os amigos para festas em sua casa, evitava convidá-los, pois como diz “não controlam as crianças, não sou eu que lhes vou dar educação, Portugal está a ficar mole, é do convívio com esses pretos”, dizia rindo enquanto olhava para um ucraniano que o apoiava na sua afirmação (o que mais uma vez remete para a imagem de “fronteira” que Portugal tem no exterior).

Os reclusos entrevistados, parecem possuir uma afinidade em termos identitários de que o georgiano se distingue em parte, cuja estrutura parece assentar num pólo positivo, representado pela auto-identidade étnica associada aos «europeus», e num pólo claramente negativo, constituído pelos «pretos», a que se junta um outro pólo negativo ambivalente, “demasiado” próximo dos «pretos», preenchido pelos «portugueses». Este pólo é ambivalente porque apresenta, ao mesmo tempo, traços negativos – os portugueses são considerados «pouco produtivos», «pouco pontuais», «irresponsáveis», «moles», «com poucas habilitações», etc. – e traços positivos – não discriminadores, tolerantes (quando essa tolerância se aplica aos estrangeiros emergentes da ex União Soviética), etc. A estes dois pólos negativos acrescenta-se um terceiro, que terá, surgido espontaneamente no decurso das entrevistas que mantive com os reclusos: o pólo representado pelos «pedófilos», sobre o qual se investe uma agressividade particularmente violenta e destrutiva. Os reclusos em causa procuram, pois, maximizar a sua diferenciação face a todos esses pólos negativos. Contraditoriamente, porém, o essencial da sua agressividade é reservada para os próprios membros dos seus grupos étnicos de origem – motivo pelo qual, aliás, se encontram na prisão – o que revela um padrão de identificação muito mais complexo e menos linear.

Relativamente às representações dos «portugueses», diria que a «identidade de fronteira» é aqui o resultado do modo como «nos» representam ou percebem. A

acusação feita aos portugueses não é tanto – como sucedia no discurso racista dos visitantes ingleses do séc. XVIII ou dos antropólogos nazis dos anos 30 e 40 – o de sermos uma espécie de «pretos da Europa», o de sermos praticamente indistinguíveis dos africanos, mas o de nos mostrarmos excessivamente tolerantes para com estes últimos e, no limite, seus cúmplices (uma acusação que também se estende à relação dos «portugueses» com os «pedófilos»). No discurso destes reclusos, os «pretos» preenchem uma função simétrica ou similar da que era preenchida pelos «judeus» no discurso nazi: sendo um grupo que o sujeito da locução percebe como inferior a si, tende a superiorizar-se em relação aos grupos fragilizados que o toleram (os portugueses, por serem tolerantes, estão a ser «dominados pelos pretos»). A ambivalência desta imagem reside no facto de a tolerância dos portugueses ser classificada como negativa, quando os «pretos» são os seus beneficiários, e positiva quando se aplica aos estrangeiros da ex união soviética ou aos reclusos em geral – é graças a isso que «é melhor estar preso em Portugal» do que na Ucrânia, Moldávia ou Rússia. O georgiano escapa ligeiramente a este modelo de identificações e desidentificações, dado que aparece mais integrado, quer no que respeita ao estabelecimento prisional – convive com a maior parte dos reclusos e com os guardas, – quer no que toca aos portugueses em geral. Mais uma vez, a sua agressividade é, essencialmente, intra-grupal.

Grupo B

Relativamente ao Grupo B, Caboverdiano, a influência histórica de Portugal, está bem presente nas suas narrativas, tendo estes uma divisão psicológica significativa entre a cultura do país de origem e as tradições culturais do país de destino com os quais estes reclusos estão relacionados (cultura de fronteira). Para estes, Portugal representa o destino inquestionável, a velha colónia, a casa. Vieram para Portugal, porque era um lugar seguro para as suas identidades. O projeto de migrar consistia na partida para um ambiente familiar. A maioria dos entrevistados que partira estava já posicionado numa rede familiar e num sistema de apoio previamente estabelecido em Portugal. Além da partilha da mesma língua e do mesmo background cultural era tida como uma vantagem para uma migração mais fácil. Assim, estes reclusos identificam-se na maioria como caboverdianos, mas referem ter grandes afinidades com Portugal, há ainda um número significativo (13 reclusos) que se identifica como caboverdiano e português, questionei-os, se alguma vez se sentiram confusos em relação à identidade, somente um respondeu afirmativamente, os restantes

afirmaram, apenas: “sou português e caboverdiano, é assim que sou, não tem confusão” (Caboverdiano). Houve outros relatos interessantes, como “em Portugal sinto-me bem, porque sinto-me em casa, talvez por causa da língua” (Caboverdiano), “simples, simples, eu nasci numa colónia, então, vou para a metrópole. Sinto-me feliz... primeiro porque falamos todos a mesma língua, praticamente, como se diz ‘estamos em casa’” (Caboverdiano), “decidi vir para Portugal... a minha primeira língua de sempre” (Caboverdiano). O facto mais interessante nas entrevistas foi, o de 30 dos entrevistados se caracterizarem como europeus. Estes reclusos identificam-se com a Europa e argumentam que nada têm a ver com África, que quando os portugueses descobriram o arquipélago o mesmo não era habitado, foi sempre português, enaltecem a sua cultura europeia e dizem não ter qualquer ligação a África, africanos são angolanos, referindo-se ao outro grupo de reclusos com quem não têm um bom relacionamento intramuros. Dizem, ainda, que de África não têm nada, nem fauna, nem flora, “somos bem diferentes desses mangolés (referindo-se aos angolanos), esses são africanos, não temos nada que ver com esses africanos” (Caboverdiano).

À semelhança do professor Adriano Moreira e do Dr. Mário Soares, estes reclusos apoiam o requerimento do estatuto especial para Cabo Verde no quadro do processo de integração no espaço comunitário europeu, que assentam em critérios de natureza da herança histórica e cultural produzidas por uma identidade. Suzano Costa (2005). Refere que Cabo Verde poderia ser como o Arquipélago dos Açores e da Madeira, uma região autónoma. Isto pode ser visto no quadro das estratégias identitárias de reação/compensação tentando obter reconhecimento por parte de identidades mais desenvolvidas e colar-se àquela que julga ser mais positiva, em contrapartida coloca África numa identificação negativa.

Seguidamente, questionei os reclusos sobre o que pensam de si próprios, como se vêm a eles e ao grupo. O objetivo é conseguir uma melhor aproximação ao grupo e entender como diferem dos outros, que estratégias têm e de que modo reutilizam instrumentos culturais disponíveis nos processos de recomposição de identidade. Ao mesmo tempo é importante compreender como arquitetam essas estratégias unitárias de invenção de uma comunidade e que instrumentos e mecanismos utilizam na construção do eu, são aspetos que pretendo, agora desvendar. No processo do «nós», os caboverdianos criam um espaço comunitário, elaboram um discurso sobre si próprios, organizam-se em redes de interações e negociam a sua cultura do grupo, com os portugueses e com os outros grupos de

reclusos. Tal como outros grupos de reclusos estrangeiros, tentam no meio prisional recuperar o comunitário, o convívio e a comunicabilidade. Os caboverdianos elaboram um pacote de etnicidade onde estão disponíveis instrumentos que utilizam nos seus processos de simbolização de origem. O território, a língua, a cor de pele, o vestuário, alimentação, a música e a dança, são os instrumentos manipulados para se definirem como caboverdianos em relação aos outros e face a audiências exteriores (caso dos guardas e staff prisional). Estes reclusos não produzem um discurso com base na nacionalidade, mas sim um discurso simbólico, como um passado experienciado num mesmo espaço (bairro), o crioulo (já tenho escutado discursos de guardas dizendo que é a língua mais falada nos E.P's) e a partilha de símbolos e práticas culturais de comportamentos e valores que os singularizam.

Em meio prisional a utilização da língua étnica pode também servir para fins instrumentais, quando não pretendem que os guardas percebam algum acontecimento.

Consideram-se: trabalhadores, alegres, unidos e amigos do amigo, podendo, assim, afirmar que os caboverdianos constroem uma auto imagem positiva.

Em relação à percepção que têm sobre os portugueses, não poderia ser melhor, todos os entrevistados vêm os portugueses como uns irmãos e caracterizam-nos como: trabalhadores, acolhedores, sensíveis, boas pessoas e amigos. Referem que, desde a chegada a Portugal mantiveram sempre um convívio saudável com os portugueses e que estes confiavam neles. Os mesmos confessam que sempre se sentiram integrados na cultura portuguesa e nunca se sentiram inseguros.

A imagem que fazem da percepção que os portugueses têm sobre os caboverdianos também é positiva, consideram que os portugueses os vêm como grandes trabalhadores e honestos, em quem podem confiar. Dizem que todas as obras em Sintra e Amadora foram realizadas por caboverdianos e que têm as melhores relações com os portugueses.

Quanto ao outro grupo deste estudo, 9 não tinham opinião e não quiseram falar, dizem não poder falar desse grupo, porque os mesmos não se deixam conhecer; os outros 24 atribuíram conotações muito negativas, tais como: arrogantes, frios, brutos, antipáticos, etc.; “esses gajos tem a mania qui têm muita cultura” (Caboverdiano), “julgam-se melhores que todos, que são superiores” (Caboverdiano).

Alguns relatos das entrevistas, de forma, a melhor retratar o que foi dito: Um dos reclusos caboverdiano, veio para Portugal muito novo, tem por Portugal muito carinho, pois os portugueses sempre ajudaram muito, deram-lhe trabalho, pagavam bem; “os padrinhos

dos meus filhos são portugueses, grandes amigos aqui em Portugal” (Caboverdiano). Considera-se caboverdiano puro, mas não quer voltar para Cabo Verde, sente-se muito bem aqui, não sente falta de nada. Diz que caboverdianos e portugueses é tudo igual: trabalhadores, amigos e boas pessoas; outro caboverdiano entrevistado veio para Portugal com os pais, o pai combateu por Portugal e era um patriota de primeira; “ele não gostava que o identificassem como caboverdiano, dizia que era português com muito orgulho” (Caboverdiano). Já o recluso preferia ser tratado como caboverdiano, apesar de sempre se ter relacionado bem com os portugueses, que considera boa gente. Não gostava da ideia de se dizer português, pois corria o risco de ser português de segunda, tal como faziam com o pai, preferia ser caboverdiano de primeira. Detesta os russos e diz “se se acham tão bons porque não vão para a terra deles?” (Caboverdiano).

12. CONCLUSÕES

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, um dos grandes objetivos consistiu em evidenciar relações de interdependências causalidades múltiplas e dinamismos sociais que nem sempre podem ser compreendidos através de estudos quantitativos. O objeto deste estudo foi revelar que o universo prisional está longe de ser homogêneo, a par das regularidades, no seu interior, encontram-se diversidades e singularidades. Os reclusos não constituem assim, entidades homogêneas, havendo uma diversidade de protagonistas, de trajetórias de vida e de formas de representação. De salientar que as fronteiras entre os vários grupos de estrangeiros são alvo de disputa e de transação continua, o que passa por vezes despercebida quer à direção do E.P. quer aos guardas do mesmo. Mas, há clivagens entre estes reclusos. Pensamos que o resultado deste estudo contém alguns efeitos de inovação, designadamente no plano da empiria, já que em contexto nacional são poucos os trabalhos que analisem representações dos reclusos estrangeiros sobre a sociedade de acolhimento. Como no caso dos reclusos caboverdianos, em que os dados reunidos demonstram que a trajetória de integração era tida como sendo a estratégia aculturativa mais apropriada, com base no modo como os entrevistados representaram os portugueses, que seriam acolhedores e amáveis. Abertos à multiculturalidade, a integração em Portugal servia-lhes de ponte para um “ser europeu”, seja lá o que isso for. E no seu dia a dia prisional é no pátio do E.P., lugar privilegiado das práticas interétnicas e interculturais, onde os caboverdianos se encontram diariamente e negociam as diferenças, ao mesmo tempo que vivem as suas singularidades de base étnica. As relações com o grupo de brasileiros e com os outros grupos no pátio, são circunstanciais e interindividuais e, de um modo geral, de natureza secundária, sendo mais frequentes com portugueses e muito raramente com angolanos e nunca com reclusos ex URSS.

Este lugar multifuncional constitui-se como uma unidade de vida coletiva interétnica que favorece a recriação e renovação da cultura, a reatualização das formas de afirmação identitária, a reprodução de redes de sociabilidade e de entre ajuda e o apoio afetivo. Por aqui circulam informações sobre sociedade de acolhimento e a terra de origem, boatos, opiniões, críticas sociais, histórias, etc.

A sua diferenciação baseia-se nos símbolos da sua origem; cor de pele, vestuário, alimentação e a sua alegria e musicalidade.

Relativamente aos reclusos de países emergentes da ex União Soviética, para eles a diferenciação face ao “outro” assenta em marcadores físicos e nas práticas sócio culturais em que o primeiro nível de diferenciação reside na língua e no alfabeto (Cirílico), na estatura, cor dos olhos, cabelo e formas de rosto. Num outro nível, sobre a forma de ser e estar caracterizam-se por maior contenção verbal, gestual e facial, controlam melhor as emoções (ao que são identificados como frios pelo “outro” maioria). Estes avaliam positivamente a forma como são percebidos pelo “outro”, como: qualidade e capacidade para o trabalho, maior produtividade, habilitações académicas, etc.... Já eles vêm o “outro” maioria como: pouco produtivos, incumpridores de horários, pouco pontuais, irresponsáveis, desmotivados, pouco ambiciosos e flexíveis. Enquanto eles se classificam como: rigorosos, respeitadores, não reivindicativos, obedientes, polivalentes, inteligentes e dispo de uma educação cultural e formação escolar superior, emergindo assim, uma ideia de certa superioridade intelectual e cultural face ao “outro” maioritário.

A nível relacional os reclusos destes países raramente sociabilizam com a restante massa prisional, à excepção de um ou outro (Georgiano), os próprios conflitos que têm são, geralmente, intra-grupais ou face a outros grupos, nomeadamente africanos. Os reclusos entrevistados consideram-se, em primeiro lugar russos, depois europeus, quanto á designação “de Leste” compreendem, não se identificam com o termo, mas aceitam-no e não se sentem discriminados á excepção das penas que reclamam ser muito pesadas, talvez por serem estrangeiros?

Quanto á sua adaptação, dizem ser boa, pois estar preso é igual em todo o lado, uma vez na vida do crime tem de se contar com isso. Em Portugal é bem melhor do que estar preso nos seus países.

Todavia, todos os reclusos objeto de estudo (Caboverdianos e ex URSS) não deixam de construir um espaço comunitário que atravessa fronteiras materiais e étnicas, um espaço de representações identitárias onde se tecem redes de interações, se manipulam e se exibem símbolos culturais e se partilha um sentimento de pertença. Não um espaço igualitário, em que todos se conhecem, fechado e com fronteira rígidas, mas um espaço onde os reclusos surgem organizados em diferentes grupos e redes de interconhecimento, promovem diferentes negociações no interior e com o exterior e vivem a experiência com

maior ou menor intensidade e regularidade, de acordo com as suas escolhas e a sua mobilidade espacial no novo meio, que é a prisão.

O pátio do E.P. e a etnicidade constituem duas importantes estratégias estruturantes desse espaço simbólico apropriado e gerido pelos reclusos nas suas interações, favorecidas pela tendência para a concentração no mesmo.

A estratégia espacial interpenetra-se com a estratégia étnica, organizando a comunidade. Esta interpenetração cria uma zona de socialização comunitária onde os reclusos reatualizam e reinterpretam as diferenças étnicas na produção do discurso identitário. Discurso que se constrói também de fragmentos do espaço identitário dos reclusos nacionais, com os quais possuem uma relação de experienciar uma situação de interculturalidade.

Se, no nível étnico, podem revelar-se as diferentes identidades étnicas, no nível da massa prisional emergem novos códigos que organizam as práticas culturais e as representações sociais e que criam novas formas de afirmação identitária. É no pátio, na esfera do privado e na esfera pública, que os reclusos manipulam as ferramentas culturais disponíveis, escolhem os arranjos que melhor se adaptam às situações e às opções individuais e grupais, marcando as fronteiras étnicas ou tornando-as mais flexíveis.

O movimento de extensionalidade deste espaço simbólico atravessa as fronteiras nacionais, congregando os reclusos que se organizam em grupos etno/nacionais. Neste nível, o pátio constrói-se com base num sistema de trocas e num fluxo pendular assente na regra do respeito.

Da análise das trajetórias aculturativas e das estratégias identitárias destes estrangeiros resultam três principais conclusões. Em primeiro lugar, a de que os modos como os indivíduos percebem os seus modos de aculturação e as suas estratégias de identidade estão intimamente relacionadas com uma ligação prévia entre a terra natal do grupo e a sociedade de acolhimento. Em segundo lugar, os indivíduos constroem, efetivamente, identidades, recorrendo a mecanismos discursivos e a uma forma narrativa para legitimarem as suas perspetivas do mundo e para justificarem o processo ativo de revisão e posicionamento identitário. Finalmente, a de que é provável que a interação entre grupos, os traços individuais e a sociedade de acolhimento proporcione a emergência de níveis paralelos de aculturação, quer externos (referentes às respostas do grupo e dos indivíduos ao ambiente de acolhimento), quer internos (relacionados com a idiossincrasia

cultural do grupo ou dos indivíduos), e determine a manifestação de modos aculturativos e de estratégias identitárias (Tajfel, 1978) combinados/articulados.

Assim, tendo presentes as identificações dos participantes enquanto europeus, duas questões permanecem por responder: que tipo de Europa estão eles a abordar ao longo das suas narrativas? E que espécie de identidades europeias?

Afinal, a identidade emerge como um processo relacional de construção e de reconstrução contínua, não só de categorias de pertença, mas também de diferença.

Os próprios entrevistados não deixam de revelar uma posição marcada por uma certa ambiguidade, na medida em que, umas vezes, resistem mas, noutras, reafirmam a essencialização da sua diferença. Os processos de atribuição categorial e de interação são, efetivamente, importantes na construção da diferença e da pertença. Há símbolos culturais, como por exemplo a partilha de uma língua materna, a religião, a extrema importância do valor do trabalho, que ajudam a definir as fronteiras.

Seria importante em estudos posteriores transportar as questões teórico-empíricas que coloquei (como é que os reclusos constroem as suas auto e hetero-representações; quais são os seus pólos positivos e negativos de identificação) para os vários grupos étnicos ou de «nacionalidade» no interior do estabelecimento prisional, tentando perceber como cada grupo e os seus respectivos membros constroem as suas imagens e as dos outros: como é que os reclusos caboverdianos vêem os reclusos do Brasil, os de Portugal, os de Angola, etc.? E será que eles recortam estes grupos de pertença da mesma forma que os serviços prisionais – e o discurso dos antropólogos – os recorta? Será que eles se vêem a si mesmos primordialmente como membros dos PALOP, do Brasil, do Leste, etc.? Esta questão pressupõe que, numa investigação como esta, devemos sempre partir dos grupos de pertença, ou categorias identitárias, tal como são construídos pelos alvos do nosso estudo, em vez de lhes impormos, as nossas próprias categorias. Mostro-me sensível a este aspecto, ao salientar que a categoria «de Leste» pode não ter qualquer significado para um russo, um moldavo ou um ucraniano.

Uma questão mais delicada de pesquisar, mas muito interessante, seria saber como é que estas construções identitárias se colocam ao nível dos guardas prisionais. Como é que eles constroem a imagem de si próprios, dos portugueses em geral, e de cada grupo étnico ou de nacionalidade que eles percebem ou identificam no conjunto dos reclusos. Uma investigação como esta iria exigir a construção de um questionário complexo e

multidimensional, mas talvez valesse a pena tentar, até porque, tanto quanto julgo saber, esse trabalho nunca foi feito no interior do nosso sistema prisional, pelo menos no que respeita às estratégias e construções identitárias. Uma fonte possível de inspiração para essa pesquisa poderia ser o questionário construído por José Gabriel Pereira Bastos, no qual se pedia aos inquiridos para escolher (e hierarquizar) um conjunto de traços a atribuir aos portugueses, aos espanhóis, aos norte-europeus, etc.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, B. (1991) *Imagined communities: reflections on the origins and spread of nationalism*, Londres, Verso

APPADURAI, A. (1991), "Global ethnoscaapes. Notes on queries for a transnational anthropology". In: Fox, R. G. (ed.) – *Recapturing anthropology. Working in the present*, Santa Fé, School of American Research Press, P. 191-210

BANTON, Michael (1991) "The race relations problematic", *The British Journal of Sociology*, 42, 115-129

BARATA, O. S. (1974/75) *Introdução às ciências sociais*, Lisboa, Livraria Bertrand, 2v.

BARRA DA COSTA, J. M. (1999), *Práticas delinquentes: de uma criminologia do anormal a uma antropologia da marginalidade*, Lisboa: Edições Colibri

BART, Fredrik (org.) (1998) Ethnic groups and boundaries, the social organization of cultural difference. Propect Heights, Ill., *Waveland Pres Inc.* [1969]

BASTOS, José Gabriel Pereira, e Susana Pereira Bastos (1991) *Portugal multicultural. Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas*. Lisboa: Fim de Século Edições

BASTOS, S.T.P. (1999) *A comunidade Hindu da quinta holandesa. Um estudo antropológico sobre a organização sócio espacial da casa*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil

BERNARDI, B. (2007) *Africanística: le culture orali dell' África*. Milan: Franco Angeli

BERTONHA, João Fábio (2009) *Rússia: ascensão e queda de um império*. João Fábio Bertonha. Curitiba, Juruá

BOURDIEU, Pierre (1984) *Question de sociologie*, Paris: Minuit

CASTELO, Cláudia 1999. *O modo português de estar no mundo»: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1993-1961*, Afrontamento, Porto.

CLEMMER, Donald (1940) *The prison community*, Nova Iorque: Richard and Co.

COHEN, A. P. (1985) *The symbolic construction community*, Nova Iorque, Tavistock

COSTA, António Firmino da (1999) *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras: Celta Editora

COSTA, Suzano (2005) "<http://caboverdepolis.blogspot.pt/>"

CUNHA, Manuela Ivone (2002) *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*, Lisboa: Fim de Século

DIAS, J. (1958) "Problemas de método em estudo de comunidades". *Colóquio sobre metodologia das ciências sociais*, Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais, P. 75-91

DIAS, Figueiredo Jorge e ANDRADE, Manuel da Costa (1997) *Criminologia. O homem Delinquente e a sociedade criminógena*, Coimbra: Coimbra Editora

DOSTOIÉVSKI, Fiódor (1881) "Diário de um escritor", citado in: FIGES, Orlando (2003) *Natasha's dance: A cultural history of Russia*. London: Penguin Books [2002], 415

DOUGLAS, M. (1978) *Cultural Bias*, Londres, Royal Anthropological Institute

DURKEIM, E. (1960) "Les règles de la méthode sociologique", Paris, *Press Universitaires de France* [1895]

DURKEIM, E (1968) "De la division du travail «social»", Paris, *Press Universitaires de France* [1893]

DURKEIM, E (1977) *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Ed. Presença

ENCICLOPÉDIA DA HISTÓRIA UNIVERSAL (2007), Seleções dos Reader's Digest

ESTEVES, A./ MALEIROS, J. (2001) "Os cidadãos estrangeiros nas prisões portuguesas, sobre representação ou ilusão?", in PINHEIRO, M. et all (org), *Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades*, Oeiras: Celta Editora

FERREIRA, E. V. (2001) "Criminalidade e insegurança urbana: reconstrução de identidades e solidariedades coletivas", in Magda Pinheiro, Luís Baptista, Maria João Vaz (ed.) *coletivas*, Oeiras: Celta Editora, PP. 85-94

FIGES, Orlando (2003) *Natasha's dance: A cultural history of Russia*. London: Penguin Books

FONSECA, C. e NETO, F. (2006) *Atitudes dos reclusos ciganos e não ciganos face ao ensino recorrente*, *Psicologia, Educação e Cultura*, 10 (2), pp. 329-352

FOUCAULT, Michel (1999) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Petrópolis: Vozes

FRASER, John Foster (1907) *Red Rússia*. Londres/Paris/Nova Iorque/Melbourne: Cassell and Company, 23 e 119-20

FREITAS, Cláudia (2002) *Em busca de um bom médico. Quando a saúde não tem fronteiras. Percepção dos caboverdianos sobre profissionais de saúde na Holanda*, Lisboa: ACIME

GEERTZ, C. (1973) *The interpretation of cultures*, Nova Iorque, Brasil Booksinc

GIDDENS, A. (1984) *The constitution of society. Outline of the theory of struration*, Cambridge Polity Press

- GIDDENS, A. (1984) *Capitalismo e moderna teoria social*, Lisboa: Editorial Presença
- GILBERTO, Freyre (1983) *Casa-Grande e Senzala*. Lisboa: Livros do Barsil [1933], 18-19
- GOFMAN, Erving (1988) [1963] *A apresentação do Eu na vida de todos os dias*, Lisboa: Relógio D' água
- GOFMAN, Erving (1999) *Manicómios, prisões e conventos*, Rio de Janeiro, Perspectiva
- GONÇALVES, António Custódio (1992) *Questões de antropologia social e cultural*, Porto: Edições Afrontamento
- GONÇALVES, Rui Abrunhosa (2002) *Delinquência, crime e adaptação à prisão*, Coimbra: Quarteto
- GUIA, M. J. (2008) *Imigração e criminalidade. Caleidoscópio de imigrantes reclusos*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra
- GUIA, M. J. (2010) *Imigrantes e criminalidade violenta em Portugal: que relação?*, Cabo dos Trabalhos, Coimbra: Centro de Estudos Sociais nº4
- HISTÓRIA CONCISA DE CABO VERDE (2007), Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal), *Instituto de Investigação e do Património Culturais* (Cabo Verde)
- HOBSBAWN, E. (1983) "Introduction: inventing tradition: in HOBSBAWN, E. e RANGER, T. (Ed.) – *The invention of tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, P. 1-14
- HORWITT, Stanford (1989) *Let them call me rebel: Saul Alinsky, his life and legacy*, Nova Iorque: A. Knoff
- JACKSON, John (1991) *Migrações*, Lisboa, Escher

LOCKHART, R. H. Bruce (1934) *Memoirs of a British agent*

LOTMAN, Iuri; USPENSKIJ, Boris (1984) *The semiotics of Russian culture*. Ann Arbor: University of Michigan

MACHAQUEIRO, Mário (2010) "Frontier identity in Portugal and Russia: a comparative perspective on identity building in semi peripheral societies", In Charles Westin, José Bastos, Janine Dahinden & Pedro Góis (orgs.), *Identity processes and dynamics in multi ethnic Europe*. Amesterdão: Amsterdam University Press: 197-220

MALINOWSKY, B. (1944) *A scientific theory of culture*, S. L., Chapel Hill

MARX, Karl (1856 – 57) *Revelações da história diplomática do século XVIII*

MENDES, Maria Manuela Ferreira (2010) *Imigração, identidades e discriminação: imigrantes russos e ucranianos na área metropolitana de Lisboa*, Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais

MENDRAS, H. (1979) *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar

MOREIRA, Adriano (1993) *Ciência política*, Coimbra: Livraria Almedina

MOREIRA, C. D. (1987) *Antropologia: perspetiva e método*, Estudos Políticos e Sociais, 3-4: 51-64

MOREIRA, J. Semedo (1999) *Ciganos na prisão: um universo diferente?*, Temas Penitenciários, 2 (2), PP. 5-18

MAUSS, Marcel (2001) *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa: Edições 70

OXFORD ENGLISH DICTIONARY (1989)

PARK, Robert (1950) *Race and culture*", Glencoe, *the Free Press (Essays of contemporary man)*.

PARK, Robert (1967) *On social control and collective behaviour*, Chicago: The University of Chicago

PARK, R e MILLER, H. (1921) *Old world traits transplanted*, Chicago, University of Chicago, Society for Social Science

PARK, Robert et al. (1968) *The city*, Chicago: Chicago University Press

PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa (2003) *Da mestiçagem à caboverdianidade: registos de uma sociocultura*, Lisboa: Edições Colibri

PINA CABRAL, J. De. (1989) *Filhos de Adão, filhos de Eva. A visão do mundo camponês*, Lisboa: Publicações Don Quixote

PINTO, José Madureira (1991) "Considerações sobre a produção social de identidade", *Revista Crítica de Ciências sociais*

REDFIELD, R. (1947) *The folk society*, *American Journal of Sociology*, 52: 293-308

REDFIELD, Robert (1953) "The primitive world and its transformation". Ithaca: *Cornell University Press*

RESENDE, C. (2006) "Raça, racismo e etnicidade: conceitos pouco visíveis num contexto pouco visível", *actas do VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: saberes e práticas*, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia

ROCHA – TRINDADE, M. B. (1976) "Comunidades migrantes em situação dipolar. Análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para a França", *Análise Social*, 13 (48): 983-97

ROCHA – TRINDADE (1985) *Dez anos de publicações sobre emigração em Portugal*, Artes e Letras, 10: 20-4

ROCHA – TRINDADE (1990) "Migrações no quadro do Mercado único Europeu", *Análise Social*, 25 (107): 466-77

ROCHA – TRINDADE (1993) "Minorias polissemia do conceito e diversidade e manifestações", in: *Emigração, imigração em Portugal*, Lisboa, fragmentos, P. 422-33

ROCHA – TRINDADE, M. B. (Org.) *Sociologia das migrações*, Lisboa, Universidade Aberta

ROCHA, J. L. M. (2001) *Reclusos estrangeiros: um estudo exploratório*, Coimbra: Almedina

ROSALDO, Renato (1988) "Ideology, place and the people without culture", *Cultural Anthropology*, 3 (1)

SALT, J. (1986) "International labour migrations: the geographical pattern of demands", In: SALT, J. e COULT, M. (Ed.) *Migration in post war Europe*, Londres, Oxford University Press, P. 80-125

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994) "Modernidade, identidade e a cultura de fronteira", In *Pela mão de Alice. O social e o político na pós modernidade*. Porto: Afrontamento: 49-67

SCHEEF, Thomas J. (1994) "Emotions and identity: a theory of ethnic nationalism", In: *Social theory and the politics of identity*, Ed. C. Calhoun, Oxford: Blackwell Publishers inc., 277-303

SEABRA, H. M. e SANTOS, T. (2005) *A criminalidade de estrangeiros em Portugal. Um inquérito científico*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)

SEABRA, H. M. e SANTOS, T. (2006) *Reclusos estrangeiros em Portugal: esteios de uma problematização*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)

SHAW, Clifford e MCKAY, Henry (1969) "Juvenile delinquency and urban areas: a study of rates of delinquency in relation to differential characteristics of local communities in American cities", Chicago: *The University of Chicago Press*

SHAW, Clifford (1983) "The natural History of a delinquency career", Chicago: *University of Chicago Press*

SIMMEL, G. (1986) *Digression sobre el extranjero*, In: "Sociologia 2", Madrid: Alianza Ed

SMITH, A. (1981) "The ethnic revival in modern world", Cambridge, *Cambridge University Press*

SMITH, A. (1981) *Riqueza das nações*: Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian

SELLIN, Thorten (1938) *Culture, conflict and crime*, New Jersey: Social science research council

SOCIAL SCIENCES ENCYCLOPEDIA (1985)

TACHAADAIEV, Petr Iakovlevitch (1829 – 1830) "Lettres philosophiques addresses à une dame (1829 – 1830) – Lettre première" In <http://www2.unil.ch/slav/ling/textes/chaadaevpremllettrephilo.html>

TAJFEL, H., BILLIG, M. G., BUNDY, R. P. & FLAMENT, C. (1971) "Social categorization an intergroup behaviour", *European Journal of Social Psychology*, 1: 149-78

TAJFEL, H. (1970) "Experiments in intergroup discrimination". *Scientific American*, n. 223: 96-102

TAJFEL, H. (1978) "Social categorization, social identity and social comparison", In: TAJFEL, H. (Ed.) *Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup relations*, Londres, *Academic Press*

TAJFEL, H. (1981) "Human groups and social categories. Studies in social psychology", Cambridge, *Cambridge University Press*

TAJFEL, H. (1983) *Grupos humanos e categorias sociais*, Lisboa: Livros Horizonte

TAPPAN, Paul (1947) "Who is the criminal?", *American Sociological review*

TURNER, J. C. (1982) "Towards a cognitive redefinition of the social group", In: TAJFEL, H. (Ed.), "Social identity and intergroup relations", Cambridge, *Cambridge University Press*

TURNER, J. C. (1984) "Social identification and psychological group formation", In: TAJFEL, H. (Ed.) – "European developments in social psychology", Cambridge, *Cambridge University Press*

WACQUANT, L. (2000) *As prisões da miséria*, Oeiras: Celta Editora

WEBER, M. (1968) "Economy and society: An outline of interpretative sociology", Nova Iorque, *Beominstor Press 2 [1922]*

WHITE, William Foote (1943) "Street corner society", Chicago: *Chicago University Press*

WIRTH, L. (1928) "The ghetto", Chicago, *University of Chicago Press*